



HISTÓRIA ORAL, TEMPO PRESENTE E NARRATIVAS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES

Diálogos intermitentes

HISTÓRIA ORAL, TEMPO PRESENTE E NARRATIVAS DE TRABALHADORAS E TRABALHADORES

Diálogos intermitentes

Regina Beatriz Guimarães Neto



RECIFE
2024

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitor: Moacyr Cunha de Araújo Filho

EDITORA ASSOCIADA À



Editora UFPE

Diretor: Junot Cornélio Matos

Vice-Diretor: Diogo Cesar Fernandes

Editor: Artur Almeida de Ataíde

Conselho Editorial (Coned)

Alex Sandro Gomes (CIn)

Carlos Newton Júnior (CAC)

Eleta de Carvalho Freire (CE)

Margarida Maria de Castro Antunes (CCM)

Marília de Azambuja Ribeiro Machel (CFCH)

Editoração

Revisão de texto: Ronald Polito de Oliveira

Projeto gráfico: Adele Pereira

Imagem da capa: Marcelo Guimarães

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

G963h Guimarães Neto, Regina Beatriz.

História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores [recurso eletrônico] : diálogos intermitentes / Regina Beatriz Guimarães Neto. – Recife : Ed. UFPE, 2024. (Ars Historica)

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-223-8 (online)

1. Historiografia – Brasil. 2. História oral – Brasil. 3. Trabalho – Aspectos sociais – Brasil – História. 4. Trabalhadoras – Brasil. 5. Trabalhadores – Brasil. 1. Título. II. Título da coleção.

907.2

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2024-025)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.



Série Ars Historica

A Série *Ars Historica* foi concebida com o intuito de promover uma mais ampla divulgação da produção científica na área da História junto à sociedade, ao disponibilizar para estudantes, professores e pesquisadores obras de consistente valor acadêmico, resultado de recentes pesquisas realizadas no campo historiográfico, e textos clássicos já esgotados repropostos em edições revisadas e atualizadas. Todos os volumes da Série são produzidos em formato digital e disponibilizados gratuitamente.

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

Diretora da Série Ars Historica

Obras publicadas

O desconforto da governabilidade

Rômulo Luiz Xavier do Nascimento

Os Escravos do Santo

Robson Pedrosa Costa

Tratos & mofatras

George F. Cabral de Souza

Política e sociedade no Brasil oitocentista

Cristiano Luís Christillino

Movimentos sociais negros em Pernambuco

Ivaldo Marciano de França Lima

Isabel Cristina Martins Guillen

A lenda do ouro verde

Regina Beatriz Guimarães Neto

Entre sobrados e mucambos

Wellington Barbosa da Silva

Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil

José Marcelo Marques Ferreira Filho

Cultura letrada no espaço euro-atlântico

Luís Filipe Silvério Lima

Marília de Azambuja Ribeiro Machel

A narrativa como combate

Kleber Clementino

Fora do(s) eixo(s)

Flávio Weinstein Teixeira

Paulo Marcondes Ferreira Soares

Saúde e Sociedade no Brasil

Carlos Miranda

Serioja Mariano

A palavra e a imagem

Luísa Ximenes Santos

Historiografia: Rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores

Antonio Torres Montenegro

Karlene Sayanne Ferreira Araújo

Para além do ocidente cristão

Bruno Uchoa Borgongino

Um continente, vários mundos

Gustavo Acioli

Kleber Clementino

A meu pai João Antônio Neto

A Antonio Montenegro

Agradecimentos

Meu agradecimento afetuoso às amigas historiadoras Marieta de Moraes Ferreira, Lucilia Neves Delgado, Angela de Castro Gomes, Maria de Lourdes Mônaco Janotti, Regina Horta Duarte e ao historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior. Aos queridos colegas historiadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Vitale Joanoni Neto, parceiro de publicações conjuntas, João Carlos Barrozo, João Antônio Lucídio, Leny A. Caselli, parceiros de outras jornadas; meus agradecimentos também à historiadora Thaís Leão Vieira, ao historiador Edvaldo C. Sotana e demais colegas do Programa de Pós-graduação da UFMT, pelos constantes intercâmbios acadêmicos e amizade. Aos colegas, amigos e amigas, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com os quais pude estabelecer ricos diálogos, meu grande carinho. Em especial, àqueles cuja amizade ultrapassa a universidade, como Antônio Jorge Siqueira, Antônio Paulo Rezende, Mércia, Paulo Henrique Martins, Ana, Flávio Weinstein e Beta, que sempre estiveram comigo nos últimos anos. Socorro Ferraz merece todo o meu carinho e minha amizade pelo apoio incomensurável que me deu desde quando cheguei à UFPE. Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação

em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), *campus* Marabá, pelos constantes intercâmbios acadêmicos. Aos queridos amigos Alarcon Agra e Iranilson Buriti, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e a Telma Dias Fernandes, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Às queridas amigas e aos amigos historiadores da Universidade Federal do Ceará (UFC), Adelaide Gonçalves Pereira, Kênia Rios, Meize Regina de Lucena Lucas, Eurípedes Funes, Frederico de Castro Neves e Francisco Régis L. Ramos. À querida Ana Maria Mauad, da Universidade Federal Fluminense (UFF), pelos caminhos compartilhados. A Regina Faria, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), amiga querida de longa data. A Sara Farias, da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), pela amizade solidária, e à historiadora Márcia Milena, da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), afetuosa amiga que me tem estimulado nos tempos recentes. Ao querido amigo Marcos Montysuma, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que transita entre as temáticas ambientais e a metodologia da história oral, a quem agradeço imensamente pelo prefácio a este livro. A Socorro de S. Araújo, Luiz Antonio Barbosa Soares, “nosso Tunico”, Maria do Rosário S. Lima, Maria Aparecida M. Souza, professoras e professores da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat), pelas parcerias constituídas como amigos e amigas sempre.

Agradeço aos alunos e alunas do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFPE, que me desafiaram a pensar, pensar e sempre pensar... Com eles e elas passei por aprendizagens inesquecíveis, formamos verdadeiros grupos de estudos e debates que se estendem por nossas vidas. Aos alunos e alunas que me acompanham, desde monitorias, bolsas de iniciação científica, como Vinicius, Mileide Caroline, Thaís, a novos mestrandos e novas mestrandas, Bruno e David (hoje, mestrando sempre presente). Às orientandas de hoje, Tereza, Sabrina, Nita, Arê (acabou de defender seu doutorado) e

Suzi. Aos ex-alunos e ex-alunas, entre eles e elas, ex-orientandos e ex-orientandas, que hoje são grandes profissionais, professores, colegas, amigos e amigas, com os quais estabeleço ricos intercâmbios, expresso minha gratidão pela alegria de nossos encontros: Hélder Remigio Amorim, Erinaldo Cavalcanti, Maria do Rosário da Silva, Alomia Abrantes, Alarcon Agra, José Bezerra Brito, Airton dos Reis Pereira, Geovanni Cabral, Elson Rabelo, Joana D'arc Lima, Maxsuel Lourenço Alves, Raimundo Inácio Araújo, Marcelo Goes Tavares, Thiago Braga da Rocha, Israel, Rosely T. de Souza, Simone Bezerril, Joana Lucena Araújo, Camila Melom, Clarisse Pereira, Karlene Araújo, Pablo Porfirio, Francisco Denis Melo, Márcio Ananias Vilela, Juliana de Andrade, Humberto Miranda, Arthur Lira, Filipe Carvalho, Cristhiane Raposo, Maria do Socorro Cipriano, Jonathas, Gilmária Salviano Ramos, Filipe Menezes Soares e Valéria Gomes Costa (hoje colega de departamento). Estimularam-me a ser melhor, com muito afeto.

À professora Marília Azambuja sou grata pelo incentivo e pelo apoio competente à publicação do livro.

A Ronald Polito meu agradecimento pelas correções precisas e pela generosa paciência para aguardar o texto completo.

Minha declaração de amor aos meus filhos e filhas: Claudio Fernando, Marcelo Guimarães, Juliana, Sergio Eduardo e Letícia. Com grande ternura lembro aqui de Fernando, Daltton, Joaquim, Théo, Lis Maria, Hugo, Marcelo, Lígia, Gustavo, Ivan, Felipe, João Pedro e Nelci, leitores e leitoras amorosos. Aos meus irmãos Fábio Guimarães, Ivã Guimarães e Augusto Guimarães, que estão sempre na torcida solidária.

Meu agradecimento especial a Marcelo Guimarães, artista plástico, que cedeu um de seus belos quadros para a composição da capa do livro.

A meu pai, João Antônio Neto, afetuosamente – palavra que faz parte de nossa história de vida.

A Antonio Torres Montenegro, presença constante e poética em minha vida, sempre com ricas sugestões e correções insubstituíveis aos meus textos, e com quem as artes das conversações não têm fronteiras, dedico este livro.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

Michel Foucault,
História da sexualidade 11: o uso dos prazeres

Cada vez que o reino do humano me parece condenado ao peso, digo para mim mesmo que à maneira de Perseu eu devia voar para outro espaço. Não se trata absolutamente de fuga para o sonho ou o irracional. Quero dizer que preciso mudar de ponto de observação, que preciso considerar o mundo sob uma outra ótica, outra lógica, outros meios de conhecimento e controle. As imagens de leveza que busco não devem, em contato com a realidade presente e futura, dissolver-se como sonhos...

No universo infinito da literatura sempre se abrem outros caminhos a explorar, novíssimos ou bem antigos, estilos e formas que podem mudar nossa imagem do mundo...

Italo Calvino,
Seis propostas para o próximo milênio

Sumário

Prefácio 14

Marcos Montysuma

Palavras iniciais 21

Introdução: diálogos intermitentes 24

PARTE 1

HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, RELATOS

CAPÍTULO I

Notas sobre história oral, tempo presente e narrativas exemplares – violência a trabalhadores e trabalhadoras rurais 65

CAPÍTULO II

Historiografia, testemunhos e história oral 98

CAPÍTULO III

Artes da memória: relatos orais, imagens narrativas e historiografia 129

CAPÍTULO IV

Memória, testemunho e narrativa 150

PARTE 2

HISTÓRIA ORAL E PRÁTICAS DE PESQUISA – AMAZÔNIA

CAPÍTULO V

**“Rola, mundo, rola, mundo”: trajetórias nômades –
cidades, projetos e programas dos governos militares
na Amazônia – o norte de Mato Grosso 172**

CAPÍTULO VI

Violência e trabalho na Amazônia 208

CAPÍTULO VII

**Os espaços múltiplos da memória: narrativa, história –
Amazônia (norte de Mato Grosso) 243**

Palavras finais 270

Posfácio 276

Fernando Cesar Sossai

Prefácio

A pessoa, leitora, apaixonada pela história oral tem em mãos o livro *História oral, tempo presente e narrativas de trabalhadoras e trabalhadores: diálogos intermitentes*. É expressão de uma criação cuidadosa da professora, pesquisadora, escritora e historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto, que atua na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), honrando-a com seu trabalho.

Discute didaticamente, sem complicar, aspectos importantes da história oral. Quero dizer, assim, não só da história oral, mas da história como campo de conhecimento.

Pela incursão que realiza, metodologicamente ordenada, sua abordagem vai além da história. E mostra um trabalho qualificadamente interdisciplinar, posto que dialoga com as demais áreas das humanidades, sem parcimônia e com competência.

Sua escrita é rica e convincente, pelo enredo com que expõe os objetivos e as teses que elege para orientar suas pesquisa e escrita. É texto assertivo porque há convicção e esmero na mensagem a ser transmitida. Apresenta com meticulosidade e atenção a construção das personagens entrevistadas, precisa e cuidadosamente escolhidas.

É com aguçada capacidade reflexiva que expõe ampla literatura. Extrai as referências mais importantes nas ideias de cada autora e autor que chama ao diálogo.

Ao percorrermos a leitura de seu texto prazerosamente, como que nos impregnamos com uma essência floral. Tem frescor e novidades – sempre. O motivo desse entendimento é simples: se apresenta como um trabalho artesanal. A sensação que provoca em nossa mente sugere uma arte de recortar e combinar sentidos e texturas que têm origem nos relatos enredados pela comunicação criativa da autora. É trabalho de história oral que convida à leitura, propõe novos caminhos de pesquisa e ensina.

O livro expõe uma faceta que não é nova. Aparece muito bem fundamentada porque é construída como expressão da experiência, por quem atua com os pés no chão, num corpo a corpo, no trabalho de campo. Por isso é um exercício laboral rico, que inspira novas pesquisas aos leitores. E já ganhou uma concretude, que pode ser transmitida a quem quer aprender para atuar na área.

Sobejamente projeta-se o exercício profissional na pesquisa articulado com os apontamentos metodológicos em história oral.

A pesquisadora é forjada profissionalmente no acúmulo do trabalho em história oral, pelo qual sai em viagens, se aventurando a ponto de pôr a vida em risco. Assim ocorre por priorizar mulheres e homens que viraram inimigas(os) do Estado e das elites locais.

Prefere os segmentos que se notabilizam na luta em defesa da Amazônia; na luta pela terra para os pequenos agricultores; na luta sindical rural; na luta contra o trabalho análogo à escravidão; na luta contra o trabalho infantil; na luta pela vida.

Toma como centro da pesquisa as pessoas ameaçadas de morte, esquecidas pelo Estado (não que ela o faça de modo premeditado, mas a natureza, por vezes, temática de suas pesquisas é que carrega tais dimensões e delas não foge). É à procura desses segmentos que

vai aos mais recônditos lugares, para gravar as entrevistas, que são realizadas com a metodologia de história oral.

A consequência de seu esforço de pesquisa aponta para a denúncia de um Brasil nada auspicioso, como sugerem muitas canções. Pelo contrário, expõe de modo cru e direto um Brasil arcaico, retrógrado, violento, cruel e insensível.

Na realidade, parece haver um país onde a justiça às vítimas tarda, falha e cai no esquecimento, em benefício dos poderosos. Mas a resistência é contínua por parte daquelas populações vitimadas. Logo, seu texto projeta visibilidades a tudo isso.

A condição de violência, posta para esses brasileiros, expõe uma realidade de confrontos. Notadamente, com grileiros e jagunços a serviço de fazendeiros. Mas não menos desprezível, expõe conluio com toda sorte de poder de mando local. Merece destaque ainda uma composição da rede de setores corruptos que conspiram direta ou indiretamente para dar suporte à destruição das florestas, à grilagem de terras, a ameaças e assassinatos.

O trabalho da professora e pesquisadora Regina Guimarães ocorre sob os mesmos signos que marcam o Vale do Javari, em 14 de junho de 2022, onde o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips são assassinados (“são assassinados” no presente, porque o quadro de violência permanece, é estrutural, ainda que vivamos sob novo governo).

O seu exercício profissional com as pessoas, muitas delas ameaçadas de morte, a obrigou e obriga a ficar sob a mira dos jagunços. Por essa condição, ela é também ameaçada de morte. Os desfechos são diferentes. Mas ressalte-se que o espectro da destruição está posto como uma condição inarredável da realidade. É o que está em vigor.

Mas chama atenção que, percebendo o perigo que ronda seu entorno, logo exercita suas artimanhas para escapar às emboscadas. Efetua gravações em locais públicos, à vista de todos, no local mais

movimentado. Isso demonstra que aprendeu muitas manhas com as pessoas que entrevistou.

Quando elas percebem que uma pergunta pode complicá-las, logo recorrem a artimanhas narrativas. Mudam um tempo verbal; recuam no tempo narrado; misturam passado e presente; projetam o futuro; citam exemplos e até trazem atores para tomar seus papéis. Por esses meios (entre outros) dissipam um possível problema.

O apelo para esses jogos narrativos e/ou de posturas, que estonteia o oponente ante um perigo iminente, é que salva as pessoas nas situações incômodas. Pouco importa a natureza da situação.

E seu texto mostra que é na ocasião das ameaças de morte que exercita essas manobras da sobrevivência, invertendo as táticas. Se o jagunço quer lugar deserto, ou mesmo a noite como aliada, sua gravação ocorre com todos assistindo à entrevista, durante o dia.

Na história oral sempre damos preferência a gravar em ambientes reservados. Queremos evitar que terceiros possam interferir, comprometendo o resultado da narrativa de quem fala. Mas entendemos como perfeitamente compreensível (e apoiamos sua sábia decisão em) gravar fora desses padrões tomados como ideais.

É inestimável, na área das humanidades, sua postura. Que remete à experiência de quem pratica a pesquisa de campo. Revela-se a perspicácia, a postura atenta, lúcida, o raciocínio rápido. É com esses atributos que a pesquisadora vai ludibriar os jagunços, os amigos da morte. A defesa da vida vem em primeiro plano.

Mas para nós ocorrem mais aprendizados retirados das situações, como essas que ela descreve no seu texto. Consiste em compreender o cenário que enfrentamos para planejar como escapar às armadilhas e às incertezas que nos cercam.

O texto é construído sob intensa referência e intenso diálogo com outros teóricos e pensadores, das mais diversas áreas. Nisso não há preconceito nem discriminação. Na mesma proporção em que vicejam autores do Norte e Europa, também constam latino-americanos,

com a devida proporcionalidade destinada a colegas brasileiros. A permuta é intensa. Disso eu posso falar por conhecer seus textos – e não somente o que discutimos agora.

Ainda que a reflexão daquele autor não seja necessariamente relativa à história ou à história oral, se ocorre uma conexão pertinente, que pode dar clareza ao seu texto através de um conteúdo, ele logo é pinçado e inserido para elucidar uma questão. Quanto a isso, não há dúvida, ela o aponta e o sentido fica perfeito.

Entre suas preocupações – que ocorrem como uma condição coerente e necessária –, incluem-se os debates que problematizam a memória. Consta em sua escrita virtuosa elaboração discernindo e fundamentando memória como teoria. E opera do mesmo modo quando se trata de fundamentar e discernir memória quando tomada como fonte. E memória que ocorre como operação subjetiva das pessoas. Que opera como recurso útil à narrativa.

A preocupação em fundamentar separando os sentidos de como compreende a história oral é importante. Nisso rechaça a ideia de que para fazer história oral basta ter um gravador. Antecipadamente, expõe com clareza que os relatos construídos não são simplesmente um instrumento útil em suas mãos, que deles pode fazer o que bem entender. Pelo contrário. Primeiro, porém, significa como os compreende.

E vai além, pois também significa que os relatos são fontes. E, uma vez o relato gravado tomado como fonte, desconstrói e desautoriza a ideia ou compreensão de que a fonte é a pessoa que falou, gravando.

Aqui chegamos a outra grande questão cara à história oral e que vem apontada na sua escrita. Uma vez entendida a gravação como fonte, ocorre a quebra de um paradigma, que supõe o conteúdo gravado transcrito para o papel como sendo a fonte. Essa já é outra fonte – registre-se. Do mesmo modo, construída pelo(a) historiador(a). Mas, desta feita, sem a cumplicidade de quem narra. Muito

pelo contrário. Sob total domínio e poder discricionário do interessado em obter determinados resultados. Sua excelência, o(a) historiador(a). Pasmem!

Assim consagra a ideia de que o conteúdo gravado é a fonte com a qual trabalhamos. É o documento desse perfil que pode receber os tratamentos relativos à área da arquivística, como campo de conhecimento. E cujos profissionais são habilitados à gestão de acervos que contêm os documentos produzidos nas pesquisas de história oral.

Temos em mãos uma discussão clara relativa à dimensão ética de uma prática em história oral – existem outras. Postura ética de respeito ao(à) outro(a) é condição primeira que deve nos orientar nas práticas em história oral. E que insere ou expõe uma perspectiva política por intermédio do livro que temos em mãos. A dimensão política decorre do tratamento respeitoso dispensado às pessoas que aceitam perder um tempo de suas vidas, dos cuidados aos familiares, para receber a pesquisadora (e, por extensão, nos receber) em gravações por horas a fio.

Por dimensão ética compreende-se que não temos o direito de manipular as pessoas para satisfazer nossos caprichos. Nem muito menos temos o direito de manipular seus relatos, gravados em boafé, para atingir objetivos que lhes são alheios.

Tudo que foi abordado até aqui expressa o reconhecimento ao trabalho e à liderança da colega Regina Beatriz Guimarães Neto no campo da história oral. Tanto no campo político e metodológico através dos eventos da Associação Brasileira de História Oral (Abho) quanto na pesquisa e no exercício escriturístico da história, como boa devota da musa Clio.

Seus escritos, de um modo geral, espelham a angústia de quem teima em olhar a realidade a partir de novas perspectivas. Ela sempre desconfia de que pode olhar enviesado o que vem tomado como dado. Por isso seu texto nos inquieta, nos provoca a procurar, a compreender com ela que outros devires são possíveis.

Podemos eleger uma série de situações que nos inscrevem compartilhando as mesmas utopias. Talvez seja por isso que acreditamos nos trabalhos compartilhados com pessoas que, assim como nós, apesar de todas as dificuldades, se unem acreditando sempre que é possível fazer mais, fazer melhor. E, como numa confraria, também celebramos cada evento novo (o livro é isso). É por esses meios que expressamos nossa alteridade, nosso sentido de pertencimento e nossa vitória sobre todo obscurantismo e todo negacionismo.

Marcos Montysuma

Outono subtropical. Florianópolis, em 24 de abril de 2023.

Palavras iniciais

As novas re-leituras dos testemunhos e reflexões que acompanham e constituem a base deste livro se dão sob o impacto dos trágicos acontecimentos que marcam os povos originários, com destaque para o genocídio Yanomami. Não podemos deixar de nos surpreender com os desmatamentos atuais na Amazônia, tanto os operados pelas políticas desenvolvimentistas unilineares do Estado quanto pelos saqueadores de toda ordem, numa intensidade assustadora, que, nos últimos anos, revelou-se com os piores índices de destruição e degradação da floresta e dos solos. Em *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, Davi Kopenawa (xamã yanomami e ativista político) e Bruce Albert (antropólogo francês) discorrem sobre a cultura ancestral, a história recente do povo Yanomami e as *características monstruosas* da civilização ocidental. Nas palavras de Kopenawa (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 6):

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer embaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa...

Esse estranho e trágico quadro está relacionado com as diversas violências que também atingem trabalhadores e trabalhadoras, e com a degradação/devastação da vida – sob todas as formas – na Amazônia. Experiência ligada à realidade escabrosa das grilagens de terras, muitas delas autorizadas pelos poderes institucionais, e às apropriações ilegais das terras indígenas e de posseiros por parte das empresas agropecuárias, das autointituladas “colonizadoras”, das fazendas de gado bovino, das mineradoras e madeireiras, entre as mais significativas. Estiveram muitas delas envolvidas com as práticas da superexploração do trabalho, do trabalho escravo, designado como “trabalho escravo contemporâneo”: indicadores da violação da dignidade humana (base das pesquisas deste livro).

Os textos apresentados se situam na perspectiva do antropólogo Viveiros de Castro, em seu prefácio ao já citado livro de Davi Kopenawa e Bruce Albert, que se posiciona radicalmente contra “uma concertada maquinação política que tem como alvo as áreas de preservação ambiental, as comunidades quilombolas, as reservas extrativistas e em especial os territórios indígenas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 19). E acrescento à sua fala: uma posição também radicalmente contra as práticas econômicas que escravizam trabalhadoras e trabalhadores. Walter Benjamin (*apud* GAGNEBIN, 2009, p. 144-145) nos ensina que é preciso interrogar o passado, não esquecendo que o tempo que o conhece é o “nosso tempo”, com suas calamidades, catástrofes e expectativas libertadoras: “Dar a ver no tempo no qual nasceram, o tempo que as conhece – isto é, o nosso”. Que esse “conhecer” nos ajude a fazer um apelo à luta por um tempo de outras práticas libertadoras com base em uma filosofia moral e ética de (re)construção contemporânea.

Referências

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Walter Benjamin: estética e experiência histórica. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (org.). *Pensamento*

alemão no século xx: grandes protagonistas e recepção no Brasil. São Paulo: Cosac Naify, 2009. v. 1.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio. *In:* KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Introdução: diálogos intermitentes

Historiadoras e historiadores que lidam com relatos orais na pesquisa histórica não navegam em águas calmas. Mas será que há quem navegue? É significativo contar nos dias de hoje com textos que muito contribuem com reflexões sobre a “história oral”, não como uma disciplina ou área distinta da história, mas uma prática metodológica.¹

-
- ¹ Destaco, para ser breve, a revista *História Oral*, da Associação Brasileira de História Oral (Abho), que conta com colaborações riquíssimas de diversas autoras e autores em dossiês, artigos, resenhas, entrevistas. Há um enorme esforço dos editores e editoras da revista da Abho para torná-la um locus do trabalho científico com a pesquisa que utiliza testemunhos e vários documentos de história oral. Mas há também, em circulação, produções de coletâneas, livros autorais, artigos publicados em outras revistas brasileiras e internacionais que muito contribuem com a historiografia brasileira. Alguns autores e autoras contribuíram de maneira mais direta para o meu trabalho com a história oral, seja em diálogos e intercâmbios de metodologias em mesas-redondas e conferências, seja com seus artigos, livros e capítulos de livros: Antonio Torres Montenegro, Marieta de Moraes Ferreira, Lucília Neves Delgado, Ana Maria Mauad, Elson Rabelo, Andréa Casa Nova Maia, Verena Alberti, Angela de Castro Gomes, Maria de Lourdes Mônaco, Pere Petit, Marcos Montysuma, Gerardo Necoechea Gracia, Alberto Del Castillo Troncoso, Kênia S. Rios e Vitale Joanoni Neto. Mais recentemente, Erinaldo V. Cavalcanti, Helder Amorim, Airton Pereira e Pablo Porfirio

Os que utilizam a metodologia da história oral têm atuado ativamente no debate historiográfico com novos temas, novas práticas e o uso de documentos/materiais/vestígios pouco explorados. Muitos testemunhos e diversas entrevistas utilizam gravações por meio de aparatos técnicos, visuais e audiovisuais sofisticados, essenciais para incorporarmos nas análises outros sinais,² entre eles a expressão gestual/corporal dos entrevistados. Além disso, os modos de agir e as interferências dos entrevistadores – as entre-vistas –, as condições físicas e materiais dos locais onde ocorrem os encontros são fundamentais para uma compreensão mais ampla do resultado do trabalho realizado. E, hoje, os meios digitais que estão a provocar inúmeras modificações são desafios presentes.

Há situações inesperadas que nos surpreendem no ato das entrevistas, em que nos tornamos “testemunhas da testemunha”, e mesmo situações em que os testemunhos revelam traumas, violências e emoções que nos impactam e desestabilizam. É preciso anotar que, nas interações entre pessoas, não há neutralidade; pelo contrário, como nos diz maravilhosamente Didi-Huberman (2016, p. 38): “emoções, uma vez que são moções, movimentos, comoções, são também *transformações* daqueles e daquelas que se emocionam”. Ademais, devemos estar atentos aos modos pelos quais as pessoas organizam as lembranças das emoções como narrativas, que têm potencial para redimensionar o vivido. Segundo Paul Ricoeur (2010, p. 1-2), as narrativas mobilizam “objetivos, causas, acasos, acontecimentos” que, “reunidos sob a unidade temporal de uma ação”, operam “a síntese do heterogêneo”. Um rico movimento constituído

têm sido interlocutores importantes para abordagens historiográficas com base em testemunhos orais (as indicações bibliográficas dos autores citados constam nas Referências).

- 2 Ver as contribuições de Mauad (2015, 2021), Mauad, Castro e Serrano (2013), Troncoso (2006, 2022), Porfírio (2019, 2020), Morettin, Napolitano e Kornis (2012), Sossai, Fontoura e Coelho (2022).

pela imaginação criativa, em que a inovação semântica imprime à produção da escrita novos significados às histórias narradas. Ora, na composição da trama, as narrativas produzem *transformações* e efeitos de realidade. Guimarães Rosa e Machado de Assis, entre outros grandes escritores, são mestres nessa arte criativa, presenteando-nos com histórias que levamos conosco durante toda uma vida.

Tudo se passa, entretanto, em um determinado tempo e espaço. Tempo da criação e tempo/espaço das histórias. Para o nosso trabalho crítico de tecer os testemunhos de memória há, porém, que se considerar os momentos iniciais que precedem as análises propriamente das pesquisas e os desafios metodológicos cruciais. Os relatos orais elaborados no cenário das entrevistas compartilham, como afirmei, diversas afirmações, negações e hesitações imersas em emoções, que organizam as lembranças. Mas esses relatos, decorrentes das entrevistas, depois de transcritos, transformam-se em narrativas escritas, ganham autonomia – a autonomia do arquivo – e deverão ser analisados segundo as regras do “fazer história”.³ O que não impede, muito pelo contrário, que se observe – como rastros inscritos – o ponto de vista dos entrevistados, a maneira como contam sua história e a própria narrativa do pesquisador.

Assim, a experiência com os documentos orais, vivenciada nos diálogos com as pessoas escolhidas para serem entrevistadas, terá duas dimensões: o relato resultado da entrevista e o relato resultado da elaboração da escrita por parte dos autores dos textos. No campo da historiografia, a elaboração da escrita passará pelos procedimentos metodológicos compartilhados pelos pares, tais como o lugar da produção social do texto, as práticas de pesquisa, e os devidos deslocamentos analíticos que envolvem as regras científicas.⁴

3 Ver Paul Ricœur (2007), em especial, da página 170 à página 192. Michel de Certeau (1982).

4 Entendo, na perspectiva de Michel de Certeau, por “científico” as regras compartilhadas no campo historiográfico, tais como as relações que se estabelecem

Desse modo, as práticas de pesquisa são indissociáveis das práticas de escrita.⁵ Historiadoras e historiadores e demais estudiosos de outras áreas se constituirão narradores e narrar é praticar a arte narrativa (GAGNEBIN, 2006), em nosso caso, a arte historiadora.⁶ Outro desafio metodológico é a necessidade de situar os relatos, localizando-os no tempo e no espaço, relacionando-os com outros registros e vestígios documentais. Os relatos orais são apenas um dos testemunhos e, mesmo, vestígios que necessitam ser confrontados com outros registros documentais para que se possa melhor compreender a complexidade dos fenômenos estudados.

Nessa trilha, a historiadora ou o historiador se depara com as exigências do campo historiográfico, sobretudo, as que diferenciam memória e história no âmbito da operação historiográfica. Para Ricœur (2007), mesmo que a memória se constitua como referência primeira, é preciso que o testemunho-memória, que tem uma estrutura fiduciária, se diferencie do testemunho-documento, que é indiciário.

O documento, segundo Ricœur (2007), deverá ser submetido aos critérios e às regras historiográficas, condição que permitirá a produção do conhecimento histórico, como vimos. Movimento epistemológico que é fundamental na construção do relato (dimensão explicativa), pois é ele, o relato histórico, que ocupará “o lugar de” no passado, nos termos de Koselleck (2006, p. 251). Nesse sentido, segundo este último autor, a ação do historiador se volta para “apoderar-se de uma

entre “um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), os procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)” (CERTEAU, 1982, p. 66).

5 Consultar também as reflexões teórico-metodológicas de Montenegro (2010a) e Albuquerque Junior (2007).

6 Ver Michel de Certeau (1982, 2000). Montenegro (2019), ao deter-se na construção e na análise dos relatos das personagens em seu livro *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*, muito contribui para refletirmos sobre a prática narrativa no campo da história.

realidade cuja atualidade já desapareceu” (KOSELLECK, 2006, p. 251). Nessas considerações, Koselleck, ao problematizar as narrativas que ocupam “o lugar do passado”, analisa também como as construções historicizantes que homogeneizam o tempo carecem de significados e aprisionam o relato nas redes causais, pois procedem por acréscimos: “A historiografia aditiva, que de acontecimento em acontecimento registra o que parece como novo corresponde de certa forma a uma experiência estática do tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 276). O historiador alemão acentua um aspecto crucial para dimensionar o relato histórico, distante das deduções causais e tautológicas, o que implica compreender o relato nas transformações e variações do tempo.⁷

Ainda no âmbito do debate historiográfico, é necessário não apenas questionar as categorias utilizadas, mas também avançar na análise que contemple uma historicidade filológica “do que é dito” e se apresenta nos diversos documentos. Além disso, deve-se operar com uma reflexão que torne possível apreender os deslocamentos semânticos sofridos pelas palavras, ressignificando-as. Pois, segundo o filósofo Walter Benjamin, não se deve “nunca considerar os teores materiais (*Sachgehalte*) independentemente das palavras que os exprimem”, segundo o texto de Gagnebin (2009, p. 144), em importante ensaio.

No livro *Passagens*, Walter Benjamin (2006) reflete sobre a produção do conhecimento que contemple, além de uma historicidade filológica, “uma historicidade mais epistemológica, uma historicidade da enunciação, isto é, uma reflexão sobre o lugar e o tempo do historiador presente e sobre sua relação com o tempo e o lugar do seu objeto” (GAGNEBIN, 2009, p. 144-145). Nos termos de Walter Benjamin (2006), citado por Gagnebin: “Dar a ver no tempo no qual nasceram, o tempo que as conhece – isto é, o nosso”

7 Ver, ainda, Koselleck (2001).

(BENJAMIN *apud* GAGNEBIN, 2009, p. 144-145). Partindo desses pressupostos, se imprime a condição necessária para uma análise que estabelece metodologicamente as diferenças entre “o discurso de quem analisa” e o “objeto” estudado, e, além disso, constitui uma maneira de adentrar o universo narrativo dos testemunhos históricos, observando sua historicidade. Por outro lado, as possibilidades de atualização do passado no presente só ocorrem quando a memória passada adquire legibilidade no presente. Assim, importa problematizar a reflexão sobre o lugar e o tempo do historiador e sua relação com o lugar e o tempo daqueles que testemunharam, procedimento que institui para a história um lugar de permanente mediação crítica. “Não se pode falar irrefletidamente do passado”, em suas várias dimensões, segundo Gagnebin (2009); é preciso saber o que interrogar, não esquecendo que o tempo que conhece o passado é o “nosso tempo”, com seus problemas, seus traumas, suas expectativas.

Distante de uma “historiografia aditiva” – para quem isso é uma verdadeira heresia –, o filósofo Walter Benjamin, ao fazer considerações críticas ao “tempo cronológico e linear”, argumenta que se deve instituir um outro conceito de tempo, o “tempo do *agora*”. A história – nessa concepção de Benjamin – é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras” (no texto “Sobre o conceito da história”);⁸ e a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz (não se deixa fixar): “a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação [...]. A imagem lida, quer dizer, a imagem no agora da cognoscibilidade, carrega no mais alto grau a marca do momento crítico, perigoso, subjacente a toda leitura” (BENJAMIN, 2006, p. 505).

8 Últimos escritos, as teses de W. Benjamin foram publicadas após sua morte. Benjamin (1985).

A referência a uma “historiografia aditiva” leva também a refletir sobre a concepção de um “tempo linear” como parte de uma perspectiva histórica ocidental, eurocêntrica, primordial para a construção dos saberes colonizados. Por isso é necessário questionar essa verdadeira obsessão temporal ocidental, inseparável do domínio sobre os colonizados, especialmente utilizando a dominação de raça. A base historicista oferece suporte à narrativa colonial europeia, que, sucessivamente, produz a noção de uma diferença vital entre os povos e estabelece passo a passo a figura do “outro” não civilizado, em um estágio atrasado do desenvolvimento social (MBEMBE, 2018a, 2018b, 2020; SELIGMANN-SILVA, 2022). Como muito bem argumenta Paul Gilroy (2012), uma narrativa que exclui descendentes africanos da modernidade.

Ao inspirar-me e seguir o caminho crítico dos autores pontuados nessa configuração analítica, seja historiográfica no que se refere à escrita da história, seja política ao indicar as operações de poder, devo dizer que foram e são fundamentais, do ponto de vista teórico e metodológico, para o trabalho que desenvolvo sobre a violência e o mundo do trabalho na Amazônia. Mundo cercado e constituído com práticas racistas, preconceitos étnicos e de classe social, marcado por condições sociais e políticas em que há uma concatenação entre o biopoder e as práticas de subjugação das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Nesse contexto mais específico, os questionamentos sobre a história do tempo presente não podem passar ao largo de certos problemas sociais, como o racismo, os saberes colonizados e as práticas colonizadoras. Pois certas práticas e certos argumentos políticos que legitimam ações do Estado e dos proprietários rurais se baseiam no pressuposto de que homens e mulheres pobres são “descartáveis”, “seres inferiores” (a biopolítica), destituídos de capacidade para gerenciar a “terra produtiva”.

Por outro, lado, a emergência da história do tempo presente e mesmo os questionamentos do conceito de contemporaneidade são

fundamentais para as reflexões e práticas da história oral, entre abordagens de temas políticos e violências sociais, assim como os diálogos, debates e controvérsias metodológicas. São inseparáveis.

Entretanto, é pertinente esclarecer, a referência ao “tempo presente” não é nova na historiografia ocidental e nem o debate sobre a contemporaneidade;⁹ particularmente, são contribuições teórico-metodológicas muito significativas para minhas pesquisas sobre o “tempo presente”. Hannah Arendt (2001, p. 247) já havia assinalado como certos acontecimentos podem funcionar como aceleradores do tempo e produzir um “novo conjunto de circunstâncias” que alteram radicalmente o passado recente e têm efeitos sobre os presentes que as sucedem. Marina Franco e Daniel Lvovich (2022), entre outros autores, chamaram atenção para o caso da Argentina, com a instalação da ditadura e o período da “transição democrática”; assim como, no Brasil, textos de importantes autores sobre a ditadura militar (1964-1985) e até mesmo sobre eventos mais recentes, provocaram novas leituras e compreensões sobre o golpe militar e as práticas políticas dos governos militares ao longo do tempo, com ressonância sobre o tempo presente.¹⁰

Considero que as circunstâncias históricas, sempre irrepetíveis, ao produzirem constelações políticas, econômicas e culturais específicas de cada momento histórico e acontecimento, recolocam as análises sobre o tempo e os conceitos com os quais nos referimos a elas em novos patamares. Os modos de articular passado, presente e futuro são muito diferentes e específicos, estão contidos em

9 Ver Momigliano (2004), Bloch (2001, 2011); Agamben (2009), Rousso (2016), Koselleck (2001, 2006), Hartog (2015), Rousso (2016), Koselleck (2001, 2006), Hartog (2015), Mbembe (2018a, 2018b, 2020), Gilroy (2012).

10 Ver, entre outros autores, a contribuição de Müller e Jeglinski (2022), Quadrat e Rollemberg (2015), Aarão Reis Filho (2000, 2014a, 2014b, 2021), Aarão Reis Filho *et al.* (2014), Nunes (2022), Motta (2021), Aarão Reis Filho, Ridenti e Motta (2014), Napolitano (2014, 2019), Safatle e Teles (2010), Fico (2001, 2014, 2015, 2021), Ferreira e Gomes (2014), Delgado (2018, 2019), Dreifuss (1981).

vivências em múltiplos tempos e, sobretudo, na linguagem, que, segundo Hartog (2015), remetem aos regimes de historicidade e à compreensão de práticas diferenciadas no tempo.¹¹

Para o que interessa primordialmente ao meu trabalho de pesquisa e escrita, trata-se de avaliar o “tempo presente” a fim de melhor compreendê-lo. Nos termos de Michel Foucault, essa tarefa exige um diagnóstico do tempo presente (DREYFUS; RABINOW, 1995), não para construir uma continuidade ideal do passado ao presente. Longe disso, é necessário questionar o passado sob novas formas, não para encontrar a “origem” dos eventos (finalismo) ou para encontrar correspondências ou significados paralelos entre o presente e o passado (presentismo). A abordagem é outra. O propósito maior da análise historiográfica é localizar ocorrências, “manifestações agudas” de práticas específicas e como elas tomaram forma, sob que circunstâncias e, até mesmo, onde se tornaram significativas. É tomando esses cuidados, ou com essas inquietações, que visamos estabelecer as condições históricas em que determinadas práticas e discursos se tornaram possíveis. Assim, a reflexão deve incidir sobre o passado, buscando compreender diversas situações, eventos, práticas e manifestações (onde, como, sob que circunstâncias) que ensejam novas formas de práticas políticas, econômicas e sociais. É nessa trama que está tecida a novidade (ARENDT, 2001).



11 Consultar a rica entrevista feita por Delacroix, Dosse e Garcia (2010) com Hartog. Ver, ainda, Araújo e Pereira (2016), Cézard (2018), Ferreira (2018). Consultar também as contribuições de Cavalcanti (2019, 2020, 2021, 2023) relativas à problematização do tempo e das narrativas no ensino da história.

O livro reúne sete textos/capítulos. Neles trato de refletir e analisar as práticas de pesquisa com os relatos orais e as implicações metodológicas para meus estudos e os projetos de pesquisa que desenvolvo (com bolsa produtividade do CNPq). Eles abordam história e memória social do trabalho e do “movimento de ocupação recente da Amazônia” (uma conjunção entre Estado e empresariado), a partir das últimas décadas do século xx. A referência histórica fundamental para o recorte temporal inicial são a ditadura militar e o amplo apoio civil, especialmente dos setores empresariais, a partir do golpe militar em 1964.¹²

A diversidade e a complexidade atual dessa temática, que tem os documentos orais – mas não apenas eles¹³ – como uma das referências, demandam reflexões muito particulares sobre o tempo presente, como mencionado no “diagnóstico do tempo presente” (DREYFUS; RABINOW, 1995). Interessa-me compreender como a Amazônia se transformou em breve espaço de tempo em um território marcado

12 Particularmente, sobre as políticas de ocupação na Amazônia, no período da ditadura militar, e particularmente sobre as várias estratégias de ocupação do espaço amazônico conforme os interesses políticos e econômicos, consultar Joanoni Neto e Guimarães Neto (2019, 2023), Hébette (1991), Ianni (1978, 1979a, 1979b), Petit (2003), Lobato (2014, 2020a, 2020b), Pereira (2015), Castro (2005), Castro e Castro (2022), entre vários autores que deram significativas contribuições.

13 Utilizei, além das entrevistas, documentos do SNI (no Arquivo Nacional) e do acervo da Comissão Nacional da Verdade, recolhidos em 2015 em cumprimento ao disposto no Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005, que dispôs sobre o recolhimento dos acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI). A equipe da Comissão Nacional da Verdade tinha como objetivo localizar documentos produzidos pelos serviços secretos militares, do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), do Exército (CIE), da Aeronáutica (Cisa) e do Centro de Informações do Exterior (Ciex), e, também, os acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Além disso, consultei documentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), material de propaganda de empresas colonizadoras, matérias de jornais, textos e acervos da CPT e documentos do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT).

pela degradação ambiental e pela violência a trabalhadores rurais, usurpação dos direitos indígenas – ampla invasão a seus territórios –, violência a povos tradicionais e outros devastadores malefícios.¹⁴ Não se deve silenciar o genocídio Yanomami, assim como incontáveis violências a outros povos indígenas, particularmente após o golpe militar em 1964 (VALENTE, 2017; DELGADO, 2022; CANUTO, 2019). Os impactos sociais e ambientais recentes na extensão do “arco do desmatamento” – uma linha que segue desde o oeste do Maranhão ao sul do Pará, estendendo-se por Mato Grosso, Rondônia e Acre – são exemplos negativos dos danos sociais e ambientais. Essa área concentra, a um só tempo, os mais altos índices de violência, desflorestamento e degradação da Amazônia, que atendem ao agronegócio, à pecuária, à mineração ilegal, associados aos constantes registros de ocorrências de trabalho escravo. Mas não apenas nessas áreas citadas; o avanço do desflorestamento – vegetação nativa – adentra espaços na parte oeste da Amazônia que eram antes menos explorados.

Nesse cenário político, econômico e social, sobretudo em Mato Grosso e Pará, foram registrados os maiores índices de trabalho escravo¹⁵ e assassinatos de trabalhadores rurais (GUIMARÃES NETO; PEREIRA, 2020; PEREIRA, 2015; FIGUEIRA, 2004). Essa configuração da superexploração do trabalho e intensa vulnerabilidade de grupos sociais, que aglutina um modelo de exploração econômica, está associada a graves problemas sociais e intensa e crescente degradação ambiental. Contudo, não há uma “condição natural” e/ou mera expansão da fronteira agrícola pressionada pelo crescimento

14 Ver, em especial, Kopenawa e Albert (2015), Cunha (2012), Delgado (2022), Delgado, Joanoni Neto e Ioris (2022), Funes (2022), Canuto (2019), entre outras contribuições.

15 Sobre o tema do trabalho escravo, ver o livro de Gomes e Guimarães Neto (2018); consultar também o premiado livro de Figueira (2004), Xavier Plassat (2010), Sakamoto (2020), Joanoni Neto e Guimarães Neto (2020, 2023), Silva (2022), Souza (2009) e, especialmente, os cadernos da CPT publicados no século XXI.

populacional, como muitas instituições de governo afirmam. O que há, na verdade, para ser bastante sintética, são ações que desmobilizam agentes, órgãos e instituições que dariam suporte à defesa da floresta contra os desmatamentos e queimadas, é a militarização recente de órgãos do Estado (no período de 2018 a 2022), e a construção de inúmeras estradas (clandestinas e ilegais) que atendem, particularmente, as áreas de exploração mineral. Nesse âmbito, as relações do Estado com empresários e instituições financeiras, que constituem o *modus operandi* do capital, são esclarecedoras (LOBATO, 2020b; MENDONÇA, 2016; CAMPOS, 2014; MARTINS, 1984, 2011; DREIFUSS, 1981).

Essas reflexões no campo político-econômico têm como base a análise dos dispositivos políticos que constituem um governo (FOUCAULT, 2008b), centrada na correlação que se pode fazer entre segurança, controle territorial e população. Quadro que permite refletirmos sobre a constituição de uma racionalidade governamental “moderna” – neoliberal – com a qual se apresenta o processo de ocupação recente da Amazônia.¹⁶

De fato, a análise sobre os dispositivos políticos e as tecnologias de poder do Estado é fundamental para a compreensão das práticas políticas que direcionam uma série de medidas governamentais. É nessa dimensão política que considero significativo realizar um “diagnóstico do tempo presente”.

Assim, perguntas que serviam de referência aos questionamentos sobre o “tempo presente” propiciavam análises críticas que foram sendo construídas com base nas experiências de pesquisa. Essas alternaram visita a arquivos e pesquisas de campo (documentos escritos e fontes orais). Para a sua realização foram percorridas, nos anos finais do século xx e na primeira década do século xxi,

16 Ver os textos conjuntos que compõem o livro de Joanoni Neto e Guimarães Neto (2023), a tese de livre-docência de Oliveira (1997), Martins (1984, 2011), Ianni (1978, 1979a, 1979b).

partes do norte, noroeste e nordeste de Mato Grosso (“nordeste” que é conhecido como “região do Araguaia”).¹⁷

Nas circunstâncias descritas, foram entrevistados, primeiramente, trabalhadores e trabalhadoras, que passaram a ser nomeados(as) de “colonos”.¹⁸ Com base em seus comentários, relataram que só a vivência das novas relações de exploração do trabalho levou-os a descobrir que as famílias de “colonos” estavam sujeitas ao poder da empresa de colonização. Ou seja, a linguagem de poder da empresa e a própria designação “colono” expressavam práticas de dominação e exploração do trabalho na Amazônia. A aproximação desta pesquisadora – que ora apresenta este livro – com os denominados “colonos”, lavradores que se deslocaram da região Sul do Brasil para a Amazônia, deu-se de forma lenta e em diversas etapas, em viagens para o norte do estado de Mato Grosso. Primeiramente, para a localidade de Alta Floresta, extremo norte do estado, ainda na década de 1980; depois, no final dos anos 1990 e inícios do ano 2000, para a cidade/área denominada de “projeto de colonização” de Juína (noroeste de Mato Grosso, ver nota 95), próxima a Rondônia. Em seguida, na primeira década do século XXI, desloquei-me para o nordeste do estado de Mato Grosso, para a área denominada de “região do Araguaia”, sob forte influência do bispo Pedro Casaldáliga. O foco das pesquisas foi também sendo alterado em razão de deslocamentos temáticos estratégicos. Passei a privilegiar a análise sobre os trabalhadores pobres que recebiam e recebem diversas denominações (peão de trecho, peão, “pau rodado” etc.) e que se situavam/situam numa fronteira móvel entre o trabalho temporário e o trabalho escravo (o trabalho escravo contemporâneo). Outras entrevistas também foram sendo incorporadas, com lideranças de

17 Pela classificação do IBGE, a partir de 1990, essa área corresponde à microrregião Norte Araguaia, na Mesorregião Nordeste de Mato Grosso.

18 Entrevistas já publicadas por Guimarães Neto (2002, 2022); ver também Joannoni Neto (2007).

trabalhadores(as) rurais do sul e sudeste do estado do Pará, avançando já pela segunda década do século xxi, em razão da problemática social do trabalho escravo contemporâneo e da violência dos conflitos por terra.¹⁹

Nesse processo de deslocamentos geográficos e analíticos ocorria uma lenta aprendizagem, outras leituras e análises teóricas passavam a orientar minhas perspectivas teóricas, auxiliando-me a refletir sobre as práticas de pesquisa.²⁰ A paciência na escuta buscava compreender as zonas de silenciamento e o medo que os lavradores (os “colonos”) tinham dos “senhores colonizadores” e, mais grave, o medo dos trabalhadores recém-saídos de áreas de trabalho escravo, assim como preparar-me para entrevistar trabalhadores temporários que viviam em locais públicos, sem moradia minimamente digna para viver. As entrevistas com lideranças sindicais, algumas ameaçadas de morte e com proteção policial permanente, exigiam, também, desprendimento e compartilhamento com elas.²¹

Essas considerações preliminares se constituem num guia ou mesmo num metatexto dos capítulos que constituem este livro, tendo como objetivo apresentar algumas práticas de pesquisa e articulações teóricas que pontuam o bordado do texto historiográfico, o que constitui o propósito maior desta escrita.



19 Tive todo o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá e entrevistei o advogado José Batista Afonso, reconhecido pela defesa dos direitos dos trabalhadores rurais do estado do Pará e dos direitos humanos.

20 Ver Portelli (2010), Montenegro (2010b), Guimaraes Neto (2010).

21 É primordial dizer que o resultado de todas as entrevistas realizadas é de domínio público, e, além disso, elas passaram pelos critérios das instituições que deram amplo apoio às pesquisas.

Os capítulos que compõem o livro foram escritos nas últimas duas décadas. Contudo, foram amplamente revisados para serem publicados. Optei por constituir duas partes: a primeira apresenta uma reflexão crítica sobre o “como”, as práticas metodológicas ou as bases teóricas para utilizar os documentos de referência para a pesquisa historiográfica, as narrativas e as novas possibilidades de compreensão crítica das relações entre o presente e o passado.

Para a primeira parte, disposta em quatro capítulos, organizei as reflexões metodológicas sobre os usos da história oral e a estrutura das narrativas decorrentes dos testemunhos. Muitas leituras e debates com meus e minhas colegas, que também têm a história oral como prática metodológica para a realização dos seus trabalhos, forjaram, em conjunto, caminhos e traçados percorridos, entre experiências e aprendizagens.²² As análises que desenvolvi nos capítulos levaram-me a vários deslocamentos teóricos que ampliaram minha compreensão dos problemas caros às práticas de pesquisa com a história oral, como a escrita dos relatos orais e a relação entrevistador(a) e entrevistado(a). As “entrevistas de campo” se tornaram uma real possibilidade de adentrar em temas e objetos desconhecidos. Por outro lado, nessas entrevistas, vivenciei situações extremamente delicadas, deslocando-me geograficamente por áreas inóspitas, de difícil acesso, e encontros inesperados com pessoas, até mesmo aquelas que me deixavam completamente vulnerável.

22 Participei de vários encontros nacionais e regionais de história oral, da Associação Brasileira de História Oral (Abho), assim como da Associação Internacional de História Oral (Ioha), onde pude debater pressupostos básicos da história oral, inovações e críticas às metodologias de pesquisa, com base em vários textos por mim apresentados. Pude participar, ainda, de outros encontros, simpósios, e seminários, como os que organizam a Associação Nacional de História (Anpuh) nacional e regional. A revista *História Oral*, uma publicação da Abho, com sua contribuição à produção intelectual que utiliza documentos orais, é referência para as nossas pesquisas.

Foram muito significativas como experiência de vida e acadêmica as entrevistas com os primeiros colonos na cidade de Alta Floresta e com o proprietário da Companhia Integração, Desenvolvimento e Colonização (Indeco), núcleo de colonização Alta Floresta, no extremo norte de Mato Grosso, ainda na década de 1980.

Posteriormente, interessei-me pela cidade de Juína (noroeste de Mato Grosso, ver nota 95), resultado de uma colonização coordenada pelo governo do estado, em conjunto com a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (Codemat). Cidade situada próxima a Rondônia, era local de concentração de trabalhadores braçais temporários que dali seguiam para diversas ocupações, inclusive o trabalho escravo. Entrevistei vários trabalhadores (alguns deles eram garimpeiros em situação de miserabilidade) que se concentravam em locais de rápidas passagens e eram levados pelos intermediários, que os contratavam, muitas vezes, à força para locais desconhecidos (vários eram submetidos a “trabalho escravo”). Como relataram, muitos deles morriam nesses locais.

Foi no contexto dessas entrevistas, em Juína, que me deparei com Josenildo, um trabalhador temporário que estava preso, sob acusação de homicídio. Entrevistei-o na delegacia/prisão da cidade. Anteriormente, já havia ido ao Fórum para investigar alguns processos-crime que envolviam trabalhadores temporários. Encontrei o processo que incriminava Josenildo, condenando-o a 18 anos de prisão pela morte de um pequeno proprietário. A sua história de vida testemunhava situações em que Josenildo se empregava em trabalhos com baixa remuneração, quando não o deixavam sem pagamento algum, sem moradia e em condições de completa vulnerabilidade social. A história de Josenildo é como um fio que se ata a várias outras histórias dos trabalhadores pobres na Amazônia.

Continuei a focalizar em meus estudos o mundo do trabalho nas regiões que eram vistas como entrecruzamentos de trabalhadores temporários na parte norte de Mato Grosso. Logo passei a

fazer novas entrevistas, agora deslocando-me para o nordeste do estado, onde fiz contatos com pessoas ameaçadas de morte, como Aparecida Barboza, presidenta do sindicato dos trabalhadores rurais de Confresa,²³ cidade bem próxima ao sul do Pará. Antes disso, visitei o bispo Pedro Casaldáliga e o Arquivo da Prelazia,²⁴ na cidade de São Félix do Araguaia.

Depois dessa experiência, fui à cidade de Marabá (PA), em razão de participação em um encontro regional na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Lá pude ter contato com Maria Joel, a Joelma, importante liderança sindical ameaçada de morte pelos latifundiários do município de Rondon do Pará.²⁵ Nessa cidade, também entrevistei José Batista, advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá.

23 Agradeço imensamente a intervenção de Luis A. B. Soares e Maria do Rosário S. Lima, em Confresa, para marcar a entrevista com D. Aparecida Barboza. Depois de tudo acertado, em um dos momentos que conversávamos para marcar a próxima entrevista, ela e eu fomos surpreendidas pela presença de quatro pistoleiros. O local da nossa conversa era uma pequena sorveteria, de propriedade do filho de Aparecida. Nada de ruim ocorreu, por sorte, talvez por terem chegado à sorveteria, onde estávamos apenas ela e eu, às 21h, seis ou sete pessoas para tomarem sorvete. Em seguida, ela pediu ajuda. Ver o texto que publiquei na revista *História Oral* (GUIMARÃES NETO, 2010).

24 Agradeço a disposição e o trabalho da “Cidinha”, Maria Aparecida Martins Souza, que com uma bolsa de pesquisa nos auxiliou (eu e Angela de Castro Gomes) na pesquisa de vários documentos do Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia, arquivo de valor inestimável para os estudos contemporâneos do Brasil, em especial para o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

25 Sou profundamente grata a Airton dos Reis Pereira. Ex-orientando de doutorado da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi da CPT – Marabá (continua colaborando), professor da Universidade Estadual do Pará (Uepa), *campus* Marabá, que negociou a entrevista com Maria Joel da Costa, Joelma, entrevista que se desenvolveu sob a vista de dois guardas armados com metralhadoras. Ver o artigo que Airton e eu escrevemos juntos para a revista *Territórios & Fronteiras*, do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT): Pereira e Guimarães Neto (2019), assim como o capítulo para o livro organizado por Marcus Dezemone e Edilza Fontes: Guimarães Neto e Pereira (2020).

Ao refletir longamente sobre os relatos e suas condições de realização, muitas vezes inusitadas, passei a interrogar-me, em especial, sobre a experiência da escrita. Nas entrevistas tive que aprender a perguntar, interromper, compartilhar as emoções e ler a linguagem dos testemunhos, das palavras e dos discursos, bem como as articulações das tramas construídas nos relatos e o que era dito e silenciado.²⁶ Passei a analisar as práticas discursivas de várias personagens que faziam parte do contexto investigado. Ouvir e narrar as histórias que a mim foram relatadas desafiavam-me a ler, escrever e reescrever. O que priorizavam e o que excluía? Que significados os entrevistados conferiam às suas experiências práticas? Qual a linguagem e o vocabulário que utilizavam? Nessa dimensão, é preciso problematizar três questões principais: a) o traço fortemente performativo da linguagem; b) as narrativas que não são lineares, mas atravessadas por várias temporalidades e indicativas de diversas espacialidades; e c) as zonas de silenciamento que fazem partes dos relatos. Não se pode passar imune a essas interrogações e, também, em especial, ao aspecto ético que as envolve. A complexidade dos testemunhos e dos relatos apresentados em pesquisas que utilizam a história oral exige referenciais teóricos inovadores, a enfrentar novas experiências. Todavia, como condição *sine qua non* para as práticas de pesquisa, é necessário estar ciente que definições e respostas prontas não existem *a priori*, não precedem o conjunto de procedimentos teóricos e metodológicos da pesquisa. Pelo contrário, elas se aprimoram à medida que os estudos se desenvolvem, os problemas são formulados e as análises são construídas. Toda pesquisa é aprendizagem a indicar novos e desconhecidos caminhos.

26 As experiências de Montenegro (2010b) com as entrevistas em seu livro *História oral* continuam a ser uma inspiração e aprendizagem. Ver também Necochea Gracia (2005).

Já a segunda parte do livro, dividida em três capítulos, relaciona-se ao universo da pesquisa que desenvolvo sobre a Amazônia.²⁷ Trata-se de questões relativas à memória social, à violência e como os(as) trabalhadores(as) se situam no quadro da exploração capitalista na Amazônia, que apresenta altos níveis de precarização e vulnerabilidade da vida humana. As reflexões traduzem esforços para articular os problemas que envolvem as abordagens temáticas e o conjunto documental que foi sendo incorporado no caminhar da pesquisa.

As histórias são parte do presente da história contemporânea do Brasil. Uma história plural do trabalho, com destaque para a violência contra os(as) trabalhadores(as) rurais relacionada com múltiplas estratégias, dispositivos e tecnologias de poder do Estado, bem como com as práticas empresariais. O discurso dominante naturaliza o desenvolvimento ou o progresso *pari passu* com a desigualdade social, a superexploração do trabalho e as variadas faces da discriminação.

Outro aspecto fundamental a considerar é que, ao dar relevância às pesquisas com base nas experiências sociais específicas, abordei parte das vivências sociais e políticas em uma dimensão micropolítica. Foi a perspectiva adotada para problematizar os relatos, analisando-os em contextos específicos, circunscrevendo-os num conjunto de eventos que torna possível a leitura do quadro político e econômico que engendra a “ocupação recente” da Amazônia. Um ponto de partida, também, para analisar vínculos sociais que são

27 A Amazônia foi redefinida de acordo com a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966: integra os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso (a norte do paralelo de 16°), Goiás (a norte do paralelo de 13°), Pará, Rondônia, Roraima e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44°). Ver Figura 1. Para uma análise crítica dos esquemas interpretativos que têm como objetivo explicar e identificar a Amazônia como região (classificações arbitrárias que instituem identidades étnicas e regionais), consultar o texto do antropólogo Almeida (2008).

fundamentais para a organização política dos trabalhadores em sua reivindicação pelos direitos humanos, direitos à terra e à cidadania. Dessa forma, os relatos – em sua dimensão individual e social – estabelecem relações com outras histórias e experiências, pois ao elaborar o “relato de si” a narrativa se torna indiciária.

No entanto, vários relatos apontam histórias que foram silenciadas ou invisibilizadas, de trabalhadores(as) que participaram de prestação de serviços “ora aqui ora ali” e de diversos tipos, seja em áreas de mineração, seja em fazendas, recebendo algum tipo de “pagamento” ou como trabalhador escravo. Corpos produtivos em um mundo que, como adverte Judith Butler (2016, p. 15), são “corpos entregues a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros”.

O espaço geográfico, lócus das pesquisas, foi preponderantemente a parte norte de Mato Grosso, como já assinala; porém, ao analisar as experiências sociais dos diversos segmentos de trabalhadores e de outras categorias sociais, a referência dessa indicação geográfica, “norte de Mato Grosso”, passou a ser insuficiente. O que se configura nesse espaço é um mundo social e etnicamente multifacetado, que se encontra imbricado com outros “territórios de ocupação recente” na Amazônia, por meio das redes de deslocamentos de diversas partes do Brasil.

Ao analisar os múltiplos deslocamentos de trabalhadores e as práticas de violência física e simbólica, constatei, por um lado, como esses segmentos sociais reconfiguravam/remapeavam o espaço geográfico em termos de táticas de sobrevivência e de resistência por meio de diversas estratégias. Por outro lado, o espaço dos conflitos sociais ensejava o aparecimento de lideranças sindicais que ocupavam de maneira especial o cenário político nos embates sociais.

Além disso, ao operar com a pesquisa que amplia as gêneses e verticaliza as conexões, foi possível analisar ações de representantes

sindicais, que contaram com o apoio de entidades civis e religiosas como a CPT e acionaram o Ministério do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal para denunciar o uso de trabalho escravo, flagrantemente de maus tratos e torturas. Apreender essa configuração foi decisivo para compreender o nível da precariedade da vida dos trabalhadores e trabalhadoras, e a radical vulnerabilidade social das famílias, dos grupos de pessoas e indivíduos, cerceados em seus direitos básicos ao trabalho, à moradia, à saúde e à alimentação.

Depreende-se desse universo amazônico uma crítica ao discurso do progresso que implementa práticas nomeadas desenvolvimentistas, respaldadas pelo Estado e pelos empresários. Constituem as políticas neoliberais que instituem restrições aos direitos, à pluralidade e à heterogeneidade das populações, questão central no mundo contemporâneo. Apesar dos embates apontados, considero que os relatos orais foram e são registros valiosos e necessários para a compreensão da história e da realidade social da Amazônia e de outras regiões do país. Eles permitem ouvir homens e mulheres como protagonistas, recusar silenciamentos e observar perspectivas que muitas vezes são desconhecidas e/ou ignoradas pelos discursos hegemônicos. Essas pesquisas contribuíram para a construção de uma história e de uma memória social inclusiva e democrática, que projetam formas alternativas de resistência e construção de novas práticas sociais e políticas muitas vezes pouco conhecidas e comentadas.

As experiências que tive com as pessoas entrevistadas ao longo das trajetórias de pesquisa e consultas a diversos arquivos foram as mais ricas da minha vida. As aproximações, as conversas e os diálogos tornaram possível a compreensão dos significados das palavras quando tomadas isoladamente, dos gestos e dos vocabulários muito próprios que compõem a linguagem. Saber ouvir e respeitar a fala das pessoas entrevistadas é um compromisso essencialmente ético

que nos orienta na condução do trabalho que realizamos e do qual não devemos abdicar.



Os capítulos deste livro, *História oral e narrativas: diálogos intermitentes*, tiveram versões preliminares nas publicações que se seguem:

Na Parte I, o capítulo 1, “Notas sobre história oral, tempo presente e narrativas exemplares – violência a trabalhadores e trabalhadoras rurais”, teve como base, na sua primeira parte, um pequeno artigo que escrevi para a revista *História Viva* (GUIMARÃES NETO, 2014b), acrescido de novas análises; já a segunda parte do capítulo foi escrita especialmente para este livro e contou com reflexões metodológicas tendo como referência uma entrevista realizada com Joelma da Costa, liderança sindical do Sul do Pará, entrevista que já foi publicada na revista *Territórios & Fronteiras*, do Programa de Pós-Graduação da UFMT; o capítulo 2, “Historiografia, testemunhos e história oral”, foi publicado anteriormente com o título “Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas” (GUIMARÃES NETO, 2012); o capítulo 3, “Artes da memória: relatos orais, imagens narrativas e historiografia”, saiu pela revista *História & Perspectivas*, Editora de Universidade Federal de Uberlândia (Edufu), em 2000; e o capítulo 4, “Memória, testemunho e narrativa”, foi escrito em colaboração com Antonio Torres Montenegro para a coletânea *História em debate: cultura, intelectuais e poder*, da editora Appris, publicada em 2020. Os organizadores são Helder Remigio de Amorim, Flavio José Gomes Cabral, Tiago da Silva Cesar e Diogo Cunha.

Na Parte II, o capítulo 5, “‘Rola, mundo, rola, mundo’: trajetórias nômades. Cidades, projetos e programas dos governos militares na Amazônia – o norte de Mato Grosso”, foi publicado em 2003, com

o título “Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia”, na revista *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Também foi publicado na França: no dossiê sob a direção de Camile Goirand, com o título de “*Occupation, villes et violence en Amazonie – Brésil*” (GUIMARÃES NETO, 2003), que contou com o apoio do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e do Centro Nacional do Livro (CNL). Com revisões significativas, em 2006, foi também publicado no México pelo Departamento de Publicaciones, Escuela Nacional de Antropología e Historia (Enah), em 2006, na coletânea organizada por José Luis González e Franco Savarino, *Itinerarios: cultura, memoria e identidades en América Latina y el Caribe*. O capítulo 6, “Violência e trabalho na Amazônia”, saiu pela revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT, *Territórios & Fronteiras*, em 2014. O capítulo 7, “Os espaços múltiplos da memória: narrativa, história – Amazônia (norte de Mato Grosso)”, foi publicado pela revista *História Oral*, da Abho, em 2006. Os textos passaram por novas leituras e análises que permitiram “ver o que não se via antes”, indicadas teórica e metodologicamente ao longo desta introdução, e aproximá-las ainda mais de nosso presente atual.

Referências

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. 1968: os desafios de uma reflexão crítica. Niterói: Eduff, 2021. v. 1.
- AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.
- AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014b. (Coleção História do Brasil Nação, v. 5).

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *A ditadura faz 50 anos: do golpe de 1964 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AARÃO REIS FILHO, Daniel *et al.* (org.). *Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva: Fundación Mapfre, 2014. v. I.

ALBERTI, Verena. “Narrativas pregnantes” como “jogos de linguagem”: possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. II, n. 1-2, p. 127-148, jan./dez. 2008.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. Al di là dei diritti dell'uomo. In: AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: notte sulla politica*. Turim: Bollati Boringhieri, 1998. p. 20-29. Disponível em: <http://murilocorrea.blogspot.fr/2010/04/mais--alem-dos-direitos-do-homem-de.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, sc: Argos: Editora Universitária Unochapecó, 2009.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Basanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-249.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AMORIM, Helder Remigio de; CABRAL, Flavio José Gomes; CESAR, Tiago da Silva; CUNHA, Diogo (org.). *História em debate: cultura, intelectuais e poder*. Curitiba: Appris, 2020.

ARENDT, Hannah. *Compreensão e política e outros ensaios 1930-1954*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARAUJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus H. F. Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital. *Revista da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1-2, p. 270-297, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira de Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232. (Obras escolhidas, v. 1).

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Tradução Paulo Neves da Silva. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1990.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLOCH, Marc. *A estranha derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1979.

BUTLER, Judith. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1998*. Niterói: Eduff, 2014.

CANUTO, Antônio. *Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2. ed. Brasília: MDA, 2011.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 25, p. 11-36, 2022.

CAVALCANTI, Erinaldo V. Por dentro da aula de história: relatos, leituras e interpretações da história ensinada. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 16, n. 1, p. 229-248, jan./jul. 2023.

CAVALCANTI, Erinaldo V. A história sem presente e o ensino sem futuro: representação do tempo no ensino de História pelos alunos

da educação básica. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 13, p. 1-28, 2021.

CAVALCANTI, Erinaldo V. A Amazônia representada nos livros didáticos de história: sobre história, narrativa e ensino. *História & Ensino*, v. 26, p. 257-312, 2020.

CAVALCANTI, Erinaldo V. O futuro do passado no tempo presente: memórias e narrativas amazônicas na encruzilhada do tempo. *Teritórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 24-43, jan./jul. 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CEZAR, TEMÍSTOCLES. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje?: ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 78-95, 2018. Disponível em: www.revistas.usp.br/ra/article/view/148933. Acesso em: 3 jul. 2023.

CHARTIER, Roger. *A força das representações: história e ficção*. Chapecó, SC: Argos, 2011.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DELACROIX, Chris; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *Historicidades*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa. *O renitente esbulho enfrentado pelos Xavante de Marãiwatsédé*. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2022.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa; JOANONI NETO, Vitale; IORIS, Antonio A. R. *Povos indígenas no Brasil contemporâneo, riscos e desafios*:

compreendendo as vulnerabilidades e as múltiplas interações. Curitiba: Appris, 2022.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?*. São Paulo: Editora 34, 2016.

DOSSE, François. *Paul Ricœur: um filósofo em seu século*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução Constancial Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio; FRIGO, Darci. A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual estado de direito serve o sistema de justiça?. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI Isolete (coord.). *Conflitos no campo*: Brasil 2009. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 119-128.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi: Koinonia, 1994.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário*. v. 4: Ditadura militar e redemocratização – Quarta República (1964-1985). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da Nova República*. v. 5: Da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela M. de Castro. 1964: o golpe que derubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. Moldura institucional e projetos de institucionalização do regime militar brasileiro (1964-1978). *História, Histórias*, Brasília, v. 9, p. 8-57, 2021.

FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC-rio: Nau, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRANCO, Marina; LVOVICH, Daniel. La historia reciente en Argentina: apuntes sobre un campo de investigación en expansión. In: MÜLLER, Angélica; LEGELSKI Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 53-77.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas*. Fortaleza, CE: Plebeu Gabinete de Leitura, 2022.

FUNES, Eurípedes Antônio. Mocambos: natureza, cultura e memória. *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 146-153, maio/ago. 2009.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Walter Benjamin: estética e experiência histórica. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (org.). *Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. v. I.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, 2012.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, p. 11-41, jan./dez. 2008.

GOMES, Angela Maria de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização do Brasil contemporâneo*. Recife: Editora UFPE, 2022. E-book.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. *Revista de História da Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, p. 38-50, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Political struggles in the Amazon region since Brasil's military coup in 1964: voices of women trade unionists. In: SANTACANA, Carles; VILANOVA, Mercedes. *Many voices of oral history*. Barcelona: Icaria Editorial, 2016. p. 133-146.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia – na transversal do tempo. *História Viva*, São Paulo, ano XI, n. 133, p. 20-24, nov. 2014a.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014b. p. 35-64.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson *et al.* (org.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Santa Catarina: EDUFSC; Recife: Editora UFPE, 2012. p. 15-37.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa – Mato Grosso. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 53-86, jan./jun. 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.* *Cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Editora UFPE; Cuiabá: EDUFMT, 2008. p. 135-166.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Ocupação, cidades e violência na Amazônia – Brasil. In: GONZÁLEZ, José Luis; SAVARINO, Franco (org.). *Itinerarios: cultura, memoria e identidades en América Latina y el Caribe*. Cidade do México: Departamento de publicaciones de la Escuela Nacional de Antropología e Historia (Enah), 2006. p. 55-81.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Occupation, villes et violence en Amazonie – Brésil. *Revue Lusotopie*, Paris, n. 10, p. 223-243, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, n. 27, p. 49-69, jul./dez. 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: ditadura militar e empresários na Amazônia. In: NUNES, Paulo Giovanni Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Sagga Editora, 2018. p. 309-334.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; MONTENEGRO, Antonio Torres. Testemunho, narrativa e historiografia. In: AMORIM, Helder Remigio de; CABRAL, Flavio José Gomes; CESAR, Tiago da Silva; CUNHA, Diogo (org.). *História em debate: cultura, intelectuais e poder*. Curitiba: Appris, 2020. p. 77-89.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos no campo e práticas de violência: Amazônia. In: DEZEMONE, Marcus; FONTES, Edilza (org.). *História oral e conflitos rurais: memórias de lutas*. São Paulo: Letra&Voz, 2020. p. 119-140.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; PEREIRA, Airton dos Reis. História e acontecimento: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. Dossiê. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 90-108, jan./jul. 2019.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Vozes; Belém: Naea UFPA, 1991.

IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979a.

IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979b.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 9-22, 2010.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Amazônia, violência e tecnologias de poder: textos conjuntos*. Curitiba: Appris, 2023.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. O avesso da nação: recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século XX e século XXI. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 30, n. esp. 3, p. 484-506, 2020.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia: políticas governamentais, práticas de “colonização” e controle do território na ditadura militar (1964-85). *Anuario Iehs: Instituto de Estudios Histórico-Sociales “Prof. Juan Carlos Grosso”*, Buenos Aires, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de integração nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*, Aahus, n. 26, p. 144-157, dez. 2017.

LOBATO, Sidney da Silva. Futuros passados amazônicos: debates em torno das políticas desenvolvimentistas da ditadura para a Amazônia.

In: RIBARD, Franck (org.). *Os usos sociais do passado: debates contemporâneos*. Sobral: Sertão Cult, 2020a. v. 1, p. 135-153.

LOBATO, Sidney da Silva. Os empresários e a Amazônia: planejamento regional e protagonismo empresarial no início da Ditadura militar (1964-1966). In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (org.). *Coleção do tempo presente*. Bela Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020b. v. 3, p. 92-115.

LOBATO, Sidney da Silva. A historiografia da migração na Amazônia do século XX: pressupostos, teses e debates. *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, v. 1, p. 11-26, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.

MAIA, Andréa Casa Nova (org.). *História oral e direito à cidade: paisagens urbanas, narrativas e memória social*. São Paulo: Letra&Voz, 2019.

MAIA, Andréa Casa Nova; ARAÚJO, Wladimir Sena (org.). *Sobre paisagens, memórias e cidades*. São Paulo: Dialética, 2023.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lumpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MAUAD, Ana Maria; LOUZADA, Silvana; SOUZA JÚNIOR, Luciano Gomes de. Das revistas ilustradas ao fotojornalismo independente:

itinerários da prática fotográfica no Brasil do século xx. *Fotocinema*: Revista Científica de Cine y Fotografía, Málaga, v. 22, p. 221-254, 2021.

MAUAD, Ana Maria; MOTTA, Marly; KNAUSS, Paulo. *Nos tempos da Guanabara, 1960-1975: uma história visual*. Rio de Janeiro: Edições Janeiro, 2015. v. I.

MAUAD, Ana Maria; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *Diálogos historio-gráficos: memória, história e tempo presente no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Letra&Voz, 2023. v. I.

MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública que queremos? What public history do we want?*. São Paulo: Letra&Voz, 2018. v. I.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso do Presidente da República na Reunião Extraordinária da Sudam (Manaus, 08/10/1970). *A Amazônia Brasileira em Foco*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-16, jan./jun. 1971.

MENDONÇA, Sonia R. de. *Estado e classe dominante agrária no Brasil Pós 30*. Curitiba: Appris, 2016.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*. Recife: Cepe, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010a.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2010b.

MONTYSUMA, Marcos. Memória e esquecimento. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JUNIOR, Américo Alves de (org.). *Memória e esquecimento*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2019. v. 1, p. 6-253.

MONTYSUMA, Marcos. Um encontro com as fontes em história oral. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica Almeida (org.). *História e documentário*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2021.

MÜLLER, Angélica; LEGELSKI Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Contexto, 2014.

NECOECHEA GRACIA, Gerardo. *Después de vivir un siglo: ensayos de historia oral*. Cidade do México: Inah, 2005.

NUNES, Paulo G. A. et al. (org.). *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saga, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: Departamento de

Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.

PEREIRA, Airton dos Reis; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e acontecimento: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 90-108, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22228/rtf.v12i1.930>. Acesso em: 19 abr. 2023.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PIASSAT, Xavier. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (coord.). *Conflitos no campo: Brasil 2009*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 90-100.

PORFIRIO, Pablo F. A. Histórias, fotografias e trabalhadores do Brasil. In: PEREZ, Rodrigo; PINHA, Daniel (org.). *Tempos de crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. v. 1, p. 93-124.

PORFIRIO, Pablo F. A. Memória de imagens de trabalhadores rurais: marchas das Ligas Camponesas, Pernambuco, 1960. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 44-57, jan./jul. 2019.

PORFIRIO, Pablo F. A. O tal de Natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses. Pernambuco, 1963. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, p. 745-766, 2016.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra&Voz, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos

25 anos. In: CANUTO, Antônio; SILVA, Cássia Regina; WICHINIESKI, Isolete (coord.). *Conflitos no campo*: Brasil 2009. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 109-118.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. v. 1.

RIOS, Kênia Sousa. *História oral e natureza*: resistência e cultura. São Paulo: Letra&Voz, 2019.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. *O que resta da ditadura*: a exceção brasileira. Boitempo: São Paulo, 2010.

SAKAMOTO, Leonardo (org.). *Escravidão contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

SILVA, Nauber Gavski da. *Nos limites da lei*: a escravidão contemporânea no interior de São Paulo (1991-2010). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Salvador: Saggá, 2022.

SOSSAI, Fernando C.; FONTOURA, Arselle de Andrade da; COELHO, Ilanil (org.). *Espaços de história oral no sul do Brasil*: trajetórias, experiências e perspectivas. Joinville: Editora da Univille, 2022.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. *Retalhos de vida*: escravidão contemporânea nas agropecuárias do Araguaia (1970-2005). 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

TORRES, Maurício (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. *As mulheres de X'oyep: fotografia e memória*. Tradução Pablo Francisco de A. Porfirio. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. La frontera imaginaria. Usos y manipulaciones de la fotografía en la investigación histórica en México. *Revista Cuicuilco*, Cidade do México, v. 14, n. 41, p. 193-215, set/dez. 2007.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México (1880-1920)*. Cidade do México: El Colegio de México: Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, 2006.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PARTE I

História oral, memória, relatos

CAPÍTULO I

**Notas sobre história oral, tempo presente
e narrativas exemplares**

Violência a trabalhadores e trabalhadoras rurais

A contemporaneidade se escreve no presente.

Giorgio Agamben,

O que é o contemporâneo? e outros ensaios

O passado é ainda carregado por uma palavra
que pode ser exigida a testemunhar...

François Dosse,

*Renascimento do acontecimento: um desafio
para o historiador: entre Esfinge e Fênix*

Este capítulo apresenta reflexões e análises – no quadro de um referencial político e social da contemporaneidade – que se desdobram em duas partes que o compõem: a primeira se refere às questões metodológicas suscitadas pelos desafios historiográficos dos “relatos orais de memória”, em que os testemunhos são o ponto central. Já a segunda parte analisa os impactos das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, instauradas pelos governos militares

(1964-1985), que levam trabalhadores e trabalhadoras rurais a vivenciarem atos de violência física e simbólica em que os direitos de cidadania e os direitos humanos não são considerados e, por isso mesmo, são vilipendiados. Nessa perspectiva, o testemunho de atos de violência na narrativa de uma liderança sindical do sul do Pará, analisada no âmbito dessa experiência histórica, destaca-se e possibilita um debate metodológico e político dos testemunhos. A narrativa de Joelma da Costa,²⁸ quando se encontrava na Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rondon do Pará, apresenta amplas ressonâncias no tempo presente.



Há contribuições significativas, cada vez mais frequentes, de historiadores e historiadoras que utilizam relatos orais ao focalizarem o tempo presente. Entrelaçam múltiplos indícios históricos ao recorrerem à metodologia da história oral; contudo, recusam a ingênua pretensão de “resgatar” a experiência passada ou mesmo de “dar voz aos oprimidos” – ninguém “dá voz” a ninguém –, o que é diferente de registrar/buscar testemunhos silenciados. As narrativas no campo historiográfico elaboradas com base na documentação oral não têm, também, a pretensão de “recriar o real” ou corresponder diretamente a uma “cópia do real”. Não são tratadas “ilustrando um contexto” ou “uma realidade”, mas são tomadas como práticas discursivas, produtoras de diferentes pontos de vista, que oferecem importantes elementos para repensar o complexo universo histórico.

28 Entrevista publicada em Guimarães Neto e Pereira (2020, p. 119-140) e Pereira e Guimarães Neto (2019, p. 90-108).

Vivemos hoje um verdadeiro *boom* de testemunhos orais e escritos. Narrativas de testemunhas “ao vivo” participam de uma nova construção dos acontecimentos marcantes da história (DOSSE, 2013). Assim, o trabalho com a memória e os testemunhos potencializam novas abordagens sobre o tempo e os acontecimentos em suas várias dimensões e interrogam até mesmo os regimes de historicidade. Por outro lado, as possibilidades de atualização do passado no presente, onde adquirem legibilidade, além de problematizarem a reflexão sobre o lugar e o tempo do historiador, e sua relação com o lugar e o tempo daqueles que testemunham, instituem para a história um lugar de permanente mediação crítica.

Porém, é preciso estar atento às questões metodológicas suscitadas pelos desafios historiográficos contemporâneos aqui pontuados pela problemática do tempo presente e pelo uso dos relatos orais de memória. Nesse sentido, as reflexões sobre a memória nos auxiliam nas experiências com a pesquisa documental, em especial, observando que

Paul Ricœur [em *A memória, a história e o esquecimento*] estabelece uma série de distinções essenciais entre estas duas formas de presença do passado no presente que asseguram, por um lado, o trabalho da anamnese, quando o indivíduo “desce a su memória” (“desce à sua memória”), como escreve Borges, e, por outro lado, a operação historiográfica (CHARTIER, 2011, p. 114-115).

Nessa perspectiva teórica, os testemunhos devem ser diferenciados dos documentos, e os pesquisadores e pesquisadoras devem cuidar para não confundirem “entrevista” com documento. Além disso, há um aspecto significativo a problematizar: não homogeneizar “os contextos” e as “identidades” apresentadas, como se não houvesse variações nas experiências sociais vividas em grupos ou individuais (GRYNSZPAN, 2020, p. 66). As entrevistas, como resultado do trabalho comum, do diálogo estabelecido entre o entrevistador

ou entrevistadora e o entrevistado ou entrevistada, após sua realização, deverão ser tratadas como uma atividade de pesquisa inserida no processo da operação historiográfica (MONTENEGRO, 2019; RIOS, 2019; MONTYSUMA, 2006). Ao tratar especificamente das minhas pesquisas sobre a Amazônia, isso permite trabalhar os testemunhos de forma indiciária – e não apenas a temática aqui abordada –, conectando-os a outros relatos que compõem, com histórias fragmentadas, uma polissemia de narrativas da violência, do trabalho e das migrações/desterritorializações (PEREIRA; GUIMARÃES NETO, 2019; GUIMARÃES NETO; PEREIRA, 2020).

Mediante tais procedimentos, também é fundamental reconhecer as diferenças sociais e culturais entre os interlocutores participantes de uma entrevista, um primeiro passo para romper com o lugar-comum, como os tradicionais papéis de sujeito e objeto, entrevistador e entrevistado. Para Portelli (2010), saber reconhecer as diferenças sociais e culturais entre os envolvidos em uma entrevista é um primeiro passo para romper com os lugares dispostos em uma concepção positivista, ou seja, com os tradicionais papéis de sujeito e objeto, observador e observado. Além disso, há implicações teóricas e técnicas, como evitar respostas contidas nas perguntas, que anulam a força do testemunho. Devem-se analisar os significados inscritos nas narrativas, tratadas como práticas discursivas, assim como deve-se estar atento ao estatuto político dos testemunhos, como assinalam Maria de Lourdes Janotti (2010) e Antonio Montenegro (2010, 2019). As tensões entre as dimensões subjetivas e objetivas não devem ser tratadas tomando essas dimensões como polos opostos, estabelecendo dicotomias, sublinhando inconsistências e operando com categorias a-históricas (SCHMIDT, 2012). Mais relevante é compreender “um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 2008a, p. 10-11). Um “sujeito em movimento”, mesmo submetido às normas e às regras compartilhadas

pelos diversos agentes sociais na tessitura mais ampla da sociedade. Portanto, para analisar as narrativas, é necessário ressignificá-las no processo ativo das experiências sociais.

Ao abordar o tempo, matéria da história, as referências às experiências passadas e às expectativas futuras são vistas relacionadas com o presente, estão nele contidas, sobretudo pelas maneiras como contamos as histórias, ou pelo nosso interesse nas questões da contemporaneidade que orientam leituras e o olhar para o passado e o futuro. Contudo, contrariamente aos discursos que naturalizam as ações humanas no tempo, a denominação “tempo presente” é de difícil apreensão e continuamente nos escapa. O “tempo presente” se transforma, troca de conteúdo e experimenta novas formas de ser “presente”. Surgem novos significados que se integram aos já estabelecidos, num movimento de concreção, adensamento ou materialização ressignificando o conceito, conforme assinala o historiador Koselleck (2001).²⁹

A complexidade que envolve o uso do conceito de “tempo presente”, como uma dimensão temporal entre a *memoria praeteritorum* e a *expectatio futurorum*, que as condensa e/ou que delas escapa, é fundamental para historiadores e historiadoras, em especial, ao questionar criticamente as homogeneizações temporais e refletir que “[...] o presente se faz com todas as dimensões do tempo” (KOSSELLECK, 2001, p. 117).

Múltiplas possibilidades estão a indicar um tempo presente que informa o pertencimento dos grupos sociais às várias dimensões do tempo, em constante movimento e transformação. Novas perguntas e novas demandas provocam reescritas do passado e do presente que interferem sobre as concepções do futuro (KOSSELLECK, 2006). Novas relações, novas indagações, novos mundos inscrevem significados inéditos em conceitos e palavras.

29 Ver Guimarães Neto (2023, p. 165-195).

É no fluxo do tempo que significamos os acontecimentos presentes. Giorgio Agamben escolhe falar em termos de contemporaneidade. O filósofo a inscreve no presente e, dessa forma, tece sua visão crítica do mundo, numa perspectiva de quem “vê as sombras e percebe o escuro”, podendo distinguir “o fecho de trevas que provém do seu tempo” (AGAMBEN, 2009, p. 63-64). Segundo o filósofo, não somos contemporâneos, mas nos tornamos contemporâneos.

Amazônia: tempo presente e contemporaneidade

No âmbito desse debate sobre o tempo e a contemporaneidade, a “Amazônia” tem a espessura temporal da catástrofe, revestida com o manto triunfal dos saqueadores, comandados pelas grandes empresas, particularmente as mineradoras, as fazendas do “boi” e as grandes lavouras de grãos, particularmente da soja. “Estabelecer um vínculo orgânico entre a flecha do tempo e sua dimensão humana” (DOSSE, 2013, p. 152) posiciona melhor as lentes que focalizam os conflitos sociais no entorno e no centro da disputa pela terra, bem como as lentes que ampliam a visibilidade das condições precárias e da superexploração dos trabalhadores rurais – e dos vários assassinatos. Vivenciamos o acontecimento-catástrofe com as práticas criminosas contra os povos indígenas e os recorrentes genocídios³⁰ – povos que são vistos como vidas que não vale a pena ser choradas (BUTLER, 2016).

Em particular, desde a ditadura militar no Brasil (1964-1985) aos dias de hoje, a violência política e social na Amazônia caminha a passos largos e torna-se o centro de inúmeras histórias, compreendidas como algo que concerne a todas e todos nós. Na perspectiva de Agamben, para quem “não se deixa cegar pelas luzes do progresso

30 Ver Valente (2017), Cunha (2012), Delgado, Joanoni Neto e Ioris (2022).

e consegue entrever nessas a parte da sombra, a sua íntima obscuridade” (AGAMBEN, 2009, p. 64), reflito sobre esse presente que aí se encontra a pressionar e a clamar pelas mudanças e pelas transformações. Essa abordagem se insere, na minha perspectiva, na esfera dos desafios epistemológicos que as reflexões teóricas historiográficas e de outras áreas das ciências sociais apresentam hoje. Ademais, atualizar análises e conceitos reposiciona a história política sob novos pressupostos teóricos, a valorizar as ações dos agentes sociais, os testemunhos individuais e coletivos, em abordagens absolutamente inovadoras. Chamo atenção para rediscutir criticamente conceitos usuais que, muitas vezes, no tempo presente, pouco têm ajudado a entender a Amazônia e os vários discursos que são formulados sobre ela, um território extremamente complexo e que se transforma rapidamente.

Os marcos temporais que aceleram nossas percepções do tempo presente são diversos. Contudo, estão sob os impactos das atividades econômicas da mineração que se estendem às diversas áreas, sobretudo aos territórios indígenas, do poder das *commodities*, da força da desregulamentação ambiental, como a degradação do meio ambiente e o domínio financeiro sobre o mercado de terras.³¹

Mas compreendo que analisar a configuração política dos conflitos sobre diversas áreas e que abrangem populações étnicas diversificadas leva-me a repensar os dispositivos governamentais que

31 Ver, em especial, para o estado de Mato Grosso: Coy, Barrozo e Souza (2020) e Barrozo (2019). Ver, ainda, Castro e Castro (2022). Foge aos objetivos deste texto, em razão da abrangência da análise, realizar uma avaliação mais ampla da produção historiográfica e da produção das ciências sociais sobre esses temas, mas gostaria de ressaltar a importância de pesquisas que enfocam novos estudos sobre a Amazônia e vêm sendo desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, particularmente, as universidades da Amazônia e de certos núcleos de estudos, como o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea) e núcleos de estudos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), que muito têm contribuído com inovadoras análises sobre a Amazônia.

estimularam empresários a investir na Amazônia, beneficiados pelos incentivos fiscais e por outros apoios financeiros (estradas, terras a preço de baixo valor e concessões a empresários e outros benefícios). Simultaneamente, governos e empresas atraíram pequenos produtores e trabalhadores rurais, particularmente do Nordeste e do Sul do Brasil, a se deslocarem em busca de “terras disponíveis” e “baratas”, bem como de novas oportunidades de trabalho, como a propaganda oficial fazia crer. Era a criação de um grande mercado de trabalho. A intervenção do Estado, o monopólio do capital privado e a constituição de um mercado de trabalho volátil constituíram a base das relações que se estabeleceram entre grandes proprietários de terra, empresários da indústria e das finanças (LOBATO, 2020; CAMPOS, 2014) e trabalhadores rurais. Dispositivos políticos governamentais e um aparato militar – e paramilitar – deram suporte a um amplo programa de controle da ocupação dos espaços na região amazônica desde os anos finais da década de 1960 (MARTINS, 1984). A Amazônia tornava-se alvo como nunca dos grandes investimentos nos setores energético e madeireiro, na exploração agrícola, na pecuária e na mineração, entre os que mais mobilizam o capital financeiro.

Para tanto, era central exercer um controle efetivo sobre o regime fundiário, especialmente desmontar as propostas de reforma agrária, instituindo novos padrões de concentração da terra. Para Octavio Ianni (1979b, p. 11), “a sociedade agrária constitui também a ditadura”, assim como, para José de Souza Martins (2011, p. 8), “a questão fundiária, em particular o latifúndio e a tendência latifundista da propriedade da terra do Brasil, continua a reger os fundamentos da política brasileira”. Acrescento que os investimentos financeiros, em vários casos, foram associados às práticas arcaicas e violentas de exploração da mão de obra.³² Nessa trilha, ações governamentais

32 Ver, em especial: Esterci (1994), Figueira (2004), Gomes e Guimarães Neto (2018), Joaroni Neto e Guimarães Neto (2020, 2023).

na ditadura militar subordinaram a questão agrária ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), e o uso do poder armado pelos proprietários de terra não foi cerceado, assim como pelos empresários dos novos negócios, a exemplo daqueles ligados a agropecuárias, agroindústrias, mineração e “colonização” (HÉBETTE, 1991). Tudo isso é amplamente documentado por diversas fontes – especialmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – e noticiado, muitas vezes, pela própria imprensa. Há que se destacar as matérias feitas pelo *Jornal do Brasil*, na década de 1970, registrando ou denunciando flagrantes de trabalho escravo pela Polícia Federal nas fazendas da Amazônia, até mesmo indicando a existência de grandes cemitérios clandestinos (ESTERCI, 1994).

Os conflitos agrários, na ditadura militar, foram tratados cada vez mais como assunto de segurança do Estado, demandando ação conjunta da Polícia e do Exército. Fazendas viraram verdadeiras cidadelas armadas por milícias, constituindo redes entre agentes policiais, militares e pistoleiros.³³ Ademais, a maquinaria política – policial e militar – traduz uma das questões mais estratégicas do regime instaurado em 1964, não apenas circunscritas à Amazônia. Assim podemos entender os inúmeros assassinatos de trabalhadores rurais, de seringueiros e de suas lideranças, como o caso emblemático de Chico Mendes.

Esse complexo padrão de intervenção estatal contou com o apoio de órgãos federais, entre eles a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Banco da Amazônia, os grupos executivos de trabalho, como o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e o Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas (Gebam) (ALMEIDA, 1981), além dos próprios ministérios

33 Airton Pereira (2015) analisa essas ações conjuntas em seu livro que focaliza o sul e o sudeste do Pará.

que fincaram as bases para a implantação dos grandes projetos de exploração econômica (ALMEIDA, 1981). Foi amplamente noticiado pela imprensa brasileira como a Sudam privilegiou a política dos incentivos fiscais.

Nessa esfera, estabeleceu-se como uma das prioridades, por meio do Programa de Integração Nacional (PIN) – Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970 –, a construção de grandes rodovias federais, como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (TORRES, 2005), e a implantação dos “núcleos de colonização”, projetos da iniciativa privada e do governo monitorados pelo Incra. Milhares de hectares de terra foram vendidos pelo Estado aos empresários para a “colonização privada” e outros milhares foram disponibilizados pelo Incra como “colonização oficial” (como foram denominadas essas modalidades de venda e loteamento de terras), com base nas terras devolutas que, de fato, adentravam territórios indígenas, áreas de seringueiros, terras de posseiros e de outras categorias sociais. Importante registrar que, no âmbito dessa configuração dos investimentos empresariais, os estados que integram a Amazônia – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão – dividiram entre si o *ranking* dos maiores índices de desmatamento e crimes ambientais, bem como do uso de trabalho escravo no Brasil. Na 4ª Vara do Trabalho de Marabá (PA), nos autos do processo nº 0000718-29.2015.5.08.0129, que tem como reclamados a madeireira Barroso Ltda, a madeireira Jacaré Indústria, a Comércio e Transporte Ltda, a madeireira Urubu, Décio José Barroso Nunes e a madeireira Paricá Ltda, aparecem os nomes das madeireiras que exploram trabalhadores no trabalho da derrubada da floresta e no trabalho nas serrarias. São nesses espaços sociais, entre tantos outros, que as redes migratórias se constituíram entre a Amazônia e as demais regiões brasileiras.

Nesse quadro histórico, passei a estudar a situação dos trabalhadores rurais marcada por atos de violência física e simbólica

contra os direitos de cidadania, inclusive com assassinatos, torturas e prisões. Para tanto, analisei – e ainda analiso – relatos escritos, pesquisando em vários arquivos importantes, como o da Prelazia de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, assim como entrevistas orais que narram denúncias contra os direitos civis e humanos, com especial interesse pelos relatos de mulheres que se destacaram como dirigentes sindicais. Essas mulheres – algumas delas ameaçadas de morte – são representativas da luta política contra a exploração, a opressão e a violência armada.

Fragmentos de testemunhos e sua contemporaneidade: mulheres na liderança dos sindicatos dos trabalhadores rurais

Na configuração contemporânea da violência no Brasil, particularmente na região amazônica, os acontecimentos políticos no tempo presente têm grande impacto na história da sociedade brasileira. Vivemos um período marcado por manifestações autoritárias, profundas desigualdades sociais e práticas econômicas predatórias que não apresentam nenhuma novidade. Contudo, na constelação política na qual se encontram, dispostas em posições estratégicas – a *concatenatio causarum* de que nos fala Veyne (2011, p. 54) –, distinguem-se não apenas pela violência com que atuam, mas porque conformam o *modus operandi* do neoliberalismo no Brasil. Seja pelo que observamos com os “povos indígenas”, práticas verdadeiramente genocidas; seja pela situação precária e vulnerável dos trabalhadores e trabalhadoras pobres, particularmente aqueles e aquelas que não tem acesso à terra; seja pelos contínuos assassinatos de lideranças indígenas, ambientalistas e trabalhadores rurais; seja pela degradação ambiental, com a destruição das florestas e as alterações climáticas, levando à desertificação de várias áreas na Amazônia; seja pelo crescimento dos setores sociais liberais-conservadores,

especialmente proprietários rurais que ignoram os direitos sociais, utilizam o trabalho escravo e o poder armado – até mesmo com milícias no campo.

O tema da violência da luta pela terra no Pará³⁴ tem ressonância em outras partes da Amazônia e do Brasil. A concentração fundiária e o poder dos grandes proprietários de terra ainda continuam a comandar/governar as instituições políticas brasileiras, o que nos leva a analisar as condições específicas das condutas e dos modos de governar que tornam a questão agrária ainda tão central, atuante e violenta. As inter-relações desse poder que se espraia pela Amazônia se ramificam de forma perversa por todo o país.

A história contada pela presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Rondon do Pará, é um fragmento em meio a milhares de histórias de superexploração do trabalho rural, perseguições, assassinatos de trabalhadores no cenário da concentração da terra no Pará, particularmente das regiões sul e sudeste. Um território do agronegócio, da pecuária, das áreas mineradoras, das madeireiras e, sobretudo, da disputa pela terra (conectadas a outros estados que fazem parte da Amazônia, como Mato Grosso).

O relato oral da líder sindical Joelma foi realizado por meio de uma entrevista na cidade de Marabá.³⁵ Interessa-me avaliar os rela-

34 Segundo a CPT do Pará, entre 1970 e 2018, cerca de 1.001 trabalhadores rurais, agentes de pastorais e advogados foram assassinados no estado do Pará em razão dos conflitos agrários, e 709 se localizam no sul e sudeste paraense. Ver CPT (2019a).

35 As entrevistas com Maria Joel da Costa (Joelma), realizadas em Marabá (PA), no Centro de Formação Cabanagem, em abril de 2012, tiveram uma duração de aproximadamente oito horas. Joelma esteve acompanhada por dois agentes armados, seus seguranças (um homem e uma mulher), que permanecem 24 horas cuidando da sua segurança. Essa proteção foi concedida a ela, desde 2004, quando se intensificaram as ameaças de morte contra ela. Agradeço imensamente a Joelma por ter concedido a entrevista e pela sua generosidade em dispor de seu precioso tempo; também sou muito grata a Airton dos Reis Pereira

tos orais, e particularmente o de Joelma, não apenas pelo fato de serem registros factuais do que ocorreu em uma trajetória de vida, mas, sobretudo, porque oferecem rastros e vestígios que nos dão pistas para analisar os caminhos e os meandros das lutas no universo das microrrelações de poder. Os fragmentos do testemunho da líder sindical Joelma contemplam a tragédia pessoal e social numa dimensão micro-histórica, associada à dimensão social macro-histórica, um ponto de partida para analisar vínculos sociais que são fundamentais para a organização política dos trabalhadores em sua reivindicação pela terra. O testemunho, assim, estabelece relações com outras histórias e experiências, pois ao elaborar o “relato de si”, a narrativa se torna indiciária.³⁶ O relato de Joelma, desse modo, funcionará neste texto como um guia-índice do tempo presente sobre as práticas dos latifundiários e as iniciativas de “resistência” das lideranças de trabalhadores e sindicatos na Amazônia, além de apontar para outras possibilidades.³⁷

Ao falar da memória passada, é necessário antes compreender que as lembranças que emergem no ato da rememoração ou da escritura ganham sentido quando aparecem conectadas ao tempo em que se vive agora, o presente, em uma narrativa que as significam, em um contexto de maior acirramento dos conflitos sociais, das disputas políticas e da violência historicamente determinados.

(ligado à CPT – Marabá) pela sua intermediação fundamental para que a entrevista ocorresse.

36 Conferir também a análise sobre o relato de Joelma em Pereira e Guimarães Neto (2019), Guimarães Neto (2016) e os caminhos metodológicos propostos para a análise dos relatos orais em Gomes e Guimarães Neto (2018).

37 Ver, ainda, o relato de Aparecida Barboza no artigo “História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa – Mato Grosso”, publicado na revista *História Oral*, da Associação Brasileira de História Oral (Abho): Guimarães Neto (2010).

A narrativa da presidenta do STR de Rondon do Pará, Maria Joelma da Costa, e a história de José Dutra da Costa, conhecido como Dezinho, também presidente do STR de Rondon do Pará, assassinado em novembro de 2000 no exercício de seu mandato no sindicato

José Dutra da Costa, Dezinho, foi uma importante liderança dos trabalhadores rurais em Rondon do Pará, assassinado por um pistoleiro em novembro de 2000 a mando de proprietários locais. Joelma, viúva de Dezinho, assume, depois de dois anos da morte do marido, o sindicato como sua presidenta eleita. Os dois são emblemáticos na luta dos trabalhadores rurais do sul e sudeste do Pará pelo direito à terra e à cidadania. Tanto ele quanto ela trabalharam por um sindicato extremamente combativo, modificando, a começar por ele, o seu perfil assistencialista, assumindo uma conduta de enfrentamento diante dos latifundiários locais (que continuará com Joelma), até quando ela mesma participará ativamente da formação e da coordenação dos acampamentos de trabalhadores e trabalhadoras para a aprovação de Projetos de Assentamentos de reforma agrária pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Entretanto, a história é longa e, como a vida, repleta de sinuosidades.

Joelma da Costa sofreu uma dura perda com a morte do marido. José Dutra da Costa, Dezinho, foi assassinado na frente de sua casa na presença dela e dos quatro filhos. Seu mundo desmoronou e ela, por mais que o companheiro, presidente do STR de Rondon do Pará, tivesse sido inúmeras vezes ameaçado, desestruturou-se completamente, pois não sabia como sobreviveria com os filhos pequenos sem o companheiro. O casal era jovem. No momento do assassinato, ele tinha 43 anos e ela, 37 anos, haviam se casado em 1981 (o namoro começou quando ela tinha de 13 para 14 anos e ele, 19) e chegado ao Pará em 1984. Havia decidido sair do Maranhão com a expectativa de adquirirem um lote de terra no Pará, influenciados

pela mãe de Joelma que já havia partido, também em busca da prometida terra da Amazônia. Contudo, a disputa pela terra no sul do Pará era mais difícil do que podiam imaginar, a região era um território de latifundiários e empresários.

Todavia, depois de Dezinho trabalhar em madeireiras e outros empregos, procuraram focar no objetivo primeiro que era adquirir um lote de terra. Os planos logo se somaram aos de outros trabalhadores em um projeto coletivo, sobretudo, no momento em que Dezinho se dirigiu ao município de Rondon do Pará. Associou-se ao STR: lutar para ele significava agora envolver os trabalhadores rurais que não tinham terra (uma orientação que havia aprendido, antes, no Maranhão, na formação e participação nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, as CEBs). Logo ele passou a trabalhar para transformar politicamente o sindicato, rompendo com a linha assistencialista que o dominava. Em seguida, assumiu a presidência do STR de Rondon do Pará. Contudo, iria enfrentar os mais difíceis combates, pois o município de Rondon do Pará, onde ele e a família se estabeleceram, situava-se em uma área do Pará, na Amazônia, que alcança os mais altos índices de assassinatos de trabalhadores rurais e utilização de trabalho escravo no Brasil.³⁸ Seu assassinato foi uma morte anunciada. O aviso que recebeu era categórico; chegaram a marcar o tempo: não passaria mais o Natal de 2000 com

38 Uma projeção dos conflitos até 2019 é bastante esclarecedora. Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), dos 49 massacres de trabalhadores rurais no Brasil, entre 1985 e 2019, 28 (63,63%) estão localizados no Pará. Desses massacres registrados, 22 (42,55%) ocorrem em áreas do sul e sudeste do Pará. Computa-se que, de 229 pessoas assassinadas em massacres, 131 (57,20%) se encontram no Pará, e 108 delas (47,16%) também são mortes registradas nas partes sul e sudeste do estado (CPT, 2018b). Ainda, segundo a CPT, 54.798 trabalhadores são resgatados em situação de trabalho escravo nos anos compreendidos entre 1995 e 2018. Desse total, 13.517 trabalhadores (24,67%) são resgatados apenas no estado do Pará, e cerca de 70% dos trabalhadores resgatados localizam-se em fazendas situadas em áreas do sul e sudeste do estado (CPT, 2019c).

a família. Em 21 de novembro o assassinaram pelas mãos de um jovem pistoleiro contratado.

As ameaças dos proprietários de terra seguiram um mesmo “protocolo”; Joelma testemunhou o “tempo marcado” para a morte do sindicalista, seu companheiro, assim como ocorreu com vários trabalhadores rurais, ambientalistas e advogados que atuaram na defesa dos mesmos (PEREIRA, 2015). Havia um completo desprezo pelo estado de legalidade, a lei eram as armas dos proprietários, articulados em “consórcios” ou em “empresas do crime”, além dos “agenciadores das pistolagens”, segundo o testemunho de José Batista, advogado da CPT – Marabá (GUIMARÃES NETO; PEREIRA, 2020; PEREIRA, 2015). Dezinho já havia organizado e enviado às autoridades competentes um “dossiê” denunciando as ameaças, que não resultou em nenhum ato em sua defesa por parte delas.

No entanto, o pistoleiro que matou Dezinho foi preso em flagrante, pois ainda houve tempo para uma luta corporal entre ele e Dezinho, que já caiu morto em cima do assassino, permitindo sua prisão pelas testemunhas do crime. A partir das averiguações policiais, Décio José Barroso Nunes, o Delsão, proprietário de madeiras e de fazendas em Rondon do Pará, foi acusado de ser o mandante do assassinato do sindicalista Dezinho.³⁹ A maneira como o Poder

39 Preso no dia 30 de novembro de 2000, foi solto 13 dias depois, por ordem do desembargador Otávio Maciel, do Tribunal de Justiça do Pará, que, sem solicitar informações à juíza da comarca de Rondon, que havia decretado a prisão preventiva do fazendeiro, defere o pedido de liberdade impetrado por seus advogados. Décio Barroso Nunes é acusado pelo assassinato de cinco trabalhadores de suas madeiras em Rondon do Pará. Acusado também por diversos crimes ambientais em suas fazendas, responde a mais de 30 embargos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Responde também a mais de 500 processos na Justiça do Trabalho (JT) por ferir os direitos trabalhistas de funcionários de suas propriedades. “Delsão”, como é chamado, responde, ainda, a mais de uma dezena de execuções fiscais na Justiça Federal de Marabá. O fazendeiro enfrenta também um processo na Vara Agrária de Marabá, por apropriação ilegal de mais de 130 mil hectares de terras públicas da União e do estado do Pará. De

Judiciário atuou é recorrente nos assassinatos dos trabalhadores rurais.⁴⁰ Há ainda um outro aspecto a considerar: os assassinatos das lideranças impactam o universo simbólico dos trabalhadores. Aterrorizam, traumatizam o grupo e não apenas a família. “Ceifar uma liderança”, explica Leonilde Medeiros (1996, p. 137), é também procurar destruir

[...] um longo processo de preparação, de educação, de produção de novas percepções, gestadas no interior dos próprios movimentos. E é, acima de tudo, atacar não uma pessoa em particular, mas um símbolo de resistência e a voz que porta uma utopia mobilizadora.

Talvez em um primeiro momento a utopia se “desmanche no ar”, mas Joelma haveria de conduzir a sua vida e a dos filhos sem contar com o companheiro, com quem dividira aprendizagens na militância em defesa dos trabalhadores rurais nos sindicatos. O impacto do assassinato na vida de sua família foi violento e ela demorou para reestruturar sua vida. Porém, antes de Dezinho ser assassinado,

acordo com informações divulgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, o juiz da 2ª Vara do Trabalho de Marabá, em fevereiro de 2012, penhorou 18 veículos e 892 cabeças de gado de Décio, num valor de R\$ 3.267.525,36, a fim de pagar direitos trabalhistas aos trabalhadores de suas fazendas, entre elas a fazenda Lacy, de mais de 100 mil hectares. Em agosto de 2015, cinco madeiras registradas em seu nome são condenadas ao pagamento de verbas trabalhistas, danos morais e existenciais a trabalhadores submetidos a situação análoga ao de escravo, no valor de R\$ 150.000,00. Ver CPT, Fetagri, STR de Rondon do Pará e SDDH (2018), TRT (2015), CPT (2012).

- 40 Segundo os dados da CPT, entre 1985 e 2017, no estado do Pará, dos 466 casos que resultaram na morte de 702 trabalhadores rurais, agentes de pastorais e advogados por questões de terra, apenas 22 foram julgados pela justiça. Desses, 13 mandantes foram condenados e quatro foram absorvidos, 18 pistoleiros foram condenados e 160 foram absolvidos. Dos condenados, apenas três mandantes, dois pistoleiros e um intermediário estão presos; um cumpre pena em prisão domiciliar e outro cumpre pena em regime semiaberto. Ver CPT (2018a).

houve um tempo de aprendizagens, pois ela já atuava na diretoria do sindicato. Na época, participava da secretaria da mulher, apesar de alertar que a participação das mulheres era “meio tímida” em razão da predominância masculina, dos “chefes de família”. Na secretaria da mulher, Joelma diz que incentivava as mulheres a se interessarem pelas assembleias, pois, segundo ela, que aprendeu nas comunidades de base a importância da sua participação nos problemas apresentados pelas comunidades, era necessário que as mulheres se inteirassem sobre os acontecimentos.

A morte de Dezinho foi um divisor de águas em sua vida, uma linha tênue, tecida na dor e no trauma, que separa o antes e o depois. Aproximadamente durante um ano e meio, Joelma trabalhou na creche da Prefeitura em Rondon do Pará, ainda que filiada ao str, quando, segundo ela, foi surpreendida por uma proposta de um grupo do sindicato para assumir o sindicato:

Um dia quando eu cheguei em casa já tinha um grupo de trabalhador junto com a minha irmã e outra companheira que sempre trabalhou junto com o Dezinho. Quando eu cheguei no quintal já estava aquela roda. Eu até me assustei porque nunca eles me deixavam só, sempre presente, sempre fazendo celebração, passou mais de 30 dias quase 60 dias sempre tendo oração na minha casa, fortalecendo, pedindo força, né? Quando eu cheguei lá e abri o portão, estava aquele grupo de trabalhadores (já havia mais de um ano, um ano e meio da morte de Dezinho). Eu me assustei, meu Deus o que é que aconteceu? Disseram:

– Não, Dona Joelma, nós estamos aqui porque nós queremos falar com a senhora.

Colocaram a proposta:

– Olhe, Dona Joelma, você sabe que após a morte do Dezinho o trabalho do sindicato foi por água abaixo, a pessoa que tá à frente do trabalho do sindicato não está dando suporte e nem tampouco fazendo aquilo que o Dezinho fazia. E nós temos uma proposta: a única pessoa que vai continuar os trabalhos,

só a senhora! Você é a nossa representante. Nós só viemos lhe convidar e fazer esse intimado para a senhora.

Eu disse:

– Não gente, vocês tão falando besteira, isso não existe, eu não posso fazer isso. Os meninos já vieram.

– Não, mamãe, não vai, nós já perdemos nosso pai, então nós não aceitamos a mamãe dentro do sindicato, nós não queremos perder, só é o que nós temos. Mataram nosso pai, nós não queremos perder a nossa mãe.

E Joelma prossegue em seu relato:

Foi uma batalha muito forte, depois marcaram uma outra reunião, e conversaram com as crianças, mostraram o trabalho que o pai fazia, o respeito que eles tinham pelo trabalho, a vida deles como tinha mudado e tal. Marcaram uma outra reunião, eu fiquei de dar a resposta. E foi muita batalha. Mas aquilo que podia abrir para mim, para as crianças, sempre a gente passava junto, era a reunião da família. Então, se passaram um mês, dois, e eu não tinha como dar a resposta, era uma batalha:

– Dona Joelma, não abandone, o Dezinho está presente, o Dezinho não pode sair do nosso meio.

Foi tanta coisa assim que eles falaram que me convenceram. Até que eu tive que chamar o prefeito e dizer, agradecer o cargo que ele tinha me dado, o apoio, o trabalho, a sobrevivência naquele momento difícil, porque era o dinheiro que entrava em casa, aquele dinheiro. Agradecer a ele.

– Dona Joelma, a senhora vai sair, pense bem!

– Mas se é a luta do seu marido para continuar, a senhora tem que atender ao chamado.

Agosto de 2002. Passava o tempo das primeiras aprendizagens. O seu papel de esposa e mãe dos filhos do líder sindicalista forçosamente mudou. Agora a participação se deslocava da esposa para a presidência do sindicato, ela assumia o protagonismo na luta sindical. Tal situação era, nesse momento, almejada por ela. O que

aprendera com Dezinho seria radicalmente aplicado de outro modo. Nesse contexto específico, é preciso compreender que é nas relações sociais que as pessoas se transformam, sobretudo lideranças políticas que exercem um tipo de poder; as experiências são situacionais e dependem das relações de força na constituição do lugar social. Nessas experiências, havia a convivência de Joelma na condução do sindicato, a própria CPT e outras entidades representativas. Joelma constrói a sua imagem colada à “luta pelos trabalhadores”, que emblematicamente tem a presença simbólica de Dezinho. Joelma utiliza a imagem de Dezinho como estratégia de poder, acompanhada do afeto pelo companheiro.

Joelma afirma: “Eu estava no sindicato”. “Uma nova fase em minha vida”: “Então, eu passei a já não ficar na plateia, mas sim ir para a mesa de negociação, então foi totalmente diferente. Eu tive que aprender a entrar na discussão em defesa dos trabalhadores”. Vale reiterar, a perspectiva de Joelma agora mudou, a voz da mulher tem poder direto na “mesa de negociação”, num quadro de representações masculinas.

Fui eleita numa junta governativa, um mandato de seis meses. Quando venceu nosso mandato a gente fez a convocação para o congresso, com o mandato de quatro anos. Então, o outro pessoal não colocou mais nenhuma chapa. Foi uma chapa única. Já estava consensuado os trabalhos. Chamei os trabalhadores para trabalharem no conjunto, participando, né? E busquei os apoios das entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Fetragri, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, a Central Única dos Trabalhadores – CUT. Então a gente fez uma junção de apoio. Para o trabalho não ficar isolado só no sindicato, e sim ter os apoios.

Joelma da Costa foi a primeira mulher a ocupar a presidência do STR de Rondon do Pará. Assumiu o trabalho no sindicato em

2002. Logo tratou de articular o sindicato com as principais entidades representativas dos trabalhadores rurais no estado do Pará, também com a CPT e algumas importantes ONGs, e, ainda, no nível nacional, com a CUT e Contag, procurando apoio e ressonância política. Já havia uma experiência acumulada com o trabalho sindical, mas o momento era outro; diferentemente dos inícios do comando de Dezinho, a prática agora se volta para dar visibilidade regional e nacional aos sindicatos dos trabalhadores rurais. Os sindicatos combativos lutam por maior “espaço”, “voz” e suporte coletivo, sabem que isolados ou sozinhos não poderão enfrentar politicamente as forças adversas. O poder, nesse quadro e em outros, se exerce em rede, como afirma Foucault (2006, p. 35). Além disso, torna-se importante analisar as condições históricas em que se encontram os movimentos sociais e os sindicatos dos trabalhadores rurais no Pará, que devem ser analisados para uma melhor compreensão (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010).⁴¹

Assim, Joelma passou a denunciar as ameaças que recebia, principalmente depois de sair vitoriosa na coordenação da ocupação de algumas áreas de terras no município de Rondon do Pará. Isso se intensificou a partir da formação dos acampamentos ocupados por trabalhadores e trabalhadoras, quando quatro das áreas ocupadas foram transformadas em Projetos de Assentamentos de reforma agrária pelo Incra (os primeiros projetos que ocorreram no município de Rondon e em seu mandato). Segundo seu relato, tal fato consagrava a luta no STR de Rondon do Pará e, antes, também a de Dezinho e dos trabalhadores e trabalhadoras: “No final de 2003 foram criados os quatro projetos de assentamento (no município de Rondon do Pará) de uma vez! Então isso foi motivo de muita alegria, foi motivo de muita alegria!”.

41 Ver também Pereira (2015), CPT (1990), Assis (2007).

Como liderança, Joelma se engajou cada vez mais nos trabalhos sindicais. Primeiro, pelo tempo que ficou no STR de Rondon do Pará (de 2003 a 2009); em seguida, como presidenta da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/regional) – sudeste do Pará (2009 a 2013); depois, novamente presidiu o STR de Rondon do Pará. A partir de 2004, Joelma passou a ter proteção policial por meio do Programa de Defensores dos Direitos Humanos. Em 2006, foi agraciada, recebeu o XI Prêmio de Direitos Humanos do Brasil na categoria “Defensores dos Direitos Humanos”, entregue pelo presidente Lula.

Seu trabalho no STR de Rondon do Pará nunca foi interrompido. Continuou a tornar públicas as denúncias das ameaças dos proprietários de terras, escapou de algumas emboscadas (os próprios trabalhadores organizavam a sua proteção). Cara a cara com um pistoleiro, negociou com ele para não a matar; logo depois o denunciou. Faz parte da sua prática discursiva dizer que não se deve temer os “poderosos”, mas enfrentá-los, sem ingenuidade, e contar com a organização de uma defesa competente, sempre pontuando: “a denúncia é o que te protege”.

Na perspectiva de Joelma, a prática da eliminação do outro, constitutiva da violência que marca os assassinatos no campo, é uma arma estratégica nas mãos dos proprietários de terra que recorrem a esses expedientes de dominação. Além de aterrorizar a população mais vulnerável, a violência como prática é a opção pela ilegalidade, que confronta o estado de direito. Mas, para ela, é a impunidade o que mais aparece como o resultado de “como age o Estado”.

O advogado da CPT – Marabá, José Batista Gonçalves Afonso (também várias vezes ameaçado de morte), detalha a existência de um “poder paralelo” que tem a participação direta não só de pistoleiros, mas também de policiais civis e militares “[...] agindo, de certa forma, para defender os interesses dos latifundiários”. Seu relato é categórico:

Não tenho dúvida disso. Acabaram sendo os autores dos massacres mais conhecidos dessa região. Isso mostra que o estado sempre teve um lado aqui na região. A polícia sempre participou da prática de crimes contra trabalhadores rurais e o estado sempre foi conivente ou omissivo com essa situação; chegando a um ponto, por exemplo, no caso de Eldorado dos Carajás e no caso de Pau d'Arco, na execução de um número muito grande de trabalhadores. Praticaram um massacre, feito, então, diretamente pelos agentes do estado. Isso mostra de que lado o estado sempre esteve nessa questão da luta pela terra no sul e sudeste do Pará e não é diferente de outras regiões do Brasil.⁴²

Numa análise crítica, pode-se afirmar que o advogado da CPT está pontuando os indícios de uma prática social e institucional, articulada às oligarquias políticas e aos seus representantes no Congresso Nacional, o que é mais grave.

Portanto, a violência é multifacetada e as conexões que ela apresenta devem ser analisadas no âmbito das relações sociais. Práticas assim estão relacionadas com a dominação social, avançam em direção a vários setores da vida, são produtoras de novas subjetividades a fim de submeterem as pessoas a novos regimes de verdade. O problema fundamental é o poder para que o trabalhador e a trabalhadora interiorizem o medo, constituam-se no medo: estão a dizer a todo momento que os despossuídos de bens econômicos não são os “donos da terra” e que estes, sim, têm poderosos instrumentos de ação. São práticas simbólicas e culturais, indícios que o discurso de Joelma sinaliza:

A outra coisa é que você... Você tem que servir essas pessoas. Você não pode ter uma visão tua: tu não podes conhecer os teus direitos, tu não podes ser um cidadão livre, tu tens que sempre ser dependente desse poderio. Temos que ser

42 Entrevista (já publicada) realizada por Airton dos Reis Pereira, Marabá (PA), em 26 de maio de 2019.

independentes desse poderio, não é? Tu tens que trabalhar nas carvoarias, tu tens que ser trabalhador da fazenda, tu tens que ser trabalhador das serrarias? Ou tu tens que ser um dos capatazes deles? É assim que essas pessoas querem ser vistas (para elas que têm o poder econômico). Que tu tens que ser dependente dessas pessoas. Tu não tens que ter tua autoestima, tu não tens que ter a visão de conhecer o teu direito.

Joelma nos faz refletir sobre as “maneiras de fazer e de dizer” como se expressa a posse: não apenas a propriedade, mas relações, poder local, regional e federal. São múltiplos os elementos de coação. Um deles é a desqualificação social, racial e de gênero, para submeter o despossuído à servidão; outro é a produção dos mecanismos de subjetivação para que as pessoas exercitem a “consciência de não ter direitos”, de como estar “dentro do outro” para produzir assujeitamento. Nessas circunstâncias, em que não se reconhecem os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, manifesta-se nas práticas e nos discursos dos proprietários de terra e instituições do estado, em um processo de desumanização que tem como efeito restringir e/ou privar de direitos certos conjuntos de pessoas (BUTLER, 2013). Legitimar-se como sujeitos de direito nesse mundo requer criticar os esquemas e os custos do reconhecimento, questionar as referências com as quais um conjunto de pessoas é avaliado: condição social, gênero e raça (BUTLER, 2013).

No entanto, Joelma, ao enfrentar e opor-se à percepção social dominante – “tu não podes ser um cidadão livre, tu tens que sempre ser dependente desse poderio” –, constrói outros argumentos que refletem sobre a despossessão contínua, que eleva a vulnerabilidade dos(das) trabalhadores(as). Além disso, a força de seu discurso direciona-se para a luta pela terra como direito à cidadania. Simultaneamente, no plano da linguagem discursiva, passa a incorporar outras palavras com outros significados que tenham poder para reverter a desqualificação do(da) trabalhador(a).

Mas temos que ser independentes e quando tu entendes que tu tens que ser livre, que tu és um cidadão como ele, não pela forma que eles trabalham, mas que tu tens que ser um cidadão livre com direito de ir e de vir, se tu opinas por isso e, principalmente, se tu defendes outras vidas em todo um conjunto, tu não tá servindo o município pra essas pessoas e aí eu deixo claro que não é... Eu não vou generalizar. Eles acham que tu estás atrapalhando este grupo que tem essa visão, que está atrapalhando o poder que eles têm.

Nós temos o direito de ocupar terras do estado que não são produtivas ou que foram griladas!

Nesses termos, no relato em que Joelma expressa seu discurso insere-se a atualidade política do discurso de resistência que busca escapar da sujeição ao Estado e ao domínio da força de empresários, empreiteiros, proprietários de terra, em nossa contemporaneidade. No quadro verbal e visual, ela sintetiza não apenas a denúncia, mas novas formas de subjetividade política que permitam desnaturalizar as leis e as políticas que impeçam novas formas de luta pelo direito de existir e ser reconhecido como sujeito de direito (SAFATLE, 2015), nos marcos de uma nova percepção de humanidade:

Não é cidadão! Então, quem coage as pessoas, que enriquece ilicitamente com trabalho, com o suor dessas pessoas e que não pagam. E aí? Como é que fica? Se tu defendes esses trabalhadores, se tu fazes uma frente de uma denúncia, tudo isso que o Estado poderia tomar providências, que o Estado poderia apurar essas ameaças, porque todas as denúncias... O Dezinho chegou a fazer dossiê de todos os acontecimentos, várias, várias denúncias foram feitas, mas que o Estado não apurou e que o Estado não protegeu o Dezinho e outros trabalhadores! Tanto é que hoje temos a história do Dezinho. Então matar significa calar, significa acabar. Só que aí foi engano deles, levantou outras lideranças!

Quando nos transmite a percepção de que tem do direito à cidadania, Joelma não se coloca individualmente, mas clama por outras

pessoas, o coletivo, e se constitui *pari passu* às transformações subjetivas de homens e mulheres ao reconhecerem-se e reconhecerem os outros como novos sujeitos políticos. Trata-se do reconhecimento ao direito à inclusão social. Por que Dezinho não foi visto, ouvido e lido? Ele foi silenciado, calado pela força do assassinato. Sua vida pouco importava nos domínios das instituições do Estado e de grande parte da sociedade civil e mesmo nos quadros da “legalidade”. Nos esquemas de reconhecimento, as vidas “são levadas em conta ou não”, a depender das operações de poder: “O corpo está exposto a forças articuladas social e politicamente, bem como a exigências de sociabilidade” (BUTLER, 2016, p. 15-16). Contudo, pela mobilização social e política do STR de Rondon do Pará e pela CPT, entre outras organizações, e pela própria Joelma e família, a vida de Dezinho foi devidamente cobrada ao Estado.

A crítica social nos ajuda a compreender que os agentes sociais produzem novos deslocamentos e significados semânticos, inéditos e transformadores, com potencial para alterar as relações de poder que então se estabelecem. Esses significados são mobilizados e fazem parte das iniciativas de resistência, e, com base nelas, agem e impulsionam lutas diretas. Assim, palavras e discursos são mobilizados na dimensão social como “armas linguísticas” nos enfrentamentos políticos. Nos marcos da história, os acontecimentos e os discursos que os significam devem ser analisados levando em conta as operações de poder. Operações que desfaçam evidências e desnaturalizem as formas de ver e dizer – fenômeno linguístico –, e que constituem uma sociedade nos quadros da sua historicidade.

Fontes orais

Entrevista com José Batista (advogado da CPT – Marabá/PA, realizada pelo historiador Airton dos Reis Pereira (Uepa), Marabá/PA, em maio de 2019 (aproximadamente 60 min). Entrevista publicada

em: Dossiê: Tempo presente, história oral e imagens. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 90-108, jan./jul. 2019.

Entrevista com Joelma realizada pela historiadora Regina Beatriz Guimarães Neto (professora do Departamento de História da UFPE), Marabá/PA, em abril de 2012 (aproximadamente 8 horas). Entrevista publicada em: Dossiê: Tempo presente, história oral e imagens. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 90-108, jan./jul. 2019.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos: Editora Universitária Unochapecó, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Getat: a segurança e o revigotamento do poder regional. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 4-41, mar./abr. 1981.

ASSIS, William Santos de. *A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BARROZO, João Carlos (org.). *Norte Araguaia: territórios e conflitos*. Belém, PA: Naea, 2019.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1998*. Niterói: Eduff, 2014.

CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 25, p. 11-36, 2022.

CHARTIER, Roger. O passado no presente. Ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). *Roger Chartier: a força das representações: história e ficção*. Chapecó, sc: Argos, 2011. p. 95-123.

CHARTIER, Roger. El pasado en el presente: literatura, memoria e historia. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, Barcelona, n. 37, p. 127-140, 2007.

COY, Martin; BARROZO, João C.; SOUZA, Edison A. de. *Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora Iabs, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Assassinatos no campo, estado do Pará (1964-2019)*. Marabá, 2019a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Conflitos no Campo*: Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019b.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Panorama estatístico do trabalho escravo no Brasil-1995-2018*. 2019c. (Disponível para consulta na sede da CPT/marabá/Pará).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Assassinatos e Julgamentos: 1985 a 2017*. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 10 abr. 2018a.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Massacres no campo*. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, jun. 2018b.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). *Justiça do Trabalho confisca bens de fazendeiro acusado de crime no campo*. Marabá, 17 fev. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT/PA). *Conflitos no campo*. Goiânia: Gráfica Editora Líder, 1990.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT); FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA (FETAGRI); SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS, AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE RONDON DO PARÁ; SDDH. *Nota pública*. Rondon do Pará, 29 out. 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa; JOANONI NETO, Vitale; IORIS, Antonio A. R. *Povos indígenas no Brasil contemporâneo, riscos e desafios: compreendendo as vulnerabilidades e as múltiplas interações*. Curitiba: Appris, 2022.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução Constancial Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi: Koinonia, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/NAU, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GRYNSZPAN, Mario. Fazendo história oral: questões a partir de uma experiência de pesquisa de movimentos sociais. In: DEZEMONE, Marcus; FONTES, Edilza (org.). *História oral e conflitos rurais: memórias de lutas*. São Paulo: Letra&Voz, 2020. p. 53-73.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Political struggles in the Amazon Region since Brazil's military coup in 1964: voices of women Trade Unionists In: SANTACANA, Carles; VILANOVA, Mercedes (ed.). *Many voices of oral history*. Barcelona: Icaria Editorial, 2016. p. 133-146.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa – Mato Grosso. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 53-86, jan./jun. 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos no campo e práticas de violência: Amazônia. In: DEZEMONE, Marcus; FONTES, Edilza (org.). *História oral e conflitos rurais: memórias de lutas*. São Paulo: Letra&Voz, 2020. p. 119-140.

HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Vozes; Belém: Naea UFPA, 1991.

IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária*. Petrópolis: Vozes, 1979a.

IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979b.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 9-22, 2010.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Amazônia, violência e tecnologias de poder*: textos conjuntos. Curitiba: Appris, 2023.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *O avesso da nação*: recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século xx e século xxi. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 30, n. esp. 3, p. 484-506, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo*: estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.

LOBATO, Sidney da Silva. Os empresários e a Amazônia: planejamento regional e protagonismo empresarial no início da Ditadura militar (1964-1966). In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (org.). *Coleção do tempo presente*. Bela Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2020. v. 3, p. 92-115.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil*: lumpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 126-141, 1996.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias*: padres europeus no Nordeste do Brasil. Recife: Cepe, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTYSUMA, Marcos. Um encontro com as fontes em história oral. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

ONDETTI Gabriel; WAMBERGUE, Emmanuel; AFONSO, José Batista Gonçalves. De posseiro a sem-terra: o impacto da luta pela terra do MST no Pará. In: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2010. p. 257-284.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.

PEREIRA, Airton dos Reis; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e acontecimento: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 90-108, jan./jul. 2019.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra&Voz, 2010.

RIOS, Kênia Sousa. *História oral e natureza: resistência e cultura*. São Paulo: Letra&Voz, 2019.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio: dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 173-196.

SCHMIDT, Benito Bisso. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral. In: LAVERDI, Robson et al. (org.). *História oral, desigualdades e diferenças*. Santa Catarina: EDUFSC; Recife: Editora UFPE, 2012.

TORRES, Maurício (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO (TRT). 8ª Região. *Madeireiras condenadas por danos existenciais ao impor trabalho análogo ao escravo*. 10 ago. 2015.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAPÍTULO II

Historiografia, testemunhos e história oral

A prática da história oral e os novos desafios

Ao trilhar caminhos diversificados, a história oral – que não é uma disciplina, mas uma metodologia ou prática de pesquisa – afirma-se no cenário intelectual do Brasil, da América Latina e de outras partes do mundo. Não sem controvérsias, desafia novas questões teóricas e práticas metodológicas, fundamentais para as análises sobre a produção e os usos dos documentos – não apenas orais – no âmbito da historiografia.

Enaltecida ou hostilizada, a história oral, com muita frequência, é vista como uma “chave” para o tratamento de temas contemporâneos ou da história do tempo presente e, mesmo quando relacionada com outras temporalidades, destaca-se com a produção de textos que se referem às tradições orais. Em todo caso, deve-se desconstruir a ideia determinista de “chave” e problematizar as abordagens de temas contemporâneos ao presente dos pesquisadores, bem como sua articulação com diversas áreas do conhecimento.

Algumas vezes, também é acusada de falta de consistência teórica em face dos impasses entre oralidade e escritura, testemunhos orais e historiografia. Não pretendo entrar no âmbito dessa polêmica. Há um texto de Deleuze (2006), “Sobre Nietzsche e a imagem do pensamento”, em que ele faz referência a Kant, com o qual muito aprendi. Antes de qualquer polêmica, é necessário conhecer a construção da maquinaria metodológica criada pelos autores e autoras. Ao ler e analisar um texto, o filósofo chama atenção para as peculiaridades dos textos e das abordagens. Deleuze apresenta uma reflexão que é bastante oportuna para esse debate:

[...] não basta simplesmente dizermos que não estamos de acordo. É preciso, antes de mais nada, saber admirar; é preciso reencontrar os problemas que ele [o autor] cria, a sua maquinaria própria. É por força da admiração que se reencontra a verdadeira crítica. Hoje, a doença das pessoas é que elas não sabem mais admirar; ou, então, são “contra”, aferem tudo por seus parâmetros, e tagarelam, e escutam. Não convém proceder assim; é preciso remontar aos problemas que são formulados por um autor (DELEUZE, 2006, p. 179).

Penso que esse modo de proceder nos ensina muita coisa, a mais significativa delas é encontrar “os problemas que são formulados por um autor”, uma obra e, por que não, uma prática metodológica que instaura a sua maquinaria própria no nível da produção teórica; na área da história, adequada às regras historiográficas. Ora, a história que lida com relatos orais deve procurar ampliar os aportes teóricos que dão amparo às discussões e sistematizações dos procedimentos de análise próprios ao seu uso e às suas peculiaridades como fonte documental, sem, no entanto, submergir em infundáveis “considerações teóricas”. Porém, diante dos desafios e impasses, a pergunta insistentemente retorna: quais os problemas formulados no campo dessa prática metodológica que mais se tornam recorrentes? Ou como podemos pensar sobre a especificidade

de uma prática que privilegia relatos orais – apreendidos como uma “arte de dizer/arte de fazer” (CERTEAU, 2000, p. 152) – e os inscreve como textos escritos?

Diante disso, torna-se importante pontuar algumas questões. Primeiramente, dizer que não se trata de fazer “história oral” em oposição ao domínio da escritura moderna; isto é, não se trata de contrapor escritura a oralidade, mas sim de refletir acerca de um tipo especial de testemunho ou de relato, sem entender por testemunho ou relato o registro do que já está posto, dado, no sentido de expressar outra realidade, de pertencer a ela, que se pode atingir por meio de métodos adequados. Conforme Michel de Certeau (2000, p. 223): “Eu gostaria de simplesmente desenhar a configuração histórica criada entre nós pela disjunção entre escritura e oralidade [...] Referir-se a escritura e a oralidade, quero precisar logo de saída, não postula termos opostos [...]”. E nem uma mesma origem: “a diferença é constituinte de seus termos” (CERTEAU, 2000, p. 223). Segundo, ainda, Michel de Certeau, esses termos estão dados na configuração histórica do Ocidente moderno, em que “A própria linguagem deve ser agora fabricada, ‘escrita’” (CERTEAU, 2000, p. 230).

Não há retorno à oralidade, ela não pode ser restabelecida como forma de comunicação privilegiada, como existe em certas sociedades ágrafas e mesmo em algumas comunidades em que não prevalece o domínio da escrita. Diferentemente do período medieval, os textos escritos, de forma predominante, não são produzidos para serem transmitidos oralmente; não são construídos para serem lidos em voz alta: a leitura realiza-se na existência individual e social burguesa e toma outras formas de socialização, assim como novas apropriações culturais se fazem presentes. Desse modo, os relatos orais de que dispomos não devem ser tratados como reconstituições de um “elo perdido” com a oralidade – o que não impede de observarmos e retirarmos ligações matizadas, relações duradouras e especiais com as tradições, sem sucumbirmos, conforme sublinham

Hobsbawm e Ranger (2008), às invenções de um passado desejado ou às “identidades restituídas”. Ou como sugere, ainda, Durval Albuquerque Junior (2007, p. 230):

O oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos.

Se escrever é, antes de tudo, produzir um texto – aquilo que se tece, como para os romanos –, a operação oral (contar, falar) é também vista como uma prática discursiva que movimenta a máquina produtiva da fabricação dos textos. O relato oral pode ser lido como um texto onde se inscrevem desejos, normas e regras, e, também, se apreendem fugas. Em suma, deve ser trabalhado, tecido e passível de ser lido como um texto articulador de discursos. Compreendo que, na composição narrativa, os relatos se encontram inseridos em uma rede discursiva, na concepção de Foucault (1986), que, sem totalizá-los, dá-lhes sentido. Assinalo, ainda, que a produção narrativa não pode prescindir de uma poética da escrita, desviando-se tanto do descritivismo (subsumido às observações objetivistas) quanto do subjetivismo (subsumido às associações subjetivistas),⁴³ que operam igualmente sem a crítica do estatuto das fontes documentais.

Outro aspecto crucial a ser debatido é o de que a história oral – prática de pesquisa – não “ressuscita vozes”, ninguém está autorizado a falar por outrem e nem ao menos tem o poder de “salvar” o tempo passado. O tempo está aberto às releituras e às ressignificações

43 Para a análise da subjetividade, creio que a crítica da produção do sujeito na sociedade moderna é fundamental. Ver: Judith Butler (2015), em seu livro, *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*, quando interroga as condições sociais que pressionam a conformação de sujeitos a comportamentos que impõem sujeitos. Ver também Safatle (2015), no brilhante posfácio que fez ao mesmo livro.

(sem postular por continuidade cronológica), que podem ou não responder às questões contidas no presente. Ou melhor, como faz uma das personagens de Conceição Evaristo (2017b), Ponciá, que busca atar os fios do tempo, na arte de “emendar um tempo a outro”, para criar outras possibilidades de passados e compor com outras vozes.⁴⁴ Os relatos orais, desse modo, não devem ser pensados na perspectiva de restituí-los à sua totalidade (a uma totalidade prévia ou restaurada); são fragmentos que devem ser avaliados em sua potência multiplicadora de criar significados no tempo.

Este texto parte das indagações e dos “problemas que são formulados” no campo da investigação que exercita a prática de trabalho com os relatos orais e a narrativa que resulta dessa ação. É nessa esfera que procuro instigar algumas reflexões e contribuir com o debate. E para ser mais direta, desde já, acolhendo a pluralidade das leituras possíveis, distancio-me de abordagens que têm a pretensão de estabelecer as “regras verdadeiras” ou que reconstroem o “caminho verdadeiro”, como qualquer manual tem a presunção de induzir. Os relatos orais são apreciados tendo em vista critérios de análise com base em suas condições de produção, em seus meios de circulação e apropriações diversas, interesses que envolvem tanto o entrevistador quanto o entrevistado (MONTENEGRO, 2010; PORTELLI, 2010), suportes materiais de inscrições e transcrições, bem como outras técnicas (ALBERTI, 2004). Insistirei muito mais, em face da complexidade apontada, sobre as práticas de pesquisa e de escrita da história.

De qualquer maneira, sem propugnar pela validade de modelos e respostas acabados, gostaria que pensássemos a história e sua relação com as fontes documentais (especialmente relevando seu estatuto discursivo e suas condições de produção), em particular, os relatos de memória oral, como uma instigante tarefa que adentra universos desconhecidos, de modo algum engessada em

44 Ver também de Conceição Evaristo (2017a) o seu livro *Becos da memória*.

questionários, modelos de análise e regras estabelecidas *a priori*, os quais impedem, a meu ver, o exercício do pensamento.

Com efeito, caberia afastarmo-nos de controvérsias vazias e estarmos atentos aos pressupostos teóricos e metodológicos relativos ao *modus operandi* da historiografia. Eles nos orientam a operar com os documentos históricos, sejam escritos, orais, visuais, entre outros, observando as suas especificidades. Aliás, o documento escrito deixa de ser a referência dominante que justifica o discurso historiográfico, abrindo espaço a uma enorme diversidade de fontes documentais e testemunhos, convocados a fazerem parte de “práticas autorizadas”. Essa variedade documental passa, portanto, a receber, cada vez mais, a atenção redobrada dos historiadores, que procuram legitimá-la segundo as regras estabelecidas no campo da disciplina da história (CERTEAU, 1982; CHARTIER, 2007; MONTENEGRO, 2019; ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007).

Porém, é necessário chamar atenção, no âmbito dos debates metodológicos mais atuais, para o fato de que não basta conferir importância e significado aos documentos históricos (seu estatuto de verdade e sua função de prova) relacionados com os objetos de investigação. Deter-se em seu estudo implica perceber o que os relacionam às suas condições de possibilidade, sem apagar seu estatuto discursivo: sejam sociais (onde se produziu e para quem se produziu), sejam técnicas (tais como os códigos, regras e convenções que os orientam), relacionando-os com as práticas culturais e as escolhas interpretativas (APPLEBY *et al.*, 1994). Os “documentos” não nascem documentos, são rastros, vestígios, diversos tipos de registros que expressam material e simbolicamente interesses que coagem as ações sociais nos presentes dos passados. Isto é, como podem ser vistos no tempo em que foram produzidos, ou no tempo, conforme aponta Albuquerque Junior (2009b, p. 226), em que também “suríram como discursos e pronunciamentos”. E, há que se destacar, ainda, fazem parte de um conjunto de escolhas direcionadas pelo

nosso presente ao presente daquele passado especialmente visado e estudado (VEYNE, 1983; KOSELLECK, 2006). Portanto, os documentos se encontram imersos em uma complexa teia de relações – e imbricados com ela – que as sociedades mantêm com o seu passado e o seu presente, conferindo presença ao passado ou aos passados.

Os historiadores se orientam pelas sensibilidades e experiências construídas, e assim preferem falar em diálogo entre o presente e o passado, refletindo acerca das implicações desse diálogo com a memória e a história.⁴⁵ Portanto, o documento está imbricado com as condições e relações que as sociedades mantêm com o seu passado, conferindo presença a um passado ou aos passados.⁴⁶ Segundo Antônio Paulo Rezende (2010, p. 26):

Não podemos, no entanto, dispensar esse diálogo entre passado e presente. Ele é a base da vida, da narrativa e da constituição de memória. Sem ele, sepultaríamos qualquer reflexão sobre a história. A memória fortalece a relação entre as experiências e as sensibilidades construídas [...].

Opondo-se às generalizações, questiona-se sobre o tempo, a história e a escrita, meditando sobre um tempo presente sem ancoragens:

Escrever história é também mediar temporalidades, exercer a atividade de tradução entre naturezas, sociedades e culturas de

45 Atentar para questões levantadas por diversos historiadores e historiadoras, em especial, conferir os textos de Amorim (2022), Rios (2019), (Alberti (2004, 2008), Albuquerque Junior (2007), Ferreira (2008), Heymann (2007), Laverdi (2010), Montenegro (2010, 2019), Rezende (2010), Sarlo (2007).

46 Koselleck (2006). Experiências de pesquisa que se desenvolvem no Brasil em diversos campos temáticos, como aqueles direcionados às questões do trabalho, memória e política (FROTSCHER; LAVERDI, 2009; GOMES, 2007; GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018; GOMES; SILVA, 2013; GUIMARÃES NETO, 2006b, 2006c; JOANONI NETO, 2009), memória, relações de gênero e história oral (PEDRO; WOLFF, 2010; PEDRO; PEREIRA; JOFFILY, 2009), ensino da história (FERREIRA; FRANCO, 2008; CAVALCANTI, 2019), nas incursões biográficas (AMORIM, 2022; SILVA; CARNEIRO; CEOLIN, 2023), para citar apenas alguns trabalhos muito significativos.

tempos distintos. Colocado nesta terceira margem da temporalidade, que é o presente, o historiador tem a tarefa de construir com sua narrativa uma canoa que possa mediar, fazer se tocar as margens do passado e do futuro (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 33).

É com a história ao rés do tempo, móvel, liquefeito, que a relevância dada aos mais variados tipos de documentos – orais, visuais, escritos –, em suas especificidades históricas, vem ganhando legitimidade. Essas fontes, compreendidas como documentos, recebem hoje tratamentos inovadores, atualizados segundo normas amplamente discutidas no campo da produção historiográfica. No caso dos diversos registros, bem como testemunhos orais e imagens visuais, não se tem mais a ingenuidade de considerá-los “testemunhos do real”, “elos com a realidade”, “captura do real”, ou até mesmo levantar questões tais como “reviver o passado” e “dar voz aos silenciados”, entre tantas afirmações do mesmo tipo. Mas, de maneira enfática, a orientação é outra, procura-se ampliar os aportes teóricos que dão amparo aos debates e sistematizações dos procedimentos de análise próprios ao seu uso e complexidade;⁴⁷ valoriza-se o movimento ou ação dos que professam a arte de pensar acerca das palavras, dos testemunhos;⁴⁸ e, segundo certos autores, observando rastros e vestígios no tempo. Os rastros não são evidentes, como apontam as reflexões metodológicas de Carlo Ginzburg (2007), que observa a opacidade do mundo, e, também, as de Marc Bloch (2001), no seu livro póstumo, em que ressalta os testemunhos involuntários. Nesse aspecto, sobressaindo o historiador leitor

47 Ver, entre outras contribuições: Alberti (2004, 2008), Harres (2009), Janotti (2005), Luca (2005), Mauad (2008), Montenegro (2010, 2019), Necoechea Gracia (2005), Reis (2019).

48 Ver Delgado e Bertolino (2009), Janotti (2010), Necoechea Gracia (2005), Sarlo (2007), Montenegro (2010, 2019), Gomes e Guimarães Neto (2018), Troncoso (2022).

de hieróglifos, deve-se assinalar ainda que, para Bloch, a imagem do historiador deve ser captada na *oficina*, lugar da prática, do exercício metodológico – direcionado pela pesquisa –, “munido de reflexão crítica”, sem a qual nunca poderá instituir problemas. Problemas criados com paixão, no universo da imprevisibilidade das ações humanas. Nessa perspectiva, Antonio Montenegro, como historiador sensível aos signos da matéria da história – a vida –, também procura destituir a verdade aprisionada em um império totalizador, quebrando correspondências simplificadoras entre conceitos, palavras e o mundo material/real. Situa-se no fio da navalha para desnaturalizar o jogo tenso da linguagem e da história:

[...] voltamos ao começo desse percurso, ao movimento, à impossibilidade de capturar de forma absoluta os significados; ou mesmo determiná-los, mediante uma relação que se deseja natural entre o dito e o vivido ou o que se imagina real. Rachar as palavras, romper seus liames naturalizados e evidentes com as coisas, com o que se denomina real. A história como o digladiar de sentidos [...] (MONTENEGRO, 2010, p. 44).

Percorrer essas trilhas é considerar os vestígios, rastros e vários tipos de registros documentais, bem como os testemunhos em sua complexidade e que nos pressionam a enfrentar novos desafios.⁴⁹ Assim é que, nas décadas de 1970 e 1980, as transformações no campo da disciplina da história não são apenas intensas, mas desestabilizadoras de verdades e procedimentos metodológicos, em que fonte documental e discurso passam a receber outros tratamentos e reflexões teóricas. Um salto que obriga historiadores e historiadoras a se desfazerem da noção do “passado tal como foi” colado à explicação histórica, prisioneiro da evidência das fontes documentais. Além disso, reforça a ideia de dar seguimento à incorporação/apropriação

49 Seligmann-Silva (2022) dá uma enorme contribuição ao abordar e problematizar os testemunhos, especialmente considerando os eventos traumáticos do século xx e mesmo do século xxi.

de *novas* abordagens temáticas, como a de “trauma e testemunho”, e questionamentos que desfazem discursos já estabelecidos como verdadeiros com base em diversos registros documentais.

Autores como Carlo Ginzburg e Natalie Zemon Davis, que em seus livros apresentam resultados de suas pesquisas históricas, recusando dados massivos ou métodos estatísticos, questionam e analisam modos de racionalidade social. Ginzburg privilegia as formas de apropriação de textos/livros por pessoas comuns, criticando a reificação da noção de cultura popular, e tanto ele quanto Davis procuram dar vida à maneira como homens e mulheres percebem e leem/constroem o mundo, mobilizando discursos e práticas culturais. Nessa perspectiva, não apenas a micro-história, em suas diversas vertentes (REVEL, 1998), mas também vários estudos e investigações no âmbito da história social e cultural oferecem leituras para a análise das estratégias dos atores, destacando as interações/vinculações e os conflitos entre indivíduos, famílias e comunidades.⁵⁰ Interações que constituem o mundo social, dando significado à atuação de homens e mulheres em contextos históricos específicos (CARVALHO, 2006, 2009; REIS, 2008, 2019). Por outro lado, no mesmo movimento, apresentam-se assinaladas as determinações que controlam ou limitam as trajetórias sociais e interferem no jogo das ações dos indivíduos e comunidades, contudo, sem deixar de valorizar o espaço das negociações políticas e culturais.

Ao explorar ainda mais esses caminhos, na esfera de outras análises historiográficas, a década de 1990 amplia a crítica às noções globalizadoras, totalizantes, que enfocam as sociedades. São publicados artigos e livros que propõem estudar indivíduos, grupos, comunidades específicas, revelando diversas lógicas que se mesclam e/ou convivem entre si em diferentes planos e situações. Lógicas que podem ser designadas como “estilos de racionalidade” (LLOYD,

50 Ver os textos do historiador Frederico Castro Neves (2017, 2022).

1990). Essas maneiras práticas de vivenciar e pensar o mundo são mobilizadas segundo diferentes circunstâncias e conjuntos de discursos e experiências, quando os agentes sociais lançam mão de uma pluralidade de possibilidades (REIS, 2019). Portanto, não há univocidade de significados nas experiências sociais.

À medida que essas abordagens valorizam enfoques diferenciados – sobretudo, quando acentuam as ações dos agentes sociais e recusam projetos de uma história globalizante – e ocupam cada vez mais espaço no campo historiográfico, a importância do estatuto narrativo da história vem sendo amplamente discutida. Não se trata da “história-narrativa” (descrição que coloca em cena indivíduos e acontecimentos reveladores de uma verdade primeira ou essencial, que, quase sempre, prima pela disposição linear) ou do “retorno da narrativa” (alterando perspectivas de análise “entre acontecimentos e estruturas”). A problematização que estabelece um novo patamar de análise é a que se posiciona diante do próprio estatuto do conhecimento histórico. A história é pensada também como texto, não entendido como a expressão técnica de um repertório de palavras aparentemente coerentes, dispostas a cumprir sua missão estrita de leitura documental (descritivista), mas como uma escrita urdida com palavras que produzem novos significados e que ampliam o seu campo de inteligibilidade. Ao explicar e narrar – aquilo que se tece, como para os romanos (e para as rendeiras...) –, produz deslocamentos semânticos, estruturando-se em *relato*. O relato é tributário “do valor da linguagem literária – que tem como material as palavras e suas relações –, diz respeito ao novo, ao inesperado, à mutação, à invenção”, como assinala Roberto Machado (2009, p. 206).

As abordagens, os procedimentos e as operações metodológicas frequentemente indicam opções diversas, considerando a multiplicidade das interpretações e das leituras. E são bem-vindas, ou deveriam ser. Do mesmo modo, a utilização de diversos tipos de registros

documentais (visuais, orais, escritos, entre outros) na construção propriamente narrativa da história propõe desafios constantes. Eles instituem paradoxos, oposições, encontros e desencontros, mas que, por isso mesmo, se abrem a uma miríade de diálogos, ligados estreitamente às histórias, com as quais lemos, discutimos e analisamos as relações entre o presente e o passado, e suas ressonâncias sobre o futuro. É nessa perspectiva que se torna pertinente explorar a produção da escrita da história na relação com as práticas de produção dos documentos orais – que passam pela crítica historiográfica –, indicando como as pesquisas e análises elaboradas carregam as marcas das experiências das quais os textos são resultados.

Relatos orais e a escrita da história

Em face dos limites para discutir esse tópico em apenas uma parte do presente texto, torna-se necessário traçar brevemente um percurso de orientação geral. Faço duas considerações pontuais: uma que passa pelas práticas de pesquisa que atuam na produção da documentação oral (como ainda de outros documentos), para constituir um possível *corpus* documental; e outra, sem propugnar pela ordem de importância, que avalia as práticas da escrita da história ou das histórias, a fim de dar conta das configurações narrativas e retóricas que orientam a leitura e a produção do passado e do presente.

Assim, os registros orais, testemunhos, declarações e pronunciamentos diversos são tratados como fontes documentais numa operação complexa que não compreende apenas as ações de transcrição, edição, arquivamento, entre outros procedimentos técnico-metodológicos – autorizados no campo historiográfico –, mas também a análise crítica das suas condições de produção e discurso. E, ainda assim, o registro oral se constituirá documento histórico na dinâmica da linguagem escrita, que configura o texto como narrativa

e discurso histórico. Segundo Paul Ricœur (2007, p. 247), “a história é uma escrita, de uma ponta a outra: dos arquivos aos textos dos historiadores, escritos, publicados, dados a ler”. Nesse movimento, em que se entrelaçam pesquisa e escrita, ainda na trilha de Ricœur (2007), é importante observar as diferenças – e possíveis relações – entre testemunho (com base naqueles que obtêm credibilidade e visibilidade no espaço público) e documento (operação historiográfica), com os quais os historiadores irão operar segundo as regras estabelecidas em seu campo de conhecimento. Ricœur pontua as diferenças entre os modos de representação do passado, distinguindo o conhecimento histórico das operações da memória (também no caminho aberto por diversos autores, como Pierre Nora). Parte, também, das estruturas fundamentais que marcam a operação historiográfica e o trabalho da memória, avaliando as diferenças entre a memória/testemunho e o documento.

Para o autor, a operação historiográfica está ligada indissolavelmente aos relatos de memória, relativa às reminiscências que têm como referência os que narram os acontecimentos nos quais se encontram envolvidos (base fiduciária). Em espanhol, encontramos as duas palavras que nos ajudam a diferenciar: *testimonio* e *testigo*. A memória que tem como referência a declaração direta de quem a dá é *testigo*, testemunho que pode ser reconhecido, identificado. Já o documento, segundo Ricœur (2007), é a “memória de ninguém”, é a memória de todos, é a memória dos tempos, é a memória dos conflitos humanos, uma espécie de “testemunho-arquivo” (indiciário). Os documentos são resultado das operações realizadas no campo historiográfico, inscrições que selecionamos e passamos a considerar documentos; de estatuto indiciário, encontram-se em uma teia, em uma rede social e cultural, contendo várias informações e acontecimentos entrelaçados. Assim, pode-se pensar que o documento é a apresentação/representação daquilo “que se escreveu sobre”, mas aquilo “que se escreveu sobre” só ganha estatuto de acontecimento,

importância e significado históricos a partir do momento em que é narrado, pertencendo a outra rede discursiva.

A memória-testemunho também tem seus elos vitais inseparáveis da vida social e cultural, é histórica, tem relação direta com os testemunhos. Esse estatuto de testemunho se baseia na confiabilidade de quem relatou, de quem viveu, ancorando-se nas experiências vividas. Já os documentos, os registros que foram selecionados como documentos, necessitam passar pelo conjunto ou pelo crivo das regras instauradas no campo da história (CERTEAU, 1982; RICŒUR, 2007). Critérios de seleção e constituição do *corpus* documental, imprescindíveis ao trabalho dos historiadores, devem ser, pois, explicitados e analisados.

Hoje, a prática historiadora ensina também que, além das operações já estabelecidas como crítica interna e externa à análise dos mais diversos documentos, eles são estudados averiguando-se suas condições de possibilidade, sem apagar seu estatuto discursivo: sejam sociais (onde se produziu e para quem se produziu), sejam técnicas (tais como os códigos, regras e convenções que as orientaram), relacionando-as às práticas culturais e às escolhas interpretativas. Esses procedimentos, ao utilizar os documentos, levam a reconhecer seu estatuto indiciário, os colocam em relação a uma série de outros documentos, de outros escritos/textos de historiadores, que também irão validá-los. Porque quando se diz que as regras do fazer história são compartilhadas, legitima-se o diálogo e o confronto, ou seja, o debate. O diálogo, enfim, possibilita relacionarmos-nos com outros textos.

O que confere legitimidade ao discurso do historiador é o fato de que não se fala de um lugar isolado. Dialoga-se com vários documentos (inclusive com outros suportes materiais, como os audiovisuais, por exemplo). Os historiadores estabelecem conversações com os pares e participam de uma rede de aprendizagem, de uma teia de leituras compartilhadas que, afinal, utiliza e seleciona

notas, citações e referências bibliográficas, bem como se reflete nelas. Com elas constrói-se ou configura-se um quadro de onde se fala e para quem se fala. Qual é o lugar institucional? Essa é uma pergunta importante para delimitar o que se chama de campo de conhecimento, que confere legitimidade ao *corpus* documental escolhido.

Por fim, como vários autores chamam atenção, sobretudo historiadores e filósofos, o nosso laço é com a memória (RICŒUR, 2007; CERTEAU, 1982; KOSELLECK, 2006). A história possui uma relação fulcral com a memória; contudo, postulando uma relação de não equivalência – “memória não é história” –, trata-se, então, não só de destacar as diferenças, mas de refletir sobre as relações entre história e memória, em especial, sobre a presença do passado no presente e as expectativas do futuro (KOSELLECK, 2006).

É, sobretudo, com esse *corpus* documental, reunido, selecionado, que se tece o texto com os relatos de memória, lembrando que, para Walter Benjamin (1985), é a reminiscência que prescreve, com rigor, o modo da textura, tessitura, do texto. Não se pode perder de vista que a história moderna é relato escrito (historiografia), o qual articula uma prática atenta às regras discursivas com base na pesquisa documental, relacionada com o lugar de enunciação.

Práticas de pesquisa: a história oral entre relatos e cartografias

Destacarei três aspectos para o debate crítico, em que privilegiarei as análises acerca dos relatos orais como fontes documentais para as práticas de pesquisa e construção da história:

1. No que tange à “pesquisa de campo” ou à produção das fontes orais – ao considerar tanto as histórias de vida como as entrevistas temáticas –, creio ser fundamental operar com o “caderno de anotações”. Tal atividade deve estar de acordo com a observância às considerações técnicas e de método

relativas à produção das entrevistas, incluindo a identificação dos entrevistados e entrevistadores, condições físicas e sociais das entrevistas, transcrições e organização dos textos, bem como técnicas de arquivamento (ALBERTI, 2004). O “caderno de anotações” pode ser uma ferramenta de grande auxílio. Ele se movimenta no registro do que não foi dito e tem o papel de documentar atentamente o que não foi declarado, mas que se encontra “colado” às palavras, como os silêncios e os gestos que compõem o conjunto dos relatos na mesma dimensão das entrevistas/testemunhos. Para Montysuma (2006), o caderno de campo valoriza a pesquisa porque possibilita anotar as circunstâncias que envolvem uma entrevista, o que cerca o entrevistador e o entrevistado, distinguindo particularmente a pessoa que relata. Tal prática permite relacionar as respostas aos sinais emitidos pelo rosto, pelas mãos, pela postura corporal. Nessa trilha, considero parte fundamental do trabalho de constituição das fontes o registro de uma experiência cartográfica das práticas de pesquisa com a história oral, aquelas que inscrevem no campo da investigação (a) os gestos, os silêncios, as imagens que se projetam das palavras, ou seja, uma linguagem inscrita no corpo, que não se confunde ou não se reduz aos “gestos e silêncios” produzidos em um discurso que iguala tudo à subjetividade (ou a uma ideia equivocada de “subjetividade”); (b) as projeções cartográficas desdobradas das experiências nos espaços habitados/praticados (GUIMARÃES NETO, 2006b, 2006c, 2008); (c) as configurações dos diversos tempos vividos em suas múltiplas linhas, que tecem as experiências lembradas e/ou involuntárias. Torna-se importante assinalar que a lembrança não é a repetição do mesmo, ela é criação não de uma cópia, mas de um equivalente, que tem por base um ponto de vista “espiritual”, uma imagem, voluntária ou

involuntária (DELEUZE, 1987; PROUST, 1990), ou semelhante, na perspectiva de Walter Benjamin (1985).

2. O trabalho de constituição do *corpus* documental: seleção e reunião das entrevistas/testemunhos: a produção do lugar socioinstitucional, indicando a trajetória da memória-testemunho (no instante da declaração) para o estatuto de memória-arquivo. Essa prática é marcada pela dinâmica do deslocamento da “fase testemunhal”, do relato de memória, para o texto escrito, instituindo outro movimento – inserido em relações diversas (as dos pesquisadores e os interesses do seu lugar socioinstitucional) – em nada neutro, e considerando esse trabalho de produção documental como um ato de inscrição no universo da escrita que produz modificações importantes (não se entendendo a escrita como o “outro” da oralidade).
3. O entrecruzamento com outras coleções documentais exige também diálogos com diversas produções teóricas e metodológicas que lidam com fotografias e outras fontes visuais; jornais, revistas e impressos diversos; documentos oficiais; e tantos outros registros que os historiadores trazem para seu campo de análise. Entrecruzamentos cruciais que instituem configurações diversas e alteram as percepções dos pesquisadores. Essa operação permite refletir e interpretar não apenas as entrevistas/testemunhos e as implicações da memória individual e social, mas também as práticas discursivas no espaço social, especialmente a posição do entrevistador e a do entrevistado em relação aos grupos sociais envolvidos.

Práticas de escrita: a dinâmica da narrativa histórica – do relato oral ao texto escrito

Para dedicar-me ao debate crítico das práticas de escrita da história, recorro primeiramente a Paul Veyne (1983, p. 14): “A história é

narrativa de acontecimentos”. O vivido, tal como é conhecido, “tem a mão dos historiadores”, na difícil labuta da construção narrativa. Nos termos de Paul Ricœur, a atividade de “contar a história” nos coloca em contato direto com a experiência temporal e espacial.⁵¹ É na operação narrativa que

[...] o tempo se torna tempo humano, na medida em que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal e espacial (RICŒUR, 2012, p. 9).

Os acontecimentos passados não são vistos, como sabemos, por meio de uma máquina do tempo, a visão que temos deles é indireta, são narrados; têm como referência documentos, vestígios e testemunhos que apresentam um conjunto de possibilidades de leituras. Portanto, conhecimento parcial, sem ambição totalizadora.

Mais ainda, Veyne também reflete como os laços constituidores da narrativa histórica “vinculam a compreensão histórica à atividade narrativa”, como assinala Paul Ricœur (2012, p. 243) ao debater a posição teórica de Veyne. Veyne entende que o fato de figurar uma intriga ou trama é o que qualifica um acontecimento como histórico: “Um acontecimento histórico não é somente o que acontece, mas o que pode ser narrado ou o que já foi narrado nas crônicas ou lendas”, de acordo com a indicação de Ricœur (2012, p. 282). Esse aspecto é o que mais interessa nesse debate para os propósitos deste capítulo, tendo em vista o objetivo aqui delineado, que é o de refletir sobre a escrita e a história.

Desse modo, no momento mesmo em que acontecimentos e eventos são narrados, transformam-se em histórias, sínteses narrativas (efeito da seleção, organização, síntese), resultado de escolhas

51 Paul Ricœur (2007, p. 157), em *A memória, a história, o esquecimento*, se dedicará ao tema “O espaço habitado”; segundo suas palavras: “Escolhi na esteira de Kant na Estética Transcendental abordar o par espaço/tempo pelo lado do espaço”.

constantes, que conferem significado a uma configuração designada como histórica. No entanto, o “haver sido” para falar do passado, na historiografia, deve ter como referência documentos, indícios, vestígios, rastros, que dão ao discurso sobre o passado um efeito de realidade. O que ainda não é suficiente para o discurso “ocupar o lugar” do passado. Esse lugar só é efetivamente ocupado se, ao falar do “acontecimento”, a escrita tiver competência narrativa para isso: “Ele [o historiador] está obrigado a servir-se basicamente dos meios linguísticos da ficção para apoderar-se de uma realidade cuja atualidade já desapareceu” (KOSELLECK, 2006, p. 251).

Paul Veyne se empenha em valorizar a capacidade narrativa para a compreensão histórica: “figurar em uma intriga – trama – qualifica o acontecimento como histórico” (RICŒUR, 1994, p. 243; VEYNE, 1983). Esse historiador desloca para outra dimensão as grandes querelas debatidas pela historiografia no século xx, sobretudo acerca do factual e do não factual, bem como da história quantitativa e não quantitativa: se o enfoque é factual ou não, esse debate não determina a importância conferida ao acontecimento; assim como os métodos quantitativos, que mobilizam números, cifras e outros dados para as pesquisas. Importa mais, para ele, o que pode ser narrado ou não. Veyne compreende a história como narrativa aglutinadora que integra acontecimentos diversos, entre milhares de pequenas circunstâncias, conferindo a eles uma ordem de significados (sem pregar a univocidade da palavra). Desse modo, traz pontos de vista diferenciados que elaboram um discurso sobre o passado ou que presentificam esse passado, dando a ele legibilidade – no presente, como na concepção de Walter Benjamin (2006, p. 504).

Nessa linha de reflexão, para além dos embates entre as várias posições teóricas que incidem sobre a questão epistemológica “história e narrativa”, as investigações no campo da história e os registros documentais só passam a ter estatuto de “verdade” (conhecimento)

quando ganham corpo na construção narrativa, como escrita da história. Somos nós que conferimos, por meio dos documentos pesquisados – manuscritos, impressos, relatos orais, visuais, processos civis e criminais, imprensa, boletins, entre uma enorme diversidade de registros –, a importância relativa que os acontecimentos passam a ter no desenrolar da história narrada. Os documentos, nessa perspectiva, não “dizem” a história, não recuperam o passado. O passado não pode ser restituído, refeito, ele é narrado com análises críticas, sempre mediado pela operação historiográfica.⁵² Mas é necessário ver que, para Veyne, a noção de intriga opera como uma “lanterna mágica”, que implica considerações de ordem teórica e metodológica: os documentos, nessa ótica, são vistos como fragmentos significativos, habilmente selecionados, que devem quebrar a ideia da identidade do sujeito e da univocidade da palavra, e podem ser muito mais a prova da incompletude do conhecimento. No âmbito dessas considerações, pode-se esboçar um pensamento sutil, o de que apenas um recanto do mundo será iluminado. Para Paul Veyne, assim como para Paul Ricoeur (1994, p. 10) – que nem sempre concordam –, a noção de intriga é esclarecedora.⁵³ Todas as vezes que a história reúne fragmentos e dá sentido à diversidade, é a intriga – como atividade literária – que cria efeito de coesão e “realidade” e torna possível o relato histórico, em que circunstâncias,

52 É bastante conhecido o debate entre Paul Veyne e Michel de Certeau, quando este responde às indagações de Veyne com as reflexões desenvolvidas, sobretudo, em seu texto “A operação histórica”, publicado na obra, em três volumes, de 1974, *Fazer história*, organizada por Pierre Nora e Jacques Le Goff. Contudo, isso não impede que possamos valorizar os vários aspectos desse debate no campo epistemológico e traçar contribuições dos dois autores referentes às relações entre historiografia e narrativa, que apontam as dissonâncias e as ressonâncias.

53 Ver o texto de Paul Ricoeur (2012, p. 281-289), *Tempo e narrativa*, onde ele tece críticas à noção de “intriga” em Veyne (*Como se escreve a história*), ao mesmo tempo que estabelece significativas aproximações.

objetivos, fins e acasos das ações de homens e mulheres adquirem novos significados.⁵⁴

O problema da escrita, nessa perspectiva, suscita um rico diálogo entre história e literatura (GAGNEBIN, 1985, p. 7-19). Nas trilhas abertas por escritores como Orhan Pamuk, podemos tentar analisar alguns delicados fios – filigranas – para indagarmos acerca das narrativas literárias e seu poder de criação e transformação do mundo pelo discurso poético. O que se pensa sobre a criação poética na transformação do mundo está, para Pamuk, contemplado na questão mais importante, a que opera no poder da imaginação como “a capacidade de transmitir significados aos outros” (PAMUK, 2007, p. 67) e não como meio para “falsificar ou fantasiar a realidade”. No senso comum, corriqueiramente, a imaginação é vista e compreendida como meio para falsificar a realidade. Mas para o autor de *Meu nome é vermelho*, *Uma estranha sensação* e outras obras, “é a imaginação do romancista que dá ao mundo limitado da vida cotidiana a sua particularidade, a sua magia, a sua alma” (PAMUK, 2007, p. 65).

Os historiadores e historiadoras também têm a intenção de “transmitir significados aos outros”, realizar leituras diversificadas e elaborar análises e pontos de vista que desloquem evidências simplificadoras, constituindo a narrativa histórica; além disso, privilegiam uma multiplicidade de registros, como as imagens visuais, que se combinam e constituem as narrativas (MAUAD; MOTTA; KNAUSS, 2015; MAUAD, 2008; TRONCOSO, 2022). Investigam e relatam, assim, as especificidades da vida cotidiana, da guerra, da morte. Entre correspondências, associações e diferenças, praticam e compõem experiências na trama histórica (MONTENEGRO, 2019). Para o romancista, o que marca esse ato de escrever é a obediência

54 Ver a contribuição sobre “narrativa e história” em Albuquerque Júnior (2007), Montenegro (2019), Guimaraes Neto (2007) e as reflexões de Gagnebin (2006) em seu livro *Lembrar escrever esquecer*.

à “regra eterna da literatura: o talento de contar as próprias histórias como se fossem histórias dos outros, e contar as histórias dos outros como se fossem suas, porque é isso a literatura” (PAMUK, 2007, p. 19). Em seu texto-conferência ao receber o prêmio Nobel de literatura, Pamuk acentua que devemos ser capazes de contar as nossas histórias como se fossem dos outros, como também devemos ler uma história e associá-la às nossas experiências, abrigoando o mundo de alguém como se fosse o nosso. O debate, colocado nesses termos, não estabelece dicotomias entre o singular e o universal, o objetivo e o subjetivo, é um pensamento crítico em que tal controvérsia perde sentido.

Em ambos os casos, na história e na literatura, encontram-se escritores envolvidos com as imagens do mundo, para “escrever” o mundo. Pamuk diz ser fundamental que “as palavras mobilizem nossa imaginação visual” (PAMUK, 2011, p. 74), que a linguagem, por ser imagética, escreve e habita o mundo e faz do mundo sua morada. Imagens e sensações, no estilo poético de Pamuk (2007, p. 13), confluem para a palavra escrita: “Escrever é transformar em palavras esse olhar para dentro, estudar o mundo para o qual a pessoa se transporta quando se recolhe em si mesma [...] cercada pelas sombras, constrói um mundo novo com as palavras”.

Essas considerações teóricas sobre a dimensão poética do discurso não devem ser vistas como obstáculo ao rigor metodológico que se exige da disciplina da história, ou como o que se contrapõe às regras da escrita da história. Chartier (2007) também se manifesta na mesma direção. Sobretudo, quando afirma, na trilha aberta por Paul Ricœur (2007), que não apenas os documentos permitem dar “autenticidade” ao texto historiográfico – convocando Roland Barthes a esse debate, para quem padecemos do ato compulsivo de “autenticar o passado” –, mas que a narrativa deve produzir inteligibilidade no “dar a ver” e “ao contar” na configuração da arquitetura textual. Criar vida no território dos mortos. De maneira bastante

enfática, Chartier, na linha de Paul Ricoeur (2007) e Michel de Certeau (1982), problematiza a escrita tanto quanto os documentos no centro da operação historiográfica:

Fundar a disciplina em sua dimensão de conhecimento, e de um conhecimento que é diferente daquele fornecido pelas obras de ficção, é de uma certa maneira seguir ao longo da falésia. Os historiadores perderam muito de sua ingenuidade e de suas ilusões. Agora sabem que o respeito às regras e às operações próprias à sua disciplina é uma condição necessária, mas não suficiente, para estabelecer a história como um saber específico. Talvez seja seguindo o percurso que leva do arquivo ao texto, do texto à escritura, e da escritura ao conhecimento, que eles poderão aceitar o desafio que lhes é hoje lançado (CHARTIER, 2002, p. 17).

Em face dessa postura historiográfica é que a prática da história oral – das entrevistas aos arquivos, dos testemunhos às narrativas – problematiza a composição da trama, que resulta em uma história contada. Ao se guiar pelos procedimentos metodológicos compartilhados pelos seus pares e dialogar com diversas áreas do conhecimento, a história que lida com documentos orais (e não apenas eles) tem como grande desafio a escrita, a atividade literária que realiza a síntese do heterogêneo e compõe a trama histórica. Assim, os testemunhos mediados pela crítica podem oferecer sua contribuição à produção historiográfica.

Referências

ALBERTI, Verena. “Narrativas pregnantes” como “jogos de linguagem”: possibilidades da história oral à luz da teoria da linguagem de Wittgenstein. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, p. 127-148, jan./dez. 2008.

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2009a.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009b. p. 223-249.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

AMORIM, Hélder Remígio de. *Josué de Castro: um pequeno pedaço do incomensurável*. Jundiaí, SP: Paco editorial, 2022.

APPLEBY, Joyce; HUNT, Lynn; JACOB, Margaret. *Telling the truth about history*. Nova York: W. W. Norton, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização Willi Bolle; colaboração Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 36-49. (Obras escolhidas, v. 1).

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco, 1831-1848. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 2, p. 121-183.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O outro lado da independência: quilombolas, negros e pardos em Pernambuco (Brazil), 1817-23. *Luso-Brazilian Review*, Wisconsin, v. 43, n. 1, p. 1-30, 2006.

CAVALCANTI, Erinaldo V. História, livro didático e formação docente: produção, limites e possibilidades. *Antíteses: Revista do Programa de Pós-graduação em História Social*, Londrina, v. 11, n. 22, p. 516-532, 2019.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. El pasado en el presente: literatura, memoria e historia. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, Barcelona, n. 37, p. 127-140, 2007.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DABAT, Christine Paulette Y. Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Editora UFPE, 2003.

DELEUZE, Gilles. Sobre Nietzsche e a imagem do pensamento. In: DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta: e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; BERTOLINO, Farley da Conceição. Ação popular: memória, testemunhos e história. *Oralidades: Revista de História Oral*, Rio de Janeiro, v. 4, p. 15-31, 2009.

EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017a.

EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2017b.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Histórias de família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. Desafios do ensino de História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 79-93, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FROTSCHER, Méri; LAVERDI, Robson (org.). Dossiê migrações. *Espaço Plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 20, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Estética e experiência histórica. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (org.). *Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. v. I, p. 139-158.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio: Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7-19. (Obras escolhidas, v. 1).

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GOMES, Angela de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GOMES, Angela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: MONTENEGRO, Antonio Torres *et al.* *Cultura e sentimento: outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE; Cuiabá: EDUFMT, 2008. p. 135-166.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século xx. Cuiabá, MT: EDUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2006a.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Los espacios múltiples de la memoria y de la violencia: narrativas orales y prácticas culturales entre los trabajadores de la Amazonía, Brasil. *Words and Silences/ Palabras y Silencios*, México, v. 3, n. 2, p. 4-9, 2006b.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2006c.

HARRES, Marluza. Pelos caminhos da memória: uso de fontes orais na pesquisa histórica. In: HARRES, Marluza; JOANONI NETO, Vitale. *História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos: Unisinós; Cuiabá: EDUFMT, 2009. p. 26-47.

HEYMANN, Luciana. O *devoir de mémoire* na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Angela de

Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 15-44.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 9-22, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro “Fontes históricas” como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-22.

JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis. As muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX. In: HARRES, Marluza; JOANONI NETO, Vitale. *História, terra e trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos: Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2009. p. 10-25.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Amazônia, violência e tecnologias de poder: textos conjuntos*. Curitiba: Appris, 2023.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAVERDI, Robson. Viveres urbanos de jovens rapazes homossexuais no interior do Brasil: alteridades na e pela história oral. *Historia, Voces y Memoria*, Buenos Aires, v. 2, p. 13-40, 2010.

LLOYD, Geoffrey. *Demystifying mentalities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. III-154.

MACHADO, Roberto. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e flagrantes: ensaios sobre histórias e fotografias*. Niterói: Eduff, 2008.

MAUAD, Ana Maria; MOTTA, Marly; KNAUSS, Paulo. *Nos tempos da Guanabara, 1960-1975: uma história visual*. Rio de Janeiro: Edições Janeiro, 2015. v. I.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*. Recife: Cepe, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTYSUMA, Marcos. Memória e esquecimento. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (org.). *Coleção do tempo presente*. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2019. v. I, p. 6-26.

MONTYSUMA, Marcos. Um encontro com as fontes em história oral. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

NECOECHEA GRACIA, Gerardo. De enfermedades, historias y lecturas: imágenes narrativas de cultura obrera. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 109-122, 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/906/pdf>. Acesso em: 20 set. 2023.

NECOECHEA GRACIA, Gerardo. *Después de vivir un siglo: ensayos de historia oral*. México: Inah, 2005.

NEVES, Frederico de Castro. A política das multidões: os retirantes das secas e os conflitos urbanos (1877-1900). In: CORD, Marcelo Mac; GOMES, Flávio dos Santos; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de

(org.). *Trabalho, trabalhadores: experiências e processos no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2022. p. 45-59.

NEVES, Frederico de Castro; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. Introdução: para uma história social dos sertões. In: NEVES, Frederico de Castro; CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes (org.). *Capítulos de história social dos sertões*. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura Editorial, 2017. v. 1, p. 8-14.

PAMUK, Orhan. *O romancista ingênuo e o sentimental*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PAMUK, Orhan. *A malaleta do meu pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PEDRO, Joana Maria; PEREIRA, Ivonete; JOFFILY, Mariana (org.). Dossiê memória, relações de gênero e história oral. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, jan./dez. 2009.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina S. (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaaios de história oral*. São Paulo: Letra&Voz, 2010.

PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. Rio de Janeiro: Globo, 1990.

REIS, João José. *Os ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. *Domingos Sodré: um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: Editora UFPE, 2010.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Kênia Sousa. *História oral e natureza: resistência e cultura*. São Paulo: Letra&Voz, 2019.

SAFATLE, Vladimir. Posfácio. In: BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 173-196.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

SILVA, José Graziano; CARNEIRO, Carla Barroso; CEOLIN, Saulo Arantes. (org.). *Josué de Castro e a diplomacia da fome*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2023.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. *As mulheres de X'oyep: fotografia e memória*. Tradução Pablo Francisco de A. Porfirio. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

TRONCOSO, Alberto Del Castillo. *Conceptos, imágenes y representaciones de la niñez en la ciudad de México (1880-1920)*. Cidade do México: El Colegio de México: Instituto de Investigaciones Doctor José María Luis Mora, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

CAPÍTULO III

Artes da memória

Relatos orais, imagens narrativas e historiografia

A prática historiadora se redefine diante da incursão a novos territórios temáticos e abordagens historiográficas contemporâneas. Porém, mais que nunca, a qualidade da produção histórica aparece diretamente relacionada com o questionário elaborado pelo historiador ou pela historiadora, questões que precedem e acompanham a proposta do conjunto documental para o trabalho a ser desenvolvido. Ao orientar a análise crítica para a pertinência e as condições de uso da documentação, deparamo-nos com a sua complexidade, sobretudo a dimensão linguística. Além disso, ao nos determos nas reflexões sobre memória e documentos orais, somos desafiados a experimentar tratamentos inéditos, relevando a construção do passado recente. Nessa perspectiva, compreende-se que as diferentes práticas que dialogam com a documentação têm poder para modificar, ampliar e direcionar as pesquisas. Mais ainda, exigem diferenciar as operações da memória daquelas da história (NORA, 1993; RICŒUR, 2007) e tornar visíveis os lugares da produção e elaboração

historiográfica (CERTEAU, 1982b), indicando os pontos de referência teóricos e metodológicos.

Diante desses argumentos, é necessário delinear alguns referenciais e contribuições que possam nortear certos passos no trabalho com os relatos orais, permitindo-nos lançar mão de práticas metodológicas que contemplem a natureza múltipla da documentação produzida. Um primeiro posicionamento se impõe. Quando designamos o termo “história oral”, não estamos fazendo referência a uma forma particular de história, mas a práticas metodológicas que privilegiam um tipo de documentação, a oral, sem que essa documentação seja absoluta. Pelo contrário, é fundamental o entrecruzamento do relato oral com outros registros e documentos, escritos, visuais, entre outros. Considero, portanto, ser pertinente problematizar a utilização dos documentos orais em diálogo/interação/confronto com outros conjuntos documentais na estruturação da narrativa, exibindo os traços da experiência histórica. Assim, é oportuno precisar de que forma os relatos orais entram nas operações cognitivas que levam à construção histórica dos temas e das propostas de pesquisa.

Alguns pontos e anotações dirigem essas reflexões ao enfrentar os problemas suscitados pelo uso dos relatos orais:

1. É preciso dispensar aos relatos orais o mesmo rigor crítico utilizado no tratamento de outras fontes documentais. A crítica aos relatos orais deve constituir-se em instrumento de análise e reflexão sobre as suas próprias condições de produção – o lugar social da pesquisa, da produção bibliográfica e da escrita.
2. Nesse sentido, é importante situar o testemunho, na perspectiva de Paul Ricœur (1994, 2007), Michel de Certeau (1982b) e Paul Veyne (1983), resguardadas as diferenças das suas propostas teóricas, especialmente dos dois primeiros em relação

ao terceiro. São autores que insistem na construção da trama ou intriga histórica, fundamental não apenas para tratar da especificidade do testemunho histórico, mas para que a narrativa ou a história contada ganhe outros significados, com base nos possíveis deslocamentos semânticos operados:

[...] ela [a intriga em uma narrativa] “toma conjuntivamente” e integra numa história inteira e completa os eventos múltiplos e dispersos e assim esquematiza a significação inteligível que se prende à narrativa considerada como um todo (RICŒUR, 1994, p. 10).

Tal operação exige mergulhar os relatos orais em seus múltiplos contextos,⁵⁵ armar as ligações necessárias, confrontá-los com outras indicações e trazê-los à transparência do texto (à narrativa escrita). De volta a eles, entender que, por mais rico que seja qualquer relato de trajetórias individuais – sociais –, realmente o que importa é a sua especificidade nas articulações com a memória social.

3. Devem-se destacar ainda as questões técnicas das entrevistas e o processo construtivo do relato oral relacionado com os interesses do autor da entrevista e, sobretudo, do entrevistado. Além disso, considerar as interações entre entrevistado e entrevistador, que superam o entendimento meramente “técnico”. E nesse ponto reside uma das bases para a competência da história oral, como metodologia de pesquisa, a credibilidade dos seus procedimentos e a legitimidade quanto à produção de documentos (AMADO; FERREIRA, 1996; MONTENEGRO, 2010, 2019; ALBERTI, 1990, 2004). Por outro lado, poder-se-ia indagar em que medida as demais fontes documentais independem de uma perspectiva crítica que as organiza de um ponto de

55 Utilizo aqui o ponto de vista da micro-história, que recusa a existência de um contexto unificado e homogêneo. Ver Revel (1998).

vista “técnico” e metodológico, que atenda a suas particularidades: indagação que requer um debate mais amplo (GUIMARÃES NETO, 2014, 2023).

Inicialmente, gostaria de assinalar dois aspectos para refletir a respeito da relação entre o documento oral e a história. Primeiro, é necessário reconhecer que o documento oral não é o *outro* do documento escrito: fazem parte, tanto um quanto outro, do sistema escriturístico moderno, como define Certeau (2000), operando com os mesmos códigos de referência cultural (sem postular uma origem única). Michel de Certeau, referindo-se a essa questão, fundamenta a abrangência da escritura no período moderno, assinando um mundo que já não pode ser pensado sem a escrita, ele mesmo retomando a reflexão de François Furet, para quem a *modernidade* é a escritura: “Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (CERTEAU, 2000, p. 225).

A oralidade não pode mais ser restabelecida como forma de comunicação privilegiada, como foi na época medieval, em que os textos escritos eram produzidos tendo em vista sua forma predominante de transmissão oral. Os textos escritos não são mais construídos para serem lidos em voz alta: a leitura segregou-se. Portanto, a fonte oral de que podemos dispor não deve ser tratada como reconstituição de um “elo perdido” com a oralidade – o que não impede de observarmos e retirarmos ligações matizadas, relações duradouras e especiais com as tradições. E se escrever é, antes de mais, produzir um texto, a operação oral (contar, falar) também não deixa de ter uma relação primeira com a produção de textos e discursos estratégicos. Enfim, deve-se assinalar a importância de se levar em conta o relato oral como um texto onde se inscrevem desejos, reproduzem-se modelos, apreendem-se fugas; em suma,

um texto passível de ser lido e interpretado, e, da mesma forma, um texto articulador de discursos.

O segundo aspecto a considerar é a relação do documento oral com o tempo, o que põe em relevo a memória histórica. Ora, a história é o campo de conhecimento que acolhe a narrativa, tanto oral quanto escrita, segundo critérios de ordenação temporal (sem reduzir a história a uma narrativa cronológica de acontecimentos), tal como aponta Paul Ricœur (2012, p. 9):

O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Ou, como será frequentemente repetido nesta obra: o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal.

É certo que a organização inteligível de uma narrativa se encontra em consonância com sua organização temporal e espacial, o que não implica dispor o tempo de forma linear e o espaço de modo homogêneo, devendo-se, muito pelo contrário, abrigar o tempo fragmentário e plural e o espaço múltiplo. Ora, pelos traços que exhibe, enquanto forma de memória, o testemunho oral aponta para a descontinuidade temporal, fazendo emergir do fluxo do tempo/experiência os fatos considerados mais significativos do ponto de vista do narrador. Contudo, na narrativa, essa descontinuidade se organiza, parte de referências significativas, aponta para as ações individuais e coletivas, buscando dar inteligibilidade aos relatos e às trajetórias humanas. E, assim, os “fatos da memória” apreendidos em imagens, apresentando articulações próprias e únicas, estabelecem ligações, ressonâncias com uma teia de acontecimentos (memória social) com os quais teremos que operar na construção da narrativa histórica. Pode-se considerar que a narrativa sobre a qual incide um ponto de vista histórico é o campo onde as imagens das ações dos diversos agentes sociais – e os signos que emitem – ganham

movimento e podem, talvez, respirar a sua plenitude. Mas essas imagens, não se pode esquecer, apresentam-se como resultado de ressignificações e novas construções.

O trabalho histórico com os documentos orais deve considerar ou incidir a sua atenção sobre a particularidade do “tempo da memória”, procurando questionar os laços mais importantes ou a condição dessa relação, das “artes da memória” e do tempo histórico, entendendo que as “histórias relatadas” são, antes de tudo, vidas ou acontecimentos lembrados. As recordações não são meras exposições da memória, mas um olhar através do tempo múltiplo, um olhar que ressignifica, transforma e permite a passagem de um tempo a outro. Especialmente, elas trazem a possibilidade de atualização do passado no presente. Mas, sobretudo, apresentam a possibilidade de compreender “o passado, também, como *ficção do presente*” – para usar a expressão de Michel de Certeau (1982b, p. 21).

Quando analisamos o papel da memória ao relembrar o tempo passado, Marcel Proust e sua obra *Em busca do tempo perdido* oferece uma perspectiva bastante rica para nos conduzir. A exploração da memória, apesar da fecundidade das lembranças, não se confunde com o esforço máximo para trazer à tona as recordações. A memória, no caso de Proust, é vista como instrumento de uma aprendizagem, tendo-se em conta que a *recherche é voltada para o futuro e não para o passado* (DELEUZE, 1987, p. 4). Na leitura de Gilles Deleuze, o passado em si mesmo nada vale e, “[...] por mais importante que seja o seu papel, a memória só intervém como o meio de um aprendizado que a ultrapassa tanto por seus objetivos quanto por seus princípios” (DELEUZE, 1987, p. 4).

Nessa perspectiva, segundo Deleuze, os signos da memória são condutores especiais para a *redescoberta* do tempo (as “verdades” são sempre temporais). Afirma também que, para Proust, assim como para Platão, aprender é relembrar e relembrar é aprender, mas aprender é expor-se à violência dos encontros com os signos, sabendo-se

que em Proust, diferentemente de Platão, a inteligência vem sempre depois. Pelos encontros é que somos pressionados a aprender.

Para Jorge Luis Borges, na doutrina platônica, “inventar” e “descobrir” são palavras sinônimas, teriam o mesmo significado que recordar (o elemento da aprendizagem). E mais: afirma ainda que, quando o poeta concebe a obra, ele segue descobrindo-a ou inventando-a, como se a obra preexistisse: “[...] as coisas já se encontram ali. Mas estão ali escondidas e meu dever de poeta é descobri-las” (BORGES, 1983, p. 124).

Inventar, descobrir, aprender: combinam-se na riqueza da recordação. Aliás, recordar, palavra latina (*re*: de retornar; *cor*: de coração), exprime a imagem do retorno pelo coração. E só se retorna pelo coração a tudo que nos tocou profundamente, em busca do seu sentido: nessa dimensão os signos ganham relevo. De acordo com Proust, o esforço da recordação pura e simples não é nada; só se recorda/aprende por necessidade: o acaso do encontro é que garante a necessidade daquilo que é pensado. Fortuito e inevitável... (DELEUZE, 1987, p. 16-17).

A noção de descoberta-invenção é de suma importância, não como algo que nunca existiu, mas como aprendizagem e leitura das coisas, objetos e seres, emitindo signos a serem decifrados, interpretados. Assim também em Borges se encontra a percepção de que as coisas/objetos preexistem – “como se esse poema preexistisse em nós” (BORGES, 1983, p. 125); e, em Proust, de que as coisas se acham sob encanto, o passado oculto “[...] em algum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos. Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer, ou que não o encontremos nunca” (PROUST, 1990, p. 48).

Proust evoca, nesse caso, a crença céltica, segundo a qual

[...] as almas daqueles a quem perdemos se acham cativas em algum ser inferior, em um animal, um vegetal, uma coisa inanimada, efetivamente perdidas para nós até o dia, que para

muitos nunca chega, em que nos sucede passar por perto da árvore, entrar na posse do objeto que lhe serve de prisão. Então elas palpitam, nos chamam, e, logo que as reconhecemos, está quebrado o encanto. Libertadas por nós, venceram a morte e voltam a viver conosco (PROUST, 1990, p. 48).

Por isso a força do encontro em Proust – enigmática e violenta –, dependendo disso a “libertação da alma” aprisionada nas coisas ou objetos materiais, condição de se ter acesso à experiência de nossa vida; e a força poética de o pressentimento em Borges – sentir a presença da poesia – preexistir em nossa memória o que está oculto na vida, dar vida às almas cativas, condição de felicidade: uma experiência estética.

Certamente, Walter Benjamin, ao refletir sobre “A imagem em Proust”, dá ao acontecimento lembrado o caráter de infinitude: “Pois um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1985a, p. 37).

O acontecimento, nessa concepção, interrupção do tempo, faz explodir pelos ares o *continuum* da história e traz um tempo carregado de *agoras*, rompendo com a noção de um presente que é transição, presente que para no tempo e se imobiliza – Teses XIV, XV e XVI (BENJAMIN, 1985b, p. 229-231). Para ele, a história é, antes de tudo, presente: um presente que recolhe do passado situações ou acontecimentos como pontos de concentração que têm o poder de revelação, opondo-se à memória perpetuadora dos grandes feitos: “a recordação é a única maneira de barrar o caminho à repetição do Mesmo...” (MATOS, 1989, p. 59).⁵⁶

⁵⁶ Essa questão é abordada por Matos (1989, p. 59) com uma maior abrangência na primeira parte do seu livro *Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*.

Para Walter Benjamin, a força rejuvenescedora em Proust se encontra nas reminiscências. Deleuze também afirma: “Proust nos fala da plenitude das reminiscências ou das lembranças involuntárias, da alegria celestial que nos dão os signos da Memória e do tempo que eles nos fazem bruscamente redescobrir” (DELEUZE, 1987, p. 54).

Deve-se destacar ainda que, diante de toda experiência individual e coletiva, a memória e a história tanto podem intervir tanto como um meio de aprendizagem quanto como um instrumento político: dupla face que dimensiona as experiências humanas. Aprender também diz respeito a uma “memória” que tem em si o poder de entreabrir o passado. Ora, para Walter Benjamin, tudo aquilo que a ciência pôde definir e dar por acabado, dentro de uma linha historicista, na qual se “apresenta a imagem eterna do passado”, só a memória pode modificar, e rebelar-se contra todo aquele que quer sua posse, seu triunfo (MATOS, 1989, p. 101).

Outro aspecto da reflexão sobre a função da memória no campo das ações humanas pode ser estudado com base na concepção grega da história, na qual a memória é também revelação de vida e busca de eternidade. Em Heródoto, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens formam a matéria da história. Seria, assim, sua tarefa salvar os feitos humanos do esquecimento, ao garantir-lhes um certo caráter de permanência e impedir-lhes o inextinguível perecimento. Somente a recordação – Mnemósine, considerada a mãe de todas as musas – poderia vir socorrer os homens de seu insignificante destino, marcado pela transitoriedade (ARENDT, 1972). E como nada pode sobreviver ao momento de sua realização mesma, os homens teriam de encontrar os artifícios adequados para superar essa efêmera condição humana: “A tarefa do poeta e historiador (postos por Aristóteles na mesma categoria, por ser o seu tema comum *práxis*) consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação” (ARENDT, 1972, p. 74).

Hannah Arendt destaca uma das mais belas passagens da *Odisseia*, em que Ulisses consegue rever o passado e reconhecer a sua história – poeticamente – quando, na corte do rei dos Feácios, ouviu a narrativa de seus próprios feitos e pesadelos:

[...] agora algo fora dele próprio, um “objeto” para todos verem e ouvirem. O que fora pura ocorrência tornou-se agora “História” [...] A cena em que Ulisses escuta a estória de sua própria vida é paradigmática tanto para a História como para a Poesia; a “reconciliação com a realidade”, a catarse, que segundo Aristóteles era a própria essência da tragédia, constituía o objetivo último da História, alcançado através das lágrimas da recordação (ARENDT, 1972, p. 74-75).

Os gregos, segundo Hannah Arendt, entendiam a história dos eventos humanos como interrupção do ciclo do eterno retorno: “Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bíos* retilinear dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras” (ARENDT, 1972, p. 72).

Historiadores e poetas, doravante, ocupar-se-ão com eventos e ocorrências singulares: “E o fazem traduzindo *práxis* e *léxis*, ação e fala, nessa espécie de *poíesis* ou fabricação que por fim se torna a palavra escrita” (ARENDT, 1972, p. 74).

A solução encontrada pelos gregos para “imortalizar” os grandes feitos humanos, através das palavras, aproximou, no campo da criação, a história e a poesia. Mas, para Aristóteles, “[...] a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere-se aquela, principalmente, ao universal, e esta ao particular” (ARISTÓTELES, 1991, p. 256).

A história porque diz das coisas que sucederam e a poesia, das que poderiam suceder: “[...] representar o que poderia acontecer,

quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade” (ARISTÓTELES, 1991, p. 256).

O poeta, para Aristóteles, deve ser um fabulador, mesmo que venha a fazer uso do real, pois pelo fato de imitar ações, “[...] nada impede que algumas das coisas que realmente acontecem sejam, por natureza, verossímeis e possíveis e, por isso mesmo, venha o poeta a ser o autor delas” (ARISTÓTELES, 1991, p. 257).

Se a tarefa do historiador consiste também em relatar ações e feitos, acontecimentos que efetivamente ocorreram, deve ser um “inventor”/artífice da palavra – numa interação com a ação (*práxis* e *léxis*) – a fim de poder fazer perdurar e fixar à memória os feitos humanos. Mesmo o poeta deve ter uma consanguinidade com as coisas reais (segundo a verossimilhança e a necessidade), do contrário pode vir a ser um mau poeta – ou deixar de parecer maravilhoso –, segundo Aristóteles (1991, p. 256-257).

Os historiadores também podem deixar de empreender bem a sua tarefa, e se acaso enfatiarem aqueles que os irão ler, o seu intento não será cumprido, na medida em que nada se grava, nada se guarda na memória, nenhuma lembrança entenece, nenhum *feito se salva*, se a escrita da história não consegue articular as ligações essenciais entre o “real” e o relato, problemática da relação entre narrativa e história. Em um belo trabalho, um texto crítico sobre Jorge Luis Borges, Italo Calvino trata exatamente de ressaltar essa questão e mesmo a temática:

Assim, o poder da palavra escrita se liga ao vivido como origem e como fim. Como origem, porque se torna o equivalente de um acontecimento que de outra maneira ficaria como não tendo ocorrido; como fim, porque para Borges a palavra escrita que conta é aquela que tem um forte impacto sobre a imaginação, enquanto figura emblemática ou conceitual, feita para ser lembrada e reconhecida em qualquer aparição passada ou futura (CALVINO, 1993, p. 251).

Mas sem se esquecer de que, como observa Hannah Arendt, “jamais deixaria qualquer vestígio sem o auxílio da recordação” (ARENDT, 1972, p. 74). Os registros passados – vestígios, indícios – permitem a reconstrução das experiências sociais que os produziram como uma operação de conhecimento em que a narrativa rigorosamente não exclui inteligibilidade (CHARTIER, 1990, p. 69-89).

Acredito, ainda, que é no âmbito dessa problemática que se pode situar o que disseram Duby e Lardreau (1980), ao afirmarem que a história deve ser colocada sob o ângulo da arte literária, pois é criação de um discurso que, necessariamente, tem que ser bom. É possível desenvolver um pouco mais essa reflexão, seguindo as próprias palavras de Duby (1993), no prefácio de seu livro *O domingo de Bouvines*, quando declara que a primeira razão da sua escolha foi a atração do prazer; a segunda, explorar o acontecimento de uma forma muito própria (nesse sentido, a primeira escolha se associa à segunda):

Pelo próprio fato de ser excepcional, o acontecimento faz emergir, no afluxo de palavras que ele libera, vestígios que, se não nos detivéssemos nele, permaneceriam nas trevas, despercebidos, os traços mais banais de que raramente se fala no cotidiano da vida e sobre os quais nunca se escreve (DUBY, 1993, p. 10-11).

Nessa perspectiva, destacaria dois pontos fulcrais a partir da análise de Duby: primeiro, que o acontecimento se apresenta como indício, vestígio “no afluxo de palavras que ele libera”, a fim de emergir do desconhecido, do despercebido, tudo aquilo que pode dar significado à vida de homens e mulheres – as palavras e a visibilidade. Segundo, quem relata o acontecimento o faz com competência narrativa para que as palavras fluam, abrangendo os detalhes e o curso principal das ações (de acordo com os caminhos que se abrem), e, sobretudo, constituam as personagens nas tramas históricas. Ora, o “texto como tecido de palavras, imagens e significados”

(CALVINO, 1993, p. 250) é o resultado do trabalho de artífice do autor e, no caso do historiador que lida com acontecimentos que de fato ocorreram, eles, os acontecimentos, devem emergir de uma trama histórica, articulados por uma escrita eficaz. É bastante conhecida a valorização que Paul Veyne (1983, p. 10) faz do papel do historiador como “construtor” da intriga histórica,⁵⁷ ao indagar o que é a história: “[...] a resposta à questão não mudou desde que os sucessores de Aristóteles a levantaram há dois mil e duzentos anos: os historiadores narram acontecimentos verdadeiros que têm o homem como ator; a história é um romance verdadeiro”.

O texto histórico depende dos modos e formas do discurso que o relato põe em curso, mantendo a relação específica que a história tem com a produção dos discursos (CHARTIER, 1990, p. 69-89). Nos debates a propósito da história cultural, abordagens ainda no século xx, como a de Lloyd S. Kramer (1992, p. 131-173), ganharam repercussão no campo historiográfico:

De fato, o único traço verdadeiramente distintivo da nova abordagem cultural da história é a abrangente influência da crítica literária recente, que tem ensinado os historiadores a reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica (KRAMER, 1992, p. 131-132).

Aponta, em seu texto, para as contribuições de H. White e D. La Capra, na reflexão sobre *a dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica*, em que questionam “[...] as fronteiras que separam a história da literatura e da filosofia [que os levam] a contestarem aquilo que percebem como as tendências

57 Sem querer entrar aqui na polêmica sobre se a história é uma ciência – como o é para Le Goff – ou não – como para Veyne (1983). Certeau (1982b) estabelece regras para o discurso historiográfico (a operação historiográfica) e apresenta outros parâmetros para conceituar o que é científico, recusando a análise que se situa entre dois polos de debate.

dominantes da historiografia, a focalizarem o papel decisivo da linguagem em nossas descrições e concepções da realidade histórica” (KRAMER, 1992, p. 134).

Dessa forma, a história constrói os acontecimentos passados, obrigada a “servir-se basicamente dos meios linguísticos da ficção para apoderar-se de uma realidade cuja atualidade já desapareceu” (KOSELLECK, 2006, p. 251).

Nessa moldura narrativa, ao se utilizar os relatos orais como documento, é preciso ter presente, primeiramente, a complexidade do *tempo* – plural – visto como “material de análise” aberto a múltiplas leituras; e, simultaneamente, considerar a importância das recordações para “salvar as ações humanas do esquecimento”. Os relatos orais são reconstruídos na forma de textos escritos, obedecendo a processos de construção que não se encontram livres das regras da escrita próprias do gênero historiográfico.



As reflexões teóricas desenvolvidas neste capítulo são resultado de questões e problemas que surgiram no decorrer da pesquisa que realizei para a minha tese de doutorado, *Grupiaras e monchões: garimpos e cidades na história dos povoados do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte* (GUIMARÃES NETO, 1996).⁵⁸ O trabalho foi marcado por tensões e diálogos constantes entre a realização de entrevistas com personagens que vivenciaram a experiência social nos povoados focalizados – a produção dos documentos orais segundo critérios historiográficos – e o entrelaçamento

58 A tese, defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade de Campinas (Unicamp), se transformou, em 2006, em livro: *Cidades da mineração: memória e práticas culturais. Mato Grosso na primeira metade do século xx*.

com os documentos escritos (GUIMARAES NETO, 2023). À medida que a elaboração dos textos avançava, na fabricação dos capítulos, a dimensão do uso dos relatos orais se tornava mais significativa. Ao enfrentar uma documentação exígua, porém fundamental, além das memórias fotográficas (álbuns de família), o trabalho se realizava abrindo conexões em mosaico, sobrepondo relatos escritos e orais, expressando diferentes perspectivas.

Os relatos orais que deram suporte e fizeram parte da documentação apresentada para a pesquisa do tema da tese estão ligados aos segmentos sociais mais importantes que participaram dos movimentos de deslocamento em direção ao “leste de Mato Grosso”, como era denominado, nas primeiras décadas do século xx. Grupos sociais provenientes de duas grandes “frentes”: das áreas rurais de Minas Gerais e Goiás, prioritariamente, à procura das terras devolutas do estado; e mais, todos aqueles que se deslocavam em direção aos garimpos dos diamantes, oriundos sobretudo do Norte e Nordeste, afugentados pela miséria – as frentes de trabalho para as áreas de mineração.

Grupos sociais com atividades muito distintas e estilos próprios de vida. No entanto, compartilharam de uma mesma experiência histórica nesse período dos movimentos migratórios para o leste de Mato Grosso.⁵⁹ Ocupação das terras devolutas e exploração dos garimpos de diamantes, no lendário vale do rio das Garças (afluente do rio Araguaia), deram a tônica aos deslocamentos. Aqueles que narram histórias e dão a conhecer seus projetos – nos relatos focalizados – são os grupos sociais provenientes do Norte e Nordeste que se dirigiram para as aglomerações garimpeiras ou para os núcleos urbanos emergentes, ou ainda os homens e mulheres habituados à lida da terra. Procurei colher as memórias dos moradores, tanto

59 A designação *leste* de Mato Grosso está em concordância com as fronteiras do antigo estado de Mato Grosso antes de sua divisão; é a que servia de referencial para o momento histórico aqui tratado.

das fazendas quanto das pequenas cidades: os primeiros, oriundos de uma relação com a terra, mais sedentários, contam histórias dos “sertões” e suas tradições; os outros, vivendo a experiência do nomadismo por contingência, são aqueles que vieram de longe, homens e mulheres do Norte e Nordeste, grandes contadores de histórias, viajantes que de porto em porto teceram, nas urdiduras do tempo, o seu passado e suas histórias.

É desse entrecruzamento que surgem os dois principais arquétipos da estrutura narrativa mais antiga: o viajante (o marinheiro e o mercador) e o habitante de sua terra (o lavrador sedentário e o artesão). Walter Benjamin, em “O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (BENJAMIN, 1985a, p. 197-221), nos diz: “A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos [...] A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendida se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos” (BENJAMIN, 1985a, p. 198-199).

E destaca que “o conhecimento do lugar distante” e o “conhecimento do passado” caracterizam, nessa relação, o encontro mais fecundo:

Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada. Uma escada que chega até o centro da terra e que se perde nas nuvens – é a imagem de uma experiência coletiva, para a qual mesmo o mais profundo choque da experiência individual, a morte, não representa nem um escândalo nem um impedimento (BENJAMIN, 1985a, p. 215).

As experiências se entrelaçam nas tessituras do tempo e do espaço e constituem, desse modo, a matéria da memória, “experiência”, proveniente da *repetição* e do *hábito*, matéria da “recordação coletiva”: “Memória inintencional (Freud) e memória involuntária

(Proust) constituem este conceito de Benjamin” (MATOS, 1989, p. 93, n. 1). Destaca-se que só há experiência em sentido pleno quando entram em conjunção certos conteúdos do passado individual tecidos com outros do passado coletivo.

A proposta deste capítulo foi a de apresentar o universo micro-histórico, com base no trabalho com os relatos orais de memória, tanto dos moradores das fazendas que adentraram terra indígenas quanto dos que vieram de muito longe, em busca das áreas de mineração, que se tornarão os novos moradores das pequenas cidades. Dominando pela força as terras indígenas, se impuseram num mundo marcado pela violência. Entremeando-os, procurei dar visibilidade ao surgimento de narrativas que reconstroem as marcas das lembranças e as experiências passadas como fontes que energizam a tessitura da vida social e dão o toque mágico ao mundo vivido. Um passado não como memória acumulativa, mas que emite signos que vale a pena “decifrar” e “inventar”. Muitas vezes, meras lembranças, reminiscências, que emergem como sinais involuntários – fiapos desgarrados –, mas essencialmente plenos de rememorações, suscitando a “evocação de imagens visuais nítidas, incisivas, memoráveis...” (CALVINO, 1990, p. 71). A riqueza está em poder apreender nas histórias narradas os fios de tensões, as linhas contraditórias, talvez muito mais ambíguas, linhas de fuga que formam um quadro complexo e desafiador para a pesquisa histórica. Afinal, para o conjunto de histórias vividas e relembradas a caminho da história-conhecimento, deliberadamente não existem heróis, embora alguns possam aparecer como tais em outras histórias: relatos de uma ocupação, de uma lei, de um tempo e de um mundo próprios. Embora as palavras de Guimarães Rosa possam soar como as batidas em um velho sino, vivemos para nos aproximar e nos distanciar dessas personagens dos “enigmáticos sertões”: “Consegui de muito homem e mulher chorar sangue, por este simples universozinho nosso aqui. Sertão” (ROSA, 2006, p. 15).

Recontar as histórias é a possibilidade de entrar na dimensão da invenção da experiência humana.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1990.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.
- ARENDT, Hannah. O conceito de história: antigo e moderno. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 69-126.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco; Poética*. Seleção de textos José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 245-285. (Os pensadores; v. 2).
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985a. (Obras escolhidas, v. 1).
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985b. p. 229-231. (Obras escolhidas, v. 1).
- BORGES, Jorge Luis. A poesia. In: BORGES, Jorge Luis. *Sete noites*. São Paulo: Max Limonad, 1983. p. 117-140.
- CALVINO, Italo. Jorge Luis Borges. In: CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 246-253.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*: lições americanas. Tradução Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel de. Escritas e histórias. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982a. p. 21-27.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982b. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. O passado composto. Relações entre filosofia e história. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 69-89.

DELEUZE, G. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DUBY, Georges; LARDREAU, Guy. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1980.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. Crítica histórica: o documento como aprendizagem no debate historiográfico. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira (org.). *Historiografia*: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores. Recife: Editora UFPE, 2023. p. 249-266.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. p. 35-64.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século xx. Cuiabá, MT: EDUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Grupiaras e monchões: garimpos e cidades na história dos povoados do leste de Mato Grosso – primeira metade do século vinte*. 272 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-rio, 2006.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LACAPRA. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 131-173.

MATOS, Olgária C. F. *Os arcanos do inteiramente outro: a Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*. Recife: Cepe, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. São Paulo: Globo, 1990.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. ed. comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983.

Memória, testemunho e narrativa*

Desde a Grécia antiga, os testemunhos são considerados condição fundamental para a escrita da história. Sem testemunho não se faz história, pois é o testemunho que constitui o elo primeiro com a memória ao se narrar algum acontecimento. Desde esse período, o testemunho se encontra associado à narrativa do ocorrido, questão central para o trabalho historiográfico, conforme esclarece Momigliano (2004, p. 38): “O que a atitude grega em relação à história invariavelmente implica é que o historiador não apenas relata os fatos como também estabelece uma ligação entre eles”. Para isso, há que se “contar a história”, de modo que o evento ganhe inteligibilidade na sua configuração temporal e espacial. Assim, testemunho e narrativa nascem imbricados um ao outro porque o testemunho não pode existir se não estiver articulado em linguagem, se não for

* Este texto foi elaborado em conjunto com o historiador Antonio Montenegro (UFPE).

narrado e escolhido para perdurar, de acordo com a importância a ele atribuída, como relato sobre o acontecido. Essa relação entre testemunho e narrativa é operada por diversos procedimentos historiográficos, segundo o seu regime de historicidade.⁶⁰

Contudo, para os gregos, os relatos devem se apresentar como “confiáveis” e, também, como “atraentes”, para que possam preservar a memória de “fatos passados importantes” que “têm uma relevância para o futuro” (MOMIGLIANO, 2004, p. 38). A confiabilidade era tão importante que os gregos “julgavam os méritos relativos das várias versões” sobre um mesmo acontecimento. Porém, o “relato atraente” também era necessário para garantir que os acontecimentos exemplares rememorados pudessem ser transmitidos; no entanto, poderiam produzir tanto a mentira quando a verdade (MOMIGLIANO, 2004, p. 40). Em face da dimensão ficcional e da constatação da falibilidade do relato, os historiadores gregos propõem procedimentos historiográficos que ofereçam suporte de veracidade ao relato,⁶¹ estatuto de verdade que não é visto como um *a priori*, mas como resultado da pesquisa; portanto, de uma operação complexa que atende a diversas mediações críticas. Se os eventos mais significativos – do ponto de vista grego – devem ser salvos do esquecimento (já que a questão básica é a preservação da memória e sua transmissão), esses, nesse caso, não prescindem da investigação, ou seja, os gregos “nunca acreditam que poderão fazer seus relatos sem *história*, sem pesquisa” (MOMIGLIANO, 2004, p. 37). Assim, na leitura de Momigliano, a história e a pesquisa são os legados da historiografia grega para a moderna historiografia ocidental, no século XVIII, em que os testemunhos confiáveis e a busca pelo

60 Sobre o conceito de regime de historicidade, ver Hartog (2015).

61 São bastante conhecidos tanto o método crítico de Heródoto quanto o de Tucídides, assim como as argumentações de Tucídides contra Heródoto. Ver, em especial, Momigliano (2004) e Dosse (2003).

“relato verdadeiro” (ou mais provável) se constituem em referenciais fundadores e indissociáveis. Nesse sentido, observa Momigliano:

De modo geral, o historiador grego estava sempre atento ao perigo de afirmar algo que não fosse verdadeiro ou sequer provável. Não que tentasse evitar este perigo, mas a escolha entre o que era verdadeiro e o que não era – ou pelo menos entre o que era provável e o que não era – era, para os gregos, uma condição inerente ao trabalho do historiador (MOMIGLIANO, 2004, p. 39).

É nessa perspectiva que a preocupação grega com a veracidade dos registros e vestígios, referência para a construção da narrativa histórica, produziu, sem dúvida, significativa ressonância no fazer historiográfico até os dias atuais e projeta-se como um dos temas permanentes da operação historiográfica.

Por outro lado, ao focarmos nossas lentes na concepção moderna de história (KOSELLECK, 2006) – que prevalece a partir do século XVIII – e nos acontecimentos contemporâneos, o cenário historiográfico se apresenta com muita complexidade. O crescimento vertiginoso do poder dos testemunhos, especialmente após as catástrofes das guerras no século XX e no século XXI, associado ao problema ético-político dos refugiados, das vítimas de ataques genocidas e de outros eventos trágicos, surpreende e impacta nossa vida. François Dosse (2013), com base em Wieviorka (*L'ère du témoin*), refere-se ao nosso tempo compreendido na “era do testemunho”, em que os testemunhos individuais e coletivos constituem grandes arquivos – orais, audiovisuais ou escritos. Esses testemunhos – que fazem parte de um cenário midiático – mudam drasticamente a nossa forma de ver, compreender e narrar a história do tempo presente (DOSSE, 2013), com implicações que deslocam a concepção moderna de história e seu regime de historicidade (HARTOG, 2015), e, sobretudo, desconstróem com força avassaladora a ideia de progresso nela contida.

Filósofos como Paul Ricœur (2007), Hannah Arendt (1999), Walter Benjamin (1985), Judith Butler (2017) e historiadores como Arnaldo Momigliano (2004), Marc Bloch (2001), Reinhart Koselleck (2006), entre outros importantes autores, com orientações teóricas distintas, algumas próximas e outras bastante distantes, são fundamentais para a reflexão crítica do valor dos testemunhos para os estudos do passado e do presente, ou melhor, sobre as relações entre o presente e o passado. Os trabalhos dos filósofos e dos historiadores analisam e debatem a produção do conhecimento histórico, o estatuto da memória e do acontecimento, suscitando vários problemas sobre os testemunhos e sua capacidade para transmitir e “relatar o verdadeiro”. Ao atualizarem o debate contemporâneo – sob o foco dos temas e análises específicos que desenvolvem em seus textos –, afastam-se de análises que generalizam os acontecimentos e o tempo histórico e de reflexões que não levam em conta as condições de produção do conhecimento. Para Benjamin, a historicidade do conhecimento, o “agora da cognoscibilidade” que problematiza o lugar e o tempo do historiador que conhece, implica analisar sua relação com o lugar e o tempo dos registros e vestígios, dos “documentos”, dos testemunhos, e estabelece para a história um lugar permanente de mediação crítica.

Especialmente, esses autores sublinham a dimensão discursiva dos relatos, como faz Judith Butler (2017) ao analisar os testemunhos de Primo Levi sobre os campos de concentração nazistas.⁶² A autora chama atenção para a história que será contada e recontada, em que as figuras de linguagem se apresentam constitutivas do relato para transmitir não apenas os eventos que ocorreram, mas, sobretudo, darem conta de uma “realidade emocional” imprescindível à história como narrativa relacionada com a memória.

62 Ver especialmente o capítulo 7: para pensar o presente, Primo Levi, em Butler (2017).

Esses percursos teóricos e metodológicos sobre a importância dos testemunhos e seu *status* narrativo para a história e mesmo para outros domínios do conhecimento, com o interesse de transmitir e “relatar o verdadeiro”, são basilares para os debates sobre o passado e o presente. Entre experiências e narrativas, problematiza-se o tempo histórico. É nesse aspecto que os questionamentos historiográficos sobre a instituição do testemunho, sua dimensão narrativa e política, desnaturalizam a sua “relação estável” com o tempo histórico, dependentes dos regimes de historicidade que lhes dão sentido.

Há que se considerar, nesse âmbito, como um dos aspectos mais significativos do debate contemporâneo sobre os testemunhos orais, escritos ou visuais, as questões relacionadas com a produção da sua credibilidade e sua confiabilidade.⁶³ Problema central para a história do tempo presente e para a historiografia em geral, considerando que a análise dos documentos históricos e, em particular, dos registros orais torna recorrentes as reflexões teóricas e metodológicas sobre as implicações que envolvem os testemunhos e as testemunhas. Procedimentos que oferecem suporte à sua fiabilidade e, sobretudo, à sua legitimidade pública.

É nessa perspectiva que os questionamentos historiográficos sobre os “testemunhos do tempo” (BLOCH, 2001) se tornam relevantes para as nossas incursões teórico-metodológicas, que remetem à problematização das fontes históricas enquanto testemunhos escritos, vestígios e indícios que autorizam os historiadores a escreverem sobre o passado e a dialogarem com o presente.

Em seu livro, *a Apologia da história ou o ofício de historiador*, Marc Bloch, ao adentrar na temática do “testemunho” e suas múltiplas implicações, tece incontáveis fios analíticos que se tornam “clássicos” ou a base para o *modus operandi* do tratamento documental

63 Ver as contribuições de Ferreira (2012), Gomes (2007), Guimarães Neto (2014) para o debate sobre as injunções do tempo presente.

no campo historiográfico a partir do século xx. Para ele, pensar o historiador em seu papel de “mediador crítico”, sobretudo ao contemplar o estudo e a análise dos vestígios baseados em testemunhos, implica classificá-los como voluntários e involuntários; os primeiros são os relatos destinados à informação, enquanto os segundos são aqueles colhidos/apreendidos à revelia, vestígios considerados “pedaços inteiros do passado [que] só puderam ser reconstituídos assim” (BLOCH, 2001, p. 77).

Para Bloch (2001, p. 79), “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”. A história-problema, que formula e contempla a diversidade documental e a interlocução entre os diferentes vestígios, propugna para o historiador um papel ativo, que direciona, pergunta, dialoga. Adverte:

Mas, a partir do momento em que não nos resignamos mais a registrar [pura e] simplesmente as palavras de nossas testemunhas, a partir do momento em que tencionamos fazê-las falar [mesmo a contragosto], mais do que nunca se impõe um questionário. Esta é, com efeito, a primeira necessidade de qualquer pesquisa histórica bem conduzida (BLOCH, 2001, p. 78).

Ao problematizar o uso dos vários tipos de testemunhos, Marc Bloch afirma a importância de estabelecer, numa mesma pesquisa, relações entre vestígios de estatuto diferenciado que, ao serem submetidos ao “método crítico”, permitem precisar “o lugar de inteligibilidade” do documento. Assim, apreende a historicidade do testemunho, resultado do trabalho de pesquisa, realizado passo a passo como construção historiográfica (GUIMARÃES NETO, 2023b).

Portanto, o registro testemunhal não é “depositado” nos arquivos de maneira aleatória, à espera da lanterna mágica que carregam os estudiosos para iluminarem o passado. Marc Bloch, empenhado em desnaturalizar o testemunho como algo conclusivo, remete à questão fundadora de toda pesquisa histórica, a impossibilidade

de saber *a priori* qual história será narrada, ou, em outros termos, como ele próprio formula: “Como posso saber o que vou lhes dizer?” (BLOCH, 2001, p. 83).

No que tange à reflexão sobre o testemunho e seu significado para a história, o filósofo Paul Ricœur, em seu livro *Memória, história, esquecimento*, desenha um movimento de aproximação com as questões formuladas por Marc Bloch. Sobretudo, os pressupostos teóricos da “observação histórica” e do “método crítico”, que, para ele, Ricœur, refletem o historiador que com muita propriedade delimitou o lugar do testemunho na construção do “fato histórico” ou “o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo [o acontecimento]” (RICŒUR, 2007, p. 190). Porém, Ricœur adverte que “seguirá apenas um dos destinos do testemunho, selado por seu arquivamento e sancionado pela prova documental”⁶⁴ (RICŒUR, 2007, p. 170). Essas práticas seriam os pilares da operação historiográfica – da sua perspectiva teórica –, como também aponta Michel de Certeau (1982).

Em sua análise, Ricœur entende que o uso dos testemunhos pelos historiadores é apenas uma das modalidades pelas quais essa forma de registro documental tem sido atualizada. Haja vista os usos múltiplos que podem ser compartilhados, seja na vida cotidiana das sociedades ou para outros propósitos, como em processos jurídicos, base para interpelações em tribunais de justiça e outras instâncias legais.

Portanto, tendo em vista que não é possível pensar a história como detentora do monopólio do uso do testemunho, é mister evitar simplificações. Estender os fios da reflexão é uma maneira de contemplar múltiplos significados que informam lugares teórico-metodológicos

64 Sobre a noção de “prova documental” em Ricœur, desde já é importante esclarecer, segundo ele: “O que é provar para um documento? [...] A resposta [...] está amarrada ao ponto de articulação da fase documental com a fase explicativa e compreensiva, e, além desta, com a fase literária da representação” (RICŒUR, 2007, p. 189).

em constante movimento, resultante da estreita relação com a pesquisa histórica. Para introduzir a sua análise nessa direção, Ricœur (2007, p. 170) afirma: “O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo das ‘coisas do passado’ (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica”.

Com essas palavras, ele já assinala a relação do testemunho com o passado – como memória declarada ou como vestígio –, condição para o “fazer história”, que projeta a possibilidade de que as “coisas do passado” tenham lugar na história pelo trabalho historiográfico (MONTENEGRO; ARAÚJO, 2023). Ricœur sublinha o objetivo precípua dessas reflexões, que é o de pensar a existência do testemunho na relação com a memória e, particularmente, com a escrita da história. As reflexões se orientam, nesse percurso metodológico, desde a constituição do testemunho como “memória declarada”, passando pelo arquivamento e sua inserção no arquivo – “memória arquivada” –, até alcançar o *status* narrativo, ou seja, a produção da escrita da história (GUIMARAES NETO, 2023).

O testemunho, como linguagem oral, desde o momento em que se constitui enquanto tal, adquire a forma de relato; como testemunho voluntário e involuntário – em vestígios diversos –, ganha sentido quando contextualizado em uma sequência narrativa. Assim, o valor dos testemunhos para a pesquisa histórica produz efeito quando é articulado narrativamente, ganha significado e esboça os traços da experiência temporal. Ademais, a “composição de uma trama da história contada, vem, além disso, reforçar a autonomia semântica de um texto, à qual a composição em forma de obra proporciona a visibilidade da coisa escrita” (RICŒUR, 2007, p. 176).

Por outro lado, o testemunho adquire validade historiográfica – é legitimado – quando se conecta a outros vestígios documentais, de maneira a reconfigurar-se em história contada, no movimento da composição da trama. Nessa perspectiva, a elaboração narrativa

ganhará autonomia semântica, haja vista que o próprio testemunho se desloca da pessoa que o concede para o anonimato do arquivo. Dessa maneira, o documento ali depositado, nas palavras de Ricœur, torna-se um “documento órfão”, mas com a autoridade outorgada pelo arquivo (RICŒUR, 2007, p. 179). Dialoga, nesse campo, com os historiadores,⁶⁵ nos moldes da operação historiográfica, para também enfatizar que “o arquivo promove a ruptura com o ouvir-dizer do testemunho oral”. Delimita, dessa forma, “a passagem do testemunho oral para o testemunho escrito, ao documento de arquivo”, e questiona “a sua utilidade ou seus inconvenientes para a memória viva, remédio ou veneno – *pharmakon* [...]” (RICŒUR, 2007, p. 178).

Entretanto, antes de se deter sobre a dimensão narrativa dos testemunhos, sobre a escrita, Ricœur contempla uma problemática de significativa importância para a história. Interessa a ele debater um aspecto central ao instituir um núcleo comum entre o uso jurídico e o uso histórico do testemunho, baseado na credibilidade para atestar sua confiabilidade.

Nesse sentido, algumas reflexões são norteadoras da sua análise, angular ao ato de testemunhar na medida em que configura o “testemunho enquanto tal” e sua relação com a memória. Revela-se nesse movimento a tensão que marca a dinâmica do testemunho na memória. Sobretudo porque tanto para a história quanto para a área jurídica os elos de confiabilidade, que se constituem quando se estabelece o pacto do testemunho dado, são indissociáveis do seu duplo, a suspeita, aponta Ricœur.

O estatuto do testemunho como documento

Um acontecimento que será relatado, quer pela testemunha ocular ou auditiva, projeta os processos da elaboração do ocorrido na

65 Ginzburg (1989), Certeau (1982), Bloch (2001), Hartog (2015), entre outros autores.

memória.⁶⁶ Há que se considerar as análises de Henri Bergson (1990, p. 48-57), ao pontuar o movimento constante de ressignificação da memória, na medida em que ela é indissociável da percepção. Não há percepção pura, objetiva da realidade porque lemos o mundo com os fatos vivenciados, as experiências, as informações, e com o que a cultura ensina ao longo da nossa vida e se transforma em nossa memória. Esta é constitutiva e indissociável da nossa percepção da realidade, da maneira como lemos e representamos o mundo, a realidade que nos rodeia. No entanto, também não há memória pura, porque não é possível reconstruir ou retornar às marcas primeiras da memória de qualquer registro mnemônico que temos. Toda memória é memória da memória, ou seja, reconstrução e reelaboração em face dos deslocamentos que as experiências cotidianas produzem em nós e, por extensão, em nossa forma de ler e reconstruir nosso passado como memória individual e coletiva.⁶⁷ Entretanto, é importante destacar como o próprio Bergson constrói e desenvolve seu pensamento sobre a forma como a percepção pura e a memória pura se constituem numa chave explicativa para pensar a relação do nosso corpo com o passado e o presente:

A verdade é que a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída. Partimos de um “estado virtual”, que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de *planos de consciência* diferentes, até o termo em que ele se materializa numa percepção atual, isto é, até o ponto em que ele se torna

66 Ver Paul Ricoeur (2007). Ver Dosse (2013, p. 216), que assinala a importância de Freud sobre essa noção – “trabalho de memória” – em Ricoeur. Para Ecléa Bosi (1979), essa memória é vista como “trabalho de memória”, exemplar em sua reflexão.

67 Halbwachs (1990, p. 86) estudou filosofia com Henri Bergson e em sua obra analisa o papel fundamental da memória coletiva e como ela é indissociável da memória individual.

um estado presente e atuante, ou seja, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha nosso corpo. Nesse estado virtual consiste a lembrança pura.

Como se explica que se desconheça aqui o testemunho da consciência? Como se explica que se faça da lembrança uma percepção mais fraca, da qual não se é capaz de dizer por que a relegamos ao passado, nem como recuperamos sua data, nem com que direito ela reaparece num momento e não num outro? Tudo provém de que se esquece a destinação prática de nossos estados psicológicos atuais. Faz-se da percepção uma operação desinteressada do espírito, uma contemplação somente. Então, como a lembrança pura só pode evidentemente ser algo desse gênero (já que ela não corresponde a uma realidade presente e premente), lembrança e percepção tornam-se estados da mesma natureza, entre os quais só se pode achar uma diferença de intensidade. Mas a verdade é que nosso presente não deve se definir como o que é mais intenso: e é o que age sobre nós e o que nos faz agir, ele é sensorial e é motor; – nosso presente é antes de tudo o estado de nosso corpo. Nosso passado, ao contrário, é o que não age mais, mas poderia agir, o que agirá ao inserir-se numa sensação presente da qual tomará emprestada a vitalidade. É verdade que, no momento em que a lembrança se atualiza passando assim a agir, ela deixa de ser lembrança, torna-se novamente percepção (BERGSON, 1990, p. 196-197).

As reflexões de Bergson apresentam uma crítica sobre os diversos níveis em que consciência, lembrança pura, percepção pura são normalmente pensadas, ou seja, como estados da mesma natureza, em que haveria apenas diferença de intensidade. Ao contrário, para este filósofo, o presente é pensado como o que age e nos faz agir, enquanto o “Nosso passado, ao contrário, é o que não age mais, mas poderia agir, o que agirá ao inserir-se numa sensação presente da qual tomará emprestada a vitalidade” (BERGSON, 1990, p. 197).

A lembrança, ao atualizar-se, “torna-se novamente percepção”, e estabelece entre percepção e memória um movimento contínuo e ininterrupto, que rompe com as leituras dicotômicas e imobilizadas de nossos processos cognitivos (MONTENEGRO, 2010).

A partir desse ponto, passemos ao ato. Quando aquele que testemunha é “provocado” a relatar no presente o evento vivenciado no passado, a reconstituição mnemônica é, portanto, um momento de criação, que se dará de forma narrativa. Ou seja, esse é o momento da reconstituição verbal por quem “estava lá”, a testemunha que descreve a cena vivida – levando-se em conta as reflexões que questionam a imparcialidade de quem relata – e que procura conferir credibilidade ao conteúdo narrado, oferecendo seu relato a outrem (RICŒUR, 2007). Assim, é pertinente considerar que para a historiografia não há nem um “observador neutro” nem um “testemunho neutro”; a declaração/narrativa de “quem conta” está envolvida com os interesses do mesmo narrador.⁶⁸ Além disso, para o caso do historiador que escolhe as suas testemunhas, abre-se o seguinte questionamento, como adverte Koselleck (2006, p. 167): “Se o historiador tem que interrogar suas testemunhas, levando em conta o depoimento das melhores e colocando de lado as outras, como pode ser que seu próprio ponto de vista não exerça influência sobre a representação que faz dos fatos?”.

Esse debate sobre o estatuto da neutralidade ou imparcialidade dos testemunhos e da escrita da história aparece atrelado à moderna historiografia, segundo Koselleck, desde finais do século XVIII. A utilização dos documentos como referência para o discurso histórico parte do pressuposto de que “as fontes podem informar resultados diferentes a partir de abordagens diferentes” (KOSELLECK, 2006, p. 170). Além disso, tal proposição renova-se com outros elementos

68 Consultar Albuquerque Junior (2007, 2009). Esse autor analisa de forma fecunda a dimensão retórica da narrativa em história que tem como referência, para o trabalho historiográfico, discursos e pronunciamentos.

críticos. A reflexão sobre os procedimentos historiográficos, sobre a qual Michel de Certeau disserta amplamente, descarta, de imediato, qualquer pretensão de imparcialidade e aponta para o papel ativo do historiador: “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos” (CERTEAU, 1982, p. 81).

Koselleck amplia esse debate – com base nas reflexões de Chladenius (século XVIII) –, que, segundo ele, “logrou formar um arcabouço teórico que ainda hoje não foi ultrapassado” (KOSELLECK, 2006, p. 170). Observa que as narrativas históricas apresentarão resultados diferentes dependendo do lugar e da posição de quem escreve a história, elas “são constituídas por perspectivas portadoras e formadoras de sentido, social e pessoalmente condicionadas” (KOSELLECK, 2006, p. 170). Nessa trilha, Koselleck amplia a análise sobre o estatuto do “relato verdadeiro” com o alargamento da perspectiva testemunhal, com base na diversidade dos pontos de vista para a construção histórica: “as perspectivas do historiador fragmentam-se como um caleidoscópio, conforme seu ponto de partida” (KOSELLECK, 2006, p. 169). E, ainda, complementa:

Ele se confrontou com uma pluralidade de pontos de vista, que pertencem necessariamente ao conhecimento histórico, sem desistir de buscar aquilo que lhes é comum, a verdade histórica. Entretanto, deslocou a ênfase que incidia sobre a própria verdade para as condições de conhecimento dessa verdade (KOSELLECK, 2006, p. 171).

Nessa linha de pensamento, a partir dos pressupostos levantados e da relevância que se dá às condições de produção do conhecimento histórico, podemos avaliar a importância da “pluralidade dos pontos de vista” em um “espaço de controvérsia” para a legitimidade da instituição do testemunho como referência ao discurso historiográfico.

Testemunho e espaço público

Para as reflexões historiográficas sobre o *status* dos testemunhos escritos, orais e visuais como vestígios históricos (voluntários e involuntários), é necessário ampliar as análises sobre a dimensão política dos relatos, entendendo que as práticas historiográficas e políticas são indissociáveis.⁶⁹ Nessa trilha, o discurso historiográfico, imbricado no universo político do seu tempo (HARTOG, 2013; MONTENEGRO, 2010), indica que “O conhecimento histórico é sempre mais do que aquilo que se encontra nas fontes”, como assinala Koselleck (2006, p. 186).

É no tempo presente, sob a pressão dos acontecimentos e circunstâncias históricas, muitas vezes marcados pela tragicidade, que se multiplicam os debates na historiografia, nas ciências sociais e em outras áreas do conhecimento, com grande proeminência para a literatura e as artes em geral. São abertos questionamentos e propostas de reflexões teóricas que pressupõem itinerários que alteram os caminhos já percorridos.

Especialmente quando, partindo de diferentes experiências, os testemunhos ganham expressão na cena pública de finais do século xx e no século xxi. Solicitados por diversas vezes, os testemunhos se apresentam sob a avaliação crítica da linguagem testemunhal. Eles, os testemunhos, não só têm um estatuto autorreferencial (eu vi/ouvi, eu estava lá ou “este é o meu relato” da “minha história”, da “minha família” ou de “meu grupo social”), mas também se instituem como ponto de partida para indicar a veracidade do relato como correlato ao ocorrido.

Nesse âmbito, apresenta-se como condição *sine qua non* compreender que o valor de um testemunho está em não apenas carregar

69 Ver as contribuições a essa análise política de Maria de Lourdes Janotti (2010). Torna-se pertinente destacarmos a pesquisa histórica de Eurípedes A. Funes (2009).

a força de uma história individual, mas, primordialmente, estabelecer relações com outras histórias e experiências em sua dimensão social.⁷⁰ Dessa maneira, expor e demarcar politicamente a força da reciprocidade social, na qual as pessoas se reconhecem, compartilham um sentido comum e reivindicam confiabilidade, é essencial para reforçar os vínculos sociais. Em face dos múltiplos desafios teóricos e metodológicos a que a prática testemunhal remete, Paul Ricœur (2007, p. 173) enfatiza a importância da “estrutura dialógica do testemunho” que

[...] ressalta de imediato sua dimensão fiduciária: a testemunha pede que lhe deem crédito. Ela não se limita a dizer: “Eu estava lá”, ela acrescenta: “Acreditem em mim.” A autenticação do testemunho só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir desse instante, está não apenas certificado, ele está acreditado [...] daí resulta o que se chama sua confiabilidade, cuja apreciação se deixa assimilar à ordem das grandes intensivas e comparadas.

Porém, inicialmente, é apenas na dimensão do “ato de compartilhar” que “acreditem em mim” ganha uma dimensão social e torna possível confrontar e trazer à cena pública outros pontos de vista, confrontos de testemunhos, contestações em que o testemunho é passível de crítica. Deve-se assinalar que esse procedimento é o *modus operandi* que dá legitimidade ao arquivo e ao trabalho historiográfico com os documentos (GUIMARÃES NETO, 2014). Nesse quadro, instala-se um campo de controvérsia associado ao que se poderia nomear de espaço público, com destaque também para os arquivos documentais. É nesse espaço que as testemunhas podem, por sua vez, reiterar a sua declaração e atestar o seu testemunho, com força dialógica em meio a controvérsias e disputas. Assim, os

70 Montenegro (2019) faz um trabalho com a memória dos seus entrevistados, com base nos testemunhos, que dá visibilidade a diversas conexões sociais.

vínculos sociais são fortalecidos e as instituições públicas têm o seu papel a cumprir, dando lugar à alteridade, à “palavra do outro”:

Em meu vocabulário, trata-se de uma competência do homem capaz: o crédito outorgado à palavra do outrem faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado. Esse compartilhamento é o componente principal do que podemos chamar de “sentido comum” (RICŒUR, 2007, p. 175).

Se o ato de compartilhar reforça a interdependência entre indivíduos, ela possibilita a troca de referências culturais comuns: “o intercâmbio recíproco consolida o sentimento de existir no meio de outros homens – *inter homines esse* – como gosta de dizer Hannah Arendt” (RICŒUR, 2007, p. 175).

A possibilidade de troca institui a reciprocidade entre linguagens e projetos comuns. Afirma a vitalidade de ideias diferentes e conflitantes em um espaço de intercâmbio plural que pressupõem vínculos sociais e ações comuns capazes de garantir maior estabilidade social. Esses vínculos sociais são profundamente afetados em regimes políticos autoritários e sem legitimidade, que implementam práticas de discriminação social, cultural e étnica. É possível relacionar a essa reflexão a perspectiva de análise política de Hannah Arendt (1989), que se opunha e denunciava a homogeneização cultural e política do Estado-nação, em seu livro *Origens do totalitarismo*.

O pressuposto de um mundo compartilhado, que se projeta como estrutura de referência para a instauração dos vínculos sociais, não postula a concordância e nem vê a discordância como “distorção”, segundo Arendt (2001). Na verdade, “compartilhar” é condição na vida pública para instaurar um espaço de *dissensus* e *consensus*, segundo a concepção da filósofa, o que não impede absolutamente a convivência entre pessoas de diferentes orientações políticas. Pelo contrário, torna o mundo “plural” e “coabitável”, afirma Hannah Arendt.⁷¹

71 Ver Butler (2017) sobre Hannah Arendt: “Lampejos” e “Dilemas no plural”.

Essa noção da vida social compartilhada é particularmente importante para uma autora como Judith Butler, pois uma das questões mais significativas para ela, na contemporaneidade, é a que reflete sobre as possibilidades de se pensar sobre o que se torna relacional entre sujeitos sociais e o que os fortalece, reivindicando uma interdependência social com base no poder do “agir com”, indicando uma direção contrária ao que prevalece na sociedade neoliberal, que privilegia o individualismo possessivo (BUTLER; ATHANASIOU, 2013). Afirma Butler que o reconhecimento ético do “outro” envolve a todos e não será decidido recorrendo aos esquemas abstratos da igualdade humana ou à universalidade de princípios/declarações que prescrevem direitos e que nos envolvem socialmente. Quando uma pessoa sofre alguma violência e procura denunciá-la, conforma-se à noção de “narrador confiável” e “sujeito legítimo”, de acordo com a lei. Como resultado, se para a lei ela não é um “sujeito legítimo”, o que afirma não tem valor e seu discurso é geralmente desqualificado; de fato, a pessoa será desconstituída como “sujeito de direito”. Nessa configuração social, a luta para garantir direitos ou ter “voz legítima” para reivindicar direitos, inicialmente, exige apoio coletivo, ação coletiva, quando não, movimentos sociais, ou seja, mobilização para “agir com”.⁷² Assistimos no século XXI ao acirramento dos conflitos que envolvem grupos sociais em situação de violência e discriminação social e os que se encontram em deslocamento territorial, sob várias denominações, tais como imigrantes, ilegais, deslocados, que colocam em questão os direitos sociais, especialmente os direitos ditos “humanos”. Portanto, mais do nunca, “agir com” é fundamen-

72 “For instance, when a woman who is raped goes before the law in order to have the crime against her prosecuted, she has to comply with the very idea of the reliable narrator and legitimate subject inscribed in the law. As a result, if the law finds that she is not a legitimate subject, that what she claims has no value, and that her speech in general is without value, then she is actually deconstituted as a subject by the law in question” (BUTLER; ATHANASIOU, 2013, p. 77).

tal para uma nova concepção política que venha a fortalecer os vínculos éticos e sociais e afirmar a legitimidade dos testemunhos.

Por conseguinte, não se desconhece que há uma correlação entre o questionamento das bases sociais da produção da “credibilidade” e da “confiabilidade” e as diversas práticas de discriminação social e de violência, constitutivas da reflexão acerca da legitimidade do testemunho. Legitimidade que se inscreve em campo minado, cartografado por relações de poder em que os planos estratégicos e as táticas de resistência denunciam as múltiplas práticas que configuram o campo da dominação política, social, cultural e econômica.⁷³ Porém, que não impede a Ricoeur de relacionar a positividade do trabalho do historiador, no espaço público, à busca de uma memória mais justa.

Na atualização necessária desse debate, indaga-se: quais os desafios que se apresentam para a “instituição do testemunho” e suas implicações, nos quadros do neoliberalismo, para a rememoração e o direito a memória? O direito a ter direitos? Ou podemos ter esperança, a que Judith Butler nos inspira, com base em seu ensaio sobre Walter Benjamin: “A memória de alguém está interrompendo o avanço de outro alguém, e talvez isso aconteça justamente porque algo do sofrimento de lá ressoa com o de cá, e tudo pare” (BUTLER, 2017, p. 117).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Al di là dei diritti dell'uomo. In: AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: notte sulla politica*. Turim: Bollati Boringhieri, 1998. p. 20-29. Disponível em: <http://murilocorrea.blogspot.fr/2010/04/mais-alem-dos-direitos-do-homem-de.html>. Acesso em: 19 abr. 2016.

73 Ver também as análises de Agamben (1998), que nos alerta para a “corrosão das categorias jurídico-políticas tradicionais”, com as quais operamos nosso modo de pensar o mundo político.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla Basanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 223-250.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ARENDT, Hannah. *Compreensão e política e outros ensaios 1930-1954*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 2001.

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232. (Obras escolhidas, v. 1).

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Tradução Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1979.

BUTLER, Judith. *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

DOSSE, François. *Paul Ricœur: um filósofo em seu século*. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução Constancial Morel. São Paulo: Unesp, 2013.

DOSSE, François. *A história*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávia et al. (org.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. p. 101-124.

FUNES, Eurípedes Antônio. Mocambos: natureza, cultura e memória. *Revista História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 2, p. 146-153, maio/ago. 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Angela de Castro. *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. Crítica histórica: o documento como aprendizagem no debate historiográfico. In: MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira (org.). *Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores*. Recife: Editora UFPE, 2023. p. 249-266.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília

Neves, FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014. p. 35-64.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memória e práticas culturais*. Mato Grosso na primeira metade do século xx. Cuiabá, MT: EDUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice Editora; Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

JANOTTI, Maria de Lourdes. A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 9-22, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-rio, 2006.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil*. Recife: Cepe, 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira (org.). *Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores*. Recife: Editora UFPE, 2023.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PARTE II

História oral e práticas de pesquisa – Amazônia

CAPÍTULO V

“Rola, mundo, rola, mundo”: trajetórias nômades Cidades, projetos e programas dos governos militares na Amazônia – o norte de Mato Grosso

Pois deixa o mundo existir!
Irredutível ao canto,
superior à poesia,
rola, mundo, rola, mundo,
rola o drama, rola o corpo,
rola o milhão de palavras
[...]

Carlos Drummond de Andrade,
"Rola mundo", de *A rosa do povo*

Um tema tão amplo e relevante como o que trata da ocupação recente da Amazônia⁷⁴ aparece envolvido no âmbito de uma multiplicidade

74 Segundo a divisão regional do país, a Amazônia compreende a região Norte (os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins) e parte da região Centro-Oeste (o estado de Mato Grosso). A soma das áreas desses estados é de 4,7 milhões de quilômetros quadrados. A referência para o território amazônico, que o define como Amazônia Legal (com a criação do Plano

de questões e problemas, considerando que os territórios que fazem parte da Amazônia apresentam uma enorme diversidade cultural, étnica e ambiental. As análises macrosociais tendem a homogeneizar as diferenças étnicas e as histórias de diversos grupos sociais. Além disso, é necessário levar em conta que as diferentes temporalidades nos modos de ocupação do território amazônico se entrelaçam e registram a coexistência e/ou confrontos de grupos étnicos e culturais distintos, em um universo socialmente complexo.

A Amazônia, para além das designações político-administrativas, sugere-nos um espaço das interações, das passagens pelas combinatorias das trajetórias sociais (sem postular o que homogeneiza). Como nas palavras de Michel de Certeau: “Daí se segue que, num mesmo lugar, há tantas ‘regiões’ quantas interações ou encontros entre programas. E também que a determinação de um espaço é dual e operacional [...]” (CERTEAU, 2000, p. 212). É possível perceber que, ao mesmo tempo que se tece a trama das diferenciações, os espaços sociais se combinam e se desdobram, compondo a dinâmica das interações entre as personagens que os habitam.

Desse modo, proponho ater-me a um campo muito específico de investigação que ofereça caminhos possíveis para nos aproximarmos da diversidade das experiências sociais, inapreensível às totalizações homogeneizadoras. Assim é que as análises destacam algumas configurações significativas que permitam debater ocupações territoriais

de Valorização da Amazônia, em 1953), inclui o oeste do Maranhão (ver Figura 1). Contudo, ao fazer menção ao “território amazônico”, as análises desenvolvidas neste capítulo têm em vista apreender a constituição do território a partir das práticas sociais, que permitem pensar o território no seu papel ativo, compreendendo a sua dimensão simbólica e cultural. Consultar as reflexões críticas sobre as noções de espaço e território em Milton Santos (1982, 1996, 2001). Indico, particularmente, no âmbito das problematizações que discutem a denominação “Amazônia” e que reivindicam uma postura crítica relativa à leitura dos esquemas interpretativos que têm como objetivo explicá-la e identificá-la, os textos do antropólogo Alfredo W. B. de Almeida (1995, 2008).

mais recentes, particularmente a partir da década de 1970, impulsionadas pela lógica capitalista da incorporação de mais e mais novos recursos econômicos. Precisamente, tenho como ponto de partida a análise das trajetórias de vida dos(as) trabalhadores(as) submetidos(as) a práticas sociais de opressão simbólicas ou fisicamente violentas, no quadro do surgimento das novas cidades – oriundas dos projetos de colonização – em Mato Grosso. Essas cidades-núcleos de colonização receberam vultosos investimentos do Estado e participaram da formação de um mercado de mão de obra segundo as injunções das demandas de empresários e proprietários de terras.⁷⁵



Figura 1. Estados da Amazônia Legal

Fonte: Prodes/Inpe.

75 Consultar as práticas de trabalho apresentadas pelas agropecuárias, registradas por Casaldáliga (1971), no Araguaia, na parte norte e nordeste de Mato Grosso.

Para autores como o antropólogo Viveiros de Castro, a lógica da expansão das empresas no capitalismo é analisada tendo como referência um processo interminável de apropriação de novos e novos espaços territoriais que requerem a aquisição de novos recursos materiais e riquezas. Afirma o autor: “A dimensão espacial do mundo não conta muito para eles, a não ser como pura extensão da qual podem extrair ‘recursos’ materiais para a acumulação do capital” (VIVEIROS DE CASTRO, 2023).

Os espaços, em outra concepção, na linha da leitura de Viveiros de Castro, carregam significados étnicos e culturais que fogem à lógica da aquisição acumulativa e depredativa do capital. Para os povos indígenas, as terras ocupadas que abrigam os povos indígenas são territorialidades constituídas, com vida cultural e garantia de sobrevivência étnica. Nessa perspectiva, nossas referências sobre tempo, espaço e natureza necessitam sair da armadilha da colonialidade.

Na Amazônia, os empresários, aliados de primeira hora dos militares na implantação da ditadura militar no Brasil, em 1964, foram diretamente beneficiados pelo Estado com as terras públicas, particularmente as áreas categorizadas como “terras devolutas”. Além de serem favorecidos com os programas desenvolvimentistas dos governos, invadiram e incorporam terras indígenas, reservas de florestas, áreas extrativistas, terras quilombolas, de posseiros, entre muitas outras apropriações de terras. É por isso que as pesquisas são tão importantes. Elas sinalizam o modo como operavam os proprietários das agropecuárias, agroindústrias, madeireiras, mineradoras e de outros empreendimentos empresariais.

Este capítulo focaliza experiências sociais que se concentram no estudo de algumas cidades localizadas na parte norte de Mato Grosso.⁷⁶ Delimitei o universo de observação espacial e social com o

76 Entre 1999 e 2000, o professor Vitale Joanoni Neto, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e eu coordenamos um Projeto Integrado de Pesquisa, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico

intuito de abordar por vários ângulos a experiência social, individual e de grupos específicos, assim como o estudo de uma cidade em particular, relacionando-os com as dimensões sociais mais amplas.

A dinâmica da ocupação: estratégias de controle político

Ao inscrever os interesses da exploração econômica da Amazônia na configuração do campo político, os governos militares, a partir do golpe militar em 1964, dirigem o projeto de ocupação e controle do acesso às terras na Amazônia por meio da criação de programas nacionais que determinam novas políticas territoriais. Os “polos” de desenvolvimento econômico, as políticas de incentivos fiscais, outros apoios financeiros e a implementação de grandes eixos rodoviários na região encontram-se entre as estratégias mais importantes para a exploração econômica e o domínio territorial dos espaços.

(CNPq), focalizando as cidades de Mato Grosso situadas na parte norte do estado. O projeto intitulava-se “Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico – MT”, ligado a uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. Nesse projeto privilegiamos a cidade de Juína (noroeste de Mato Grosso, ver nota 95). Para melhor desenvolvê-lo, constituímos um grupo de pesquisa formado por 23 alunos do Curso de História da UFMT, *campus* da cidade de Juína, o que muito contribuiu para o nosso trabalho. Cito também as análises que realizei para outro projeto (relacionado com as minhas pesquisas), focalizando a cidade de Vila Rica, no extremo-norte do estado, na divisa com o estado do Pará. Essa cidade surgiu de um projeto de colonização privada; núcleo urbano escolhido para tema de estudo e de pesquisas de um grupo de alunos e alunas, sob minha orientação, no Curso de Graduação em História/Projeto Parceladas, pela Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat), *campus* localizado na cidade de Luciara, nordeste do estado de Mato Grosso, do qual fui assessora e professora, no período de 1998 a 2002. Antes dessas experiências citadas, na década de 1980, estudei o processo de colonização do qual surgiu a cidade de Alta Floresta, também norte do estado de Mato Grosso, que resultou na produção do livro: *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Esse livro foi revisado e reeditado pela Editora UFPE, em 2022, em *e-book*.

Nesse aspecto, destacam-se: a concessão de grandes áreas de terras e incentivos fiscais e financeiros a empresários para investimentos em projetos agropecuários, agroindustriais, projetos denominados de colonização, e diversos favorecimentos a empresas de mineração; a implantação das novas rodovias previstas pelo Programa de Integração Nacional (PIN),⁷⁷ como a Transamazônica, no sentido leste-oeste, do Pará ao Amazonas, e a rodovia Cuiabá-Santarém, de Mato Grosso ao Pará, direção sul-norte. Utilizam e circulam propagandas de um “Brasil grande” em vários meios de comunicação para propor um novo modelo de desenvolvimento.

A Amazônia se tornava central para as novas políticas de ocupação territorial no Brasil sob o domínio da ditadura militar, instituída em 1964. E estimulava, com base num conjunto de medidas propostas pelas instituições e pelos programas estatais, os deslocamentos de agricultores empobrecidos do Sul e do Nordeste para as novas áreas de colonização da Amazônia (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2023; MORENO, 2007; OLIVEIRA, 1997; SOARES, 2021). Afirma-se, nesse caso, que o direcionamento por parte do governo em orientar os fluxos migratórios para as novas áreas de colonização favoreceria o “esvaziamento” dos conflitos sociais nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. Ou seja, no nível do discurso oficial, os problemas sociais

77 O Programa de Integração Nacional (e regional), sob o comando da ditadura militar, implementou a construção de grandes rodovias, associada à política de ocupação dos chamados “espaços vazios”. Por meio do Plano de Integração Nacional (PIN) (criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970), o governo Médici determinava a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, além do Plano de Irrigação do Nordeste. Também se ordenava que se reservasse “para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra, e adequada e produtiva exploração econômica” (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra). Essa “faixa de terra” passará depois para 100 quilômetros. Consultar os seguintes autores: Hébette (1991), Guimarães Neto (2022).

em razão da disputa política no campo se encontram relacionados com a concentração de pequenos produtores rurais em determinadas áreas do país. Nada mais natural, nessa lógica, que o governo apresentasse um plano de “reajuste demográfico nacional” a fim de aliviar as tensões sociais (HÉBETTE, 1991).

Contudo, a produção desse discurso aparece associada a uma prática política militarizada (MARTINS, 1984). Os órgãos estatais – aparelhados com os instrumentos de violência – reorganizam-se para desmobilizar politicamente os trabalhadores rurais, concentrar enormes parcelas de terras nas mãos da iniciativa privada e controlar os fluxos migratórios, estimulando a “colonização” dirigida. Tais práticas resultarão em uma contrarreforma agrária no Brasil, nas palavras do sociólogo Octavio Ianni (1979a). É no âmbito desse processo que se deve contextualizar a violência contra os povos indígenas, os seringueiros, os extrativistas, os grupos de posseiros e demais segmentos camponeses, configurando uma experiência histórica de lutas étnicas e sociais (MARTINS, 1997) engendrada no contexto político de um sistema agrário repressivo (FERREIRA, 1986).

Em detrimento da reforma agrária, o poder público reforça o aparato policial e estimula a ação de milícias privadas e vigilantes armados, financiados pelos grandes proprietários rurais (FERREIRA, 1986; PEREIRA, 2015). Dessa forma, eles atuam para conter as reivindicações pela posse da terra de uma grande maioria de pequenos produtores do campo. A questão agrária no Brasil transforma-se em assunto de ordem militar, tanto em âmbito privado quanto público, com os movimentos sociais e a luta pela terra submetidos à vigilância dos órgãos de segurança nacional. Vários autores já chamaram atenção para a relação entre a militarização da questão agrária e a ordem social no campo com o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia no período da ditadura militar no Brasil, em especial Almeida (1981), Ianni (1979b) e Martins (1984).

Porém, não se pode desconhecer o processo histórico anterior, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960, em que os governos da maioria dos estados do Brasil, sobretudo os da Amazônia, se encontravam envolvidos em grandes falcaturas na venda e distribuição de terras pertencentes ao Estado. Da mesma forma, eram convenientes com as ações de desmando e exploração de trabalhadores por parte dos grandes proprietários de terra (inexistência de contratos de trabalho e mesmo as ocorrências de “trabalho escravo”), que estimulavam a impunidade no campo. Mato Grosso é representativo dessas situações de ilegalidade de compra e venda de terras, em que o seu próprio departamento de terras se apresentava como o maior agenciador de títulos forjados, incentivando a “grilagem”⁷⁸ de terras públicas, indígenas e de camponeses (MORENO, 2007).

A partir de finais da década de 1960, os governos militares reestruturaram os órgãos federais de planejamento regional,⁷⁹ determinam políticas estaduais, criam políticas territoriais e programas de desenvolvimento agropecuário e agromineral da Amazônia, assim como programas de “colonização”. As políticas oficiais se voltam para a classificação das diversas áreas, por meio de grandes eixos de investimentos econômicos, denominadas de “polos de desenvolvimento” (PETIT, 2003), apoiando-se no capital nacional e estrangeiro.

Intensificam-se, portanto, mediante políticas governamentais, as demandas sociais por terra, impulsionando o movimento de expansão e “conquista” das áreas denominadas de fronteira agrícola na Amazônia,⁸⁰ associado sobretudo às frentes de trabalho nas

78 Que nesse caso caracteriza os procedimentos dos *grileiros*, ou seja, daqueles que procuram apossar-se de terras de outrem mediante falsas escrituras de propriedade ou outros meios escusos, como a prática da violência para tomar a terra.

79 Como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ver Oliveira (1997).

80 Ver as análises para os estudos sobre *fronteira* e violência na Amazônia brasileira em Martins (1997). Não deixar de consultar a grande contribuição dos estudos de Ribeiro (1977). Ver também Velho (1972).

zonas de colonização, mineração e exploração madeireira. Porém, a noção de fronteira pode ser reformulada especialmente para refletir as dimensões culturais das situações vivenciadas pelos diversos atores sociais que se deslocam para as novas áreas, distanciando-se de seu significado geopolítico, instituidor das marcas divisórias dos territórios de Estados-nações, e de outras caracterizações político-administrativas. A fronteira é pensada como prática social e multicultural do processo de reocupação de territórios – especialmente áreas indígenas e de posses antigas –, relacionada com os constantes deslocamentos de grupos sociais. As contribuições de Néstor Canclini (2003, p. 114) auxiliam a refletir sobre as relações interculturais.

É nessa experiência delimitada que serão implantados, particularmente nas décadas de 1970 e 1980, os núcleos denominados de “projetos de colonização”, responsáveis pelo surgimento de centenas de cidades de pequeno porte, especialmente nos estados de Rondônia e Mato Grosso.⁸¹ Tais estados representam dois grandes espaços destinados à prática do que se convencionou chamar “colonização” na Amazônia: um que abrange o território coberto pela BR-163, Cuiabá-Santarém, com primazia para os empresários da iniciativa privada que escolheram investir no Mato Grosso; e o outro constituído pelo território compreendido pela BR-364, Cuiabá-Porto-Velho, em que Rondônia recebe os projetos de colonização ditos oficiais, os que são coordenados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Contudo, no caso de Rondônia, a política de colonização oficial instituirá a coexistência de projetos destinados a pequenos produtores, que serão denominados

81 Ver sobre o tema da colonização recente em Mato Grosso: Guimarães Neto (2022), Oliveira (1982), Souza (2004), Joanoni Neto (2007), Barrozo (2008). Sobre Rondônia, ver Santos (1982), Coy (1987, p. 253-270).

de colonos, com aqueles projetos direcionados a médios e até mesmo grandes fazendeiros.

A partir dessa conformação espacial da “colonização”, desenvolve-se uma rede urbana que se estende ao longo dos grandes eixos rodoviários da Amazônia, provocando uma reterritorialização dos “novos” e “velhos” espaços, com implicações políticas, econômicas e culturais duradouras (SOARES, 2021). Isso significa compreender que entre as estratégias de domínio do território amazônico, os chamados núcleos de colonização constituir-se-ão em instrumentos políticos de controle ao acesso à terra e ao mercado de mão de obra, recebendo vultosos incentivos financeiros do governo brasileiro.

Os pequenos agricultores e demais trabalhadores sem acesso à terra que se mobilizaram de várias regiões do país para a Amazônia, acreditando na possibilidade de adquirir uma área de terra e confiando nas oportunidades de trabalho, foram, na maioria das vezes, frustrados em suas expectativas. Muitos deles irão deslocar-se de uma área de colonização a outra, trabalhando na abertura de outras frentes de colonização ou, então, mudando de atividade e emprego, engrossando as filas de trabalhadores dos garimpos, das derrubadas de floresta para grandes fazendeiros, ou trabalhando para as madeireiras da região. A “colonização” como narrativa que participa da elaboração do mito do *Eldorado*, indicado como a terra da abundância e da fartura, revelar-se-á, nas difíceis situações vivenciadas pelos camponeses e trabalhadores assalariados do campo, uma experiência marcada pela impossibilidade de possuir ou de manter a posse da terra. Dessa forma, inúmeros “colonos” e demais pequenos produtores irão conhecer a “terra prometida” como o lugar da exclusão social, sem condições de mobilizar capital e meios técnicos adequados para desenvolverem a produção agrícola no ambiente amazônico. Ainda, sob a pressão do endividamento financeiro (os empréstimos bancários), que acaba por impulsionar a desestruturação familiar.

áreas, além de selecionar as demandas. O que muitos estudos trazem ao debate é que o governo e as empresas privadas, no período já indicado, implementaram uma política de invasão e ocupação violenta das terras indígenas e das terras públicas, indicadas como “espaços vazios” (VALENTE, 2017; FERREIRA, 1986; GUIMARÃES NETO, 2022; MARTINS, 1997; OLIVEIRA, 1997). Os grupos sociais que se deslocaram para essas áreas, homens e mulheres, incentivados pelas frentes de trabalho abertas, sobretudo, pelas empresas que desenvolveram os projetos de loteamento de terras, de agropecuária e de mineração, foram, na maior parte das vezes, entregues à própria sorte. A morte por doenças e acidentes de trabalho, e, sobretudo, os confrontos com jagunços das várias empresas atuantes na região constituíram-se numa das marcas da história desses trabalhadores e trabalhadoras que acreditaram em uma terra que traria a solução para os seus problemas. Nessa perspectiva, é significativo destacar que o termo colonização, utilizado de forma ampla e naturalizado pelo discurso oficial, induz a uma representação mítica da história, em que o intenso conflito que se estabeleceu nesse processo não foi e continua não sendo contemplado.

A colonização e as novas cidades – Mato Grosso⁸⁴

O estado de Mato Grosso apresentou a maior concentração de projetos de colonização privada no Brasil, principalmente aqueles implantados durante os finais dos anos 1970 e 1980 (Ver figura 1). Podemos afirmar que toda a porção norte do estado se constituiu no “paraíso privado” das empresas colonizadoras do país,⁸⁵ quer realmente para

84 A área total do estado de Mato Grosso é de 901.420,07 km² (IBGE).

85 De acordo com os dados do Incra, de 1981, de um total de 101 empresas de colonização autorizadas inicialmente a funcionar no país (envolvendo inclusive aquelas cujos registros foram cassados ou cancelados), no período de 1970 a 1981, aproximadamente 42% estavam localizadas no estado de Mato Grosso. Entretanto, se não considerarmos aquelas cujos registros foram cancelados

implantar os chamados projetos de colonização, quer para servir como instrumento à apropriação de maiores extensões de terras e outras justificativas menos explícitas. Em razão dessa política, Mato Grosso passa a apresentar, de acordo com as fontes do IBGE, a criação de novos municípios até os anos 2000. Assim, na década de 1980, havia 55 municípios em Mato Grosso, crescendo para o número de 126 em 2000, ou seja, um aumento de 71 municípios. No site do IBGE, onde se encontraram esses dados, há uma publicação sobre a *Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010*, feita pela Diretoria de Geociências do IBGE (2011). Nela é possível observar através dos mapas o crescimento do número de municípios durante as últimas décadas do século xx. Os núcleos urbanos originários dos projetos destinados à “colonização” e que se associaram sobretudo às atividades de mineração e à exploração da madeira irão se constituir nos mais densamente povoados, distribuídos espacialmente ao longo das grandes rodovias federais.⁸⁶ São lugares enaltecidos pelo sucesso do seu desenvolvimento, alardeando progresso pelo estado,

ou cassados, num total de 19, o número de empresas em funcionamento efetivo naquele período caía para 82, fazendo com que o percentual das que se mantiveram em atividade no estado subisse para 52%. Mas a maioria dessas empresas tinha mais de um projeto de colonização, e, o que é importante frisar, muitas vezes em áreas distintas. Deste modo, de 125 projetos autorizados a funcionar pelo Incra no Brasil, naquele período, 60% desse total estavam efetivados em Mato Grosso. E, o que é mais significativo, desses 75 projetos de colonização, 49%, aproximadamente, se desenvolveram, direta ou indiretamente, ao longo do eixo da rodovia federal Cuiabá-Santarém. A porção nordeste do estado conta também com uma das maiores concentrações de agropecuárias da Amazônia. Para aprofundar as análises sobre a constituição das agropecuárias e do desenvolvimento do capitalismo em Mato Grosso, ver Oliveira (1987), Moreno (2007). E, ainda, *Integrar para não entregar: políticas públicas na Amazônia*, de Oliveira (1988).

86 Especial destaque deve ser dado aos municípios de Sinop, Alta Floresta, Juína e Sorriso, que surgiram como núcleos de colonização em finais da década de 1970 e se encontram entre aqueles que apresentam um alto índice de crescimento populacional no estado, segundo dados do IBGE.

sem se questionarem a violência e o custo social que esse modelo de desenvolvimento significou para as diversas etnias indígenas e segmentos camponeses num território, segundo as palavras de Eudson de Castro Ferreira, “todo ele regado de sangue dos índios, posseiros e peões que lutaram por terra”.⁸⁷

O conflituoso processo de reterritorialização e construção desses espaços encontra-se associado às intensas divisão e segregação social instituídas nas novas cidades. É fundamental observar que, desde o primeiro momento da implantação dos projetos de colonização, as plantas cartográficas que delimitam os espaços selecionados e mapeiam os lotes urbanos projetam um território controlado e hierarquizado. Apresentam-se, dessa forma, os traços de um domínio social e econômico dos empresários no campo do planejamento, que adquire a forma do discurso da colonização.

Há uma outra dimensão bastante significativa. As plantas das cidades trazem uma representação simbólica reveladora do novo ordenamento social: algumas delas aparecem figuradas na imagem de determinados objetos e figuras geométricas. A cidade de Juína (noroeste de Mato Grosso, ver nota 95), por exemplo, tem a forma de vários octaedros interligados, cada qual representando um módulo, que por sua vez se encontra dividido em lotes. Associamos imediatamente as figuras dos octaedros, que aparecem nas propagandas da empresa Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (Codemat), a grandes colmeias, sugerindo quase instantaneamente a cidade do trabalho. A força dessa representação no imaginário social é também percebida na construção de símbolos cristãos, como o desenho da cidade de Vila Rica (MT), em forma de sino, evocando os tempos da história da colonização do Brasil, no período colonial, emitindo os sinais da ostentação da riqueza aurífera. A construção dessas imagens, indissociável de uma densa

87 Ver Ferreira (2003), Casaldáliga (1971).

representação simbólica, tem uma correspondência direta na construção narrativa que os “colonizadores” produzem. Insistem em dizer que as “cidades da colonização” são aquelas onde mais se trabalha no Brasil, segundo Ariosto da Riva, proprietário maior do grupo familiar da Integração, Desenvolvimento, Colonização (Indeco), empresa de Alta Floresta (GUIMARÃES NETO, 2022).

É muito significativo que, nos planejamentos desses recém-formados núcleos urbanos, as cidades sejam pensadas e planejadas sob a ótica das hierarquizações sociais, separando por módulos os locais de moradia dos novos habitantes. Atendem a uma explícita política de divisão social, comum a todas os núcleos de colonização. Para os colonizadores, essa divisão nada mais representa que um modo racional de as novas cidades assumirem o seu papel civilizador, ordenador dos espaços sociais. Ora, segundo Bourdieu, as classificações “[...] apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (BOURDIEU, 2000, p. 115). Nesse sentido, ao circunscrever o lugar social de cada conjunto de colonos, reproduzem-se no plano da arquitetura do planejamento urbano as explícitas formas e relações de poder, em que as empresas assumem o controle sobre a circulação e a fixação de grupos de moradores das cidades em construção.

No interior desse projeto de racionalização da “ocupação dos espaços vazios”, as cidades planejadas surgem conectadas às grandes rodovias; as áreas centrais são projetadas expondo a sede da empresa e demais locais de poder e de controle de circulação da população, como os lugares destinados às estações rodoviárias. Com esse objetivo, os administradores lançam mão de várias estratégias de controle do espaço da colonização. Utilizam os mais diversos instrumentos de violência, uns mais explícitos, como mudar as pessoas de determinados lugares, retirando-as à força – até mesmo queimando barracos;

outros menos visíveis, como oferecer lotes em áreas mais afastadas, bastante insalubres e, por isso, desvalorizadas. É revelador que, nos primeiros momentos da abertura das novas áreas ditas de colonização, as empresas erigiam barreiras físicas, construídas de madeira ou cimento, ou, também, utilizavam barreiras naturais como rios de difícil travessia, controlando as passagens, impedindo a entrada daqueles que não podiam se identificar ou que não eram bem-vindos. Os moradores da cidade de Juína, por exemplo, não se esquecem dos “correntões”, como denominam as grandes e grossas correntes de ferro presas a guaritas (abrigos para sentinelas armadas, construídos com madeira ou cimento). Eles se localizavam nas passagens e caminhos, em pontos estratégicos da área de colonização, onde era exigida a identificação dos colonos, geralmente uma carteirinha fornecida pela empresa.⁸⁸ No caso do núcleo de colonização de Alta Floresta, o rio Teles Pires funcionava como barreira natural, e representantes da empresa controlavam pontos de passagem, sobretudo no local onde a balsa se encontrava em atividade, encarregada das travessias.

Esses mecanismos de exclusão direcionavam-se, sobretudo, a negros ou homens e mulheres que haviam se deslocado de áreas geográficas muito pobres do Brasil, sobretudo de determinadas partes do Nordeste. Nesse caso, estigmatizavam os “nordestinos”, que eram associados a todos os homens pobres, perigosos e “sem rumo”, independentemente do lugar de origem. As diversas barreiras que eram ocupadas por homens armados, encarregados da vigilância do lugar, passavam a funcionar também como barreiras étnicas. Nessas condições, inúmeros são os casos de violência dos donos das colonizadoras contra garimpeiros e trabalhadores sem acesso à terra (RIBEIRO, 2001).

Contudo, as diversas práticas de violência eram justificadas, no nível do discurso das empresas e grupos de proprietários bem-sucedidos, pela necessidade imperiosa de promoverem o desenvolvimento,

88 Pesquisa de campo em Juína. Projeto Integrado, citado.

aparecendo, no tempo histórico presente, ressignificadas como etapas do processo de construção do novo. A noção de progresso difundida pelos jornais e revistas do estado de Mato Grosso,⁸⁹ e que também ganha um enorme destaque na imprensa de grande circulação no país,⁹⁰ indica as novas cidades como lugares que promovem a ascensão social e a produção da riqueza. Grandes narrativas mitificam a “saga” de todos os que migraram do Sul para o Norte do país, e que passaram a ser chamados de colonos, onde iriam em busca da “terra da abundância” e da riqueza oriunda dos garimpos. Porém, o progresso técnico e material, mesmo só beneficiando uma pequena parcela de moradores-colonos, e o rápido crescimento da população nas cidades produzem a imagem irredutível do desenvolvimento econômico e do triunfo da civilização ao firmar suas bases nas novas áreas. Dessa forma, na Amazônia, sinalizando um modelo bem-sucedido do que passou a ser denominado de colonização, desenha-se a paisagem sedutora das novas cidades.

As redes dos deslocamentos sociais

As políticas governamentais e as narrativas que tomam parte da construção das imagens das terras férteis e inesgotáveis da Amazônia, assim como do progresso das novas cidades, participam efetivamente da formação do seu mercado de trabalho, pois realçam determinados aspectos que fascinam a imaginação dos pequenos produtores rurais. Entre os mais importantes, encontra-se a oferta de terra e de trabalho, acenando com a possibilidade de uma vida melhor. Por outro lado, o modelo de modernização agrícola adotado pelas regiões do centro-sul do Brasil, provocando uma maior concentração de terra

89 Entre outros, os jornais *O Estado de Mato Grosso* e *Correio Varzeagrandense*, e a *Revista Mato Grosso S/A*.

90 Ver, como exemplo, uma série de reportagens que o *Jornal da Tarde*, de São Paulo, publicou sobre a “fronteira agrícola” do Mato Grosso, durante o mês de maio de 1981.

e capital, também contribui para expulsar os pequenos proprietários rurais, arrendatários, parceiros e diversos trabalhadores assalariados do campo. Nesse contexto, em que se entrecruzam diversos fatores, deslocam-se para a Amazônia grandes levas de trabalhadores(as) braçais, que se colocam à disposição dos donos de capitais para as mais diversas empreitadas (abertura dos núcleos de colonização, madeireiras, agropecuárias, garimpos, entre outros).

Contudo, muitos dos que para lá se dirigem não conseguirão seu intento. Homens e mulheres, contando apenas com a sua força de trabalho, não terão condições de adquirir um lote de terra, ou até mesmo, ao comprarem as áreas, não obtêm os meios econômicos para mantê-las, repassando-as a outros proprietários. Mudam constantemente de atividade: das lavouras para a extração do ouro e diamante ou para as derrubadas de floresta, e mesmo para as grandes fazendas e projetos industriais, num movimento oscilante. Acabam por formar uma força de trabalho disponível que se desloca de uma área a outra, sempre à procura de novas terras e trabalho.

Mas isso é ao mesmo tempo revelador das estratégias de domínio político no campo e do movimento de concentração da terra (“legal” pela compra de terras de produtores descapitalizados e ilegal pelas inúmeras grilagens que provoca). Os projetos de colonização são exemplares nesse sentido. Em poucos anos, as empresas duplicavam as suas posses, estendendo o seu domínio territorial. Ainda, o que se torna muito significativo é que, ao investigar as práticas comuns a todas as empresas no que diz respeito à divisão dos lotes colocados à venda, verifica-se que apenas uma parte ínfima da área total “destinada à colonização” é disponibilizada para pequenos produtores, sendo que, dentro do mesmo projeto, grandes áreas são colocadas no mercado para atender à demanda de médios e grandes proprietários.⁹¹ Além dessa estrutura forjada no interior de um

91 Estudando o caso em Alta Floresta (extremo norte do Estado de Mato Grosso), verificamos que dos 211.966,05 hectares de terras, somando-se mais 200 mil

projeto político de ocupação da Amazônia, construído muito mais para excluir camponeses pobres do que para incluí-los, as novas áreas, passados os primeiros anos de organização e consolidação do modelo de ocupação adotado, revelam suas inclinações. Isto é, reterritorializam-se mediante um padrão de desenvolvimento que atende a uma crescente divisão social do trabalho, com a especialização das atividades produtivas (como a pecuária e, especialmente, as monoculturas da soja, do algodão, entre as mais importantes). Porém, lado a lado com a maior especialização do trabalho, coexistem formas arcaicas de superexploração do trabalho que retratam o aumento indiscriminado das jornadas diárias, o não reconhecimento dos contratos e as várias modalidades de trabalho forçado.

Na parte norte de Mato Grosso, as situações descritas como trabalho escravo nas inúmeras propriedades rurais,⁹² alvo de constantes denúncias, somam-se à violência das áreas de garimpos de ouro e diamante (RIBEIRO, 2001), onde são características as habitações provisórias, a alimentação precária, as doenças diversas, particularmente a malária, e os assassinatos. Além disso, nas áreas em que predominam as madeireiras, são comuns os turnos de 14 e 16 horas de trabalho e a exploração do trabalho feminino e de crianças, associados aos problemas constantes de acidentes de trabalho nas derrubadas da floresta, ocasionando mortes e mutilações dos corpos. Também se registram graves problemas de saúde relacionados com a intoxicação ao pó da madeira e com produtos químicos que

hectares de terras para o núcleo de Paranaíta (área contígua), adquiridos pela empresa Indeco, com autorização do Incra para colonização, aproximadamente 13% da área total, apenas isso, eram colocados à venda para pequenos agricultores. Mapa de loteamento da Indeco, que consta no Projeto de Colonização (GUIMARÃES NETO, 2022).

92 Por meio da pesquisa de campo realizada para o projeto “Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico – MT”, levantamos alguns processos crimes no Fórum Civil e Criminal da cidade de Juína que apontam a existência de escravidão em grandes fazendas da região.

as empresas de exploração e venda da madeira utilizam para tratamento, conservação e transformação dos produtos.⁹³

A enorme pobreza em que vivem os trabalhadores braçais resulta desse processo histórico avassalador, contribuindo para o movimento de homens e mulheres pelo território amazônico, ora nos garimpos, ora nas derrubadas da floresta, ora nas fazendas, ora levantando cercas nas propriedades, outras vezes na limpeza de grandes lavouras, como a da soja, do algodão, do milho etc. Nas diferentes áreas por andam passam, sem quaisquer documentos de identidade, recebem as mais variadas denominações. Em alguns lugares são apenas *peões* (*peões de trecho*), em outros, *andarilhos* ou mesmo *pés-inchados*.

Podemos analisá-los como parte de grupos sociais desterritorializados que se movem de uma cidade, de um estado ou de uma região a outra, perdendo continuamente as referências sociais de pertencimento a seu grupo de origem, situando-se “dentro e fora” da família, da cidade, da cultura, que desterritorializa o próprio campo social (PÉLBART, 2002). Chegam a construir leis e regras de sobrevivência, como se vivessem em uma rede social “descolada” do controle e da disciplina implementados pelo Estado. Um dos exemplos é a linguagem específica que utilizam no grupo. Falam em códigos e, muitas vezes, dizem para as pessoas que afirmam não os entender que consultem o dicionário. Lançam, desse modo, um desafio à compreensão de seu mundo simbólico. Acrescente-se a isso um modo de existência que deve ser seguido por todos do grupo, podendo custar a própria vida se não obedecido. Aproximando-nos desse microcosmo, percebemos que as relações são marcadas pelas ambiguidades e pelas contradições, em que uma miríade de situações nos dá vários indícios de regras que vão desde as mais simples,

93 Por meio da pesquisa realizada na cidade de Juína (1999-2000), registramos casos de crianças que têm sangramentos nos dedos das mãos causados pelo contato com a madeira.

como dividir a bebida, cigarros e parte dos alimentos, até as mais complexas, como cuidar de si para que não seja roubado e morto pelo próprio grupo.⁹⁴

Relatos de trabalhadores

Em uma série de entrevistas realizadas com trabalhadores braçais sobre as suas atividades de trabalho e outras situações de vida, na cidade de Juína,⁹⁵ apareceram insistentes referências à falta de assistência pública aos direitos dos trabalhadores, manifestando a sua vontade de denunciar as condições subumanas de trabalho. E quando se apresenta a oportunidade de expressarem seus próprios pensamentos/sentimentos sobre as palavras como comumente são interpelados, revelam a consciência da conotação negativa que o significado dos termos – pés-inchados, andarilhos – carregam. Nesse sentido, Zenon Silva Santos, natural do estado do Maranhão, é um trabalhador que atravessou diversos estados (do Maranhão ao Pará, do Pará a Mato Grosso) e várias cidades até chegar a Juína. Em seu relato oral gravado afirma:

Pé-inchado, todo mundo tem o nome de pé-inchado aqui, é só ficar nessa área da Rodoviária, pode ir para onde quiser que é sempre pé-inchado! Mas a gente vive aqui, olha minhas mãos (com enormes calos): isso aqui é motosserra, é foicê, trabalhando tudo aí... Pé-inchado aqui não existe. Eu estou

94 Informações a partir da pesquisa de campo. Juína, maio de 2000.

95 O município de Juína, no noroeste de Mato Grosso, tem como limites o estado de Rondônia, Aripuanã, Castanheira, Brasnorte, Sapezal, Comodoro e Rondolândia. A área do município está sobreposta às terras indígenas Nambikwara, Enawenê-Nauê e Serra Morena (esta última do Povo Cinta Larga). Também fazem divisa com Juína (sobrepostas aos outros municípios) as Terras Indígenas Erikbaktsa, Nambikara (outra área), Parque Indígena Aripuanã (Cinta Larga). Essa cidade surgiu de um projeto público de colonização desenvolvido pela Codemat, ligada ao estado de Mato Grosso em 1974.

suando, eu falo na cara de quem quiser, sou vindo da capital. Falo a verdade, eu não sou mentiroso, aqui eu conheço, sou um trabalhador!⁹⁶

E dirigindo-se a outros companheiros que estavam ao seu lado, mais dispersos, ele, alterando a voz, chama atenção dos companheiros para si e observa: “Sou um lavrador! Vocês derrotam a nós mesmos, nós não somos pés-inchados. Agora gente safada aqui tem, cadê o pessoal do Fórum para resolver o nosso problema?”.⁹⁷ Zenon chama atenção: “Mas a gente vive aqui, olha minhas mãos: isso aqui é motosserra, é foice, trabalhando tudo aí... sou um trabalhador!”.⁹⁸

Nesse momento de seu relato, Zenon revela ter conhecimento da força que o discurso que o exclui adquire quando passa a ser enunciado por ele próprio, o trabalhador. Um dos aspectos que Judith Butler destaca para pensar a vulnerabilidade social é o de que, ao mesmo tempo que as condições de extrema vulnerabilidade produzem sofrimento, elas também geram resistência nos despossuídos, conscientes da expropriação que sofrem (BUTLER, 2004; BUTLER; ATHANASIOU, 2016).

Zenon fala para si e para o grupo, recusando as expressões que desqualificam os trabalhadores e produzem estratégias e práticas de dominação (BOURDIEU, 1979). O companheiro ao seu lado, participando da sua indignação, ao questionar, mistura o discurso da exclusão social com a denúncia da violência: “Cadê assistente social? Cadê o pessoal do Fórum que dá valor ao trabalhador? Aqui em Juína é só ‘cartucho’, um em cima do outro. Se você deve para mim, se eu for cobrar você, sabe o que eu vou receber? Um tapa no meio da cara!”.⁹⁹

96 Pesquisa de campo. Entrevista realizada em Juína, maio de 2000.

97 Pesquisa de campo. Entrevista realizada em Juína, maio de 2000.

98 Entrevista em Juína, na praça da rodoviária com um grupo de trabalhadores, maio de 2001.

99 Pesquisa de campo citada.

Desse modo, os relatos seguem reconstituindo imagens da violência física e simbólica a que esses trabalhadores se encontram submetidos, denunciando as formas da superexploração da força de trabalho, a quebra do contrato social, o não reconhecimento da sua condição de cidadãos:

A polícia aqui já fez algumas coisas incrível. Assim, alguma coisa sem o cara merecer. Passar dois dias preso como eu já passei aqui. Que eles não querem que chegue lá perto da rodoviária. Eles pega a gente, passa o dia na cadeia, dorme lá e, no outro dia, eles pega nós e traz aqui [para a praça da rodoviária] e joga aqui de novo, manda embora.¹⁰⁰

Zenon, reforça seu relato explicitando como trabalhadores como ele, sem direito algum, têm sido alvo de um tipo de exploração que é uma das características do trabalho escravo por dívida: o pagamento por meio de “vale”. E denuncia mais uma forma de controle e exploração:

Sabe o que acontece aqui? Acontece o seguinte. Aqui dentro de Juína, o trabalhador vive... Aqui pra você receber, tem que lutar. [...]

Não pagam. Aí o que acontece? Sabe o que ele faz? Você vai no Brizola e vê que a conta tá descontada. Porque ele faz o crédito. Então o que acontece aqui dentro de Juína é o seguinte: você trabalha pra um cidadão aqui, sabe o que ele faz? Você pega o restaurante, pega o mercado e você vê, aonde tá a conta desse povo. Aí o que acontece? Estourou. Pagar como? O que acontece com esse povo dentro da cidade que o prefeito não vê isso? O juiz não vê isso? O que vale o juiz dessa cidade, se eles não resolvem nada? [...] O que acontece aqui dentro de Juína

¹⁰⁰ Relato que consta no conjunto das entrevistas realizadas, durante o mês maio de 2001, com homens que se encontravam alojados na praça da rodoviária da cidade de Juína (MT). Essa entrevista já foi publicada em 2003 e, também, em anos posteriores. Ver ao final deste capítulo as indicações bibliográficas para localização das entrevistas.

é isso. Você vai, procura [...] o hotel, o boteco, o mercado, o dinheiro deles é “vale”. Dinheiro nada. O pagamento que tem dentro de Juína é o “vale”. Você sabe o que é o “vale”?

Como trabalhador, Zenon reivindica os seus direitos, mas vivencia a mais completa desqualificação como cidadão. Aliás, é por meio desse processo que se produz a desumanização do trabalhador pobre. É nessa condição que ele se torna descartável.

Somando-se a esse quadro, proprietários, autoridades e diversos tipos de moradores, nas cidades e locais em que se concentram esses grupos de trabalhadores, referem-se aos trabalhadores como “estrangeiros”, “gente de fora”, que ameaçam a vida social estabelecida. Para Canclini, seguindo as análises que faz sobre as circunstâncias que envolvem a vida de imigrantes na “custosa aquisição de direitos na nova sociedade” (CANCLINI, 2003, p. 110), apontar as diferenças em relação a outras categorias sociais expõe um dos aspectos mais significativos: “A condição de trabalhador, ao contrário, é a que revela de maneira mais radical o que significa ser estrangeiro” (CANCLINI, 2003, p. 110).

Na Amazônia, estudando a violência contra trabalhadores e camponeses, Alfredo W. B. de Almeida também constata que as autoridades dos locais onde ocorrem os massacres e assassinatos se referem aos “trabalhadores sem acesso à terra” não apenas situando-os à margem da sociedade, mas apontando-os como uma ameaça à ordem social, atribuída à condição de “estrangeiro”: “Ora, quando criam o estigma de ‘estrangeiro’ as autoridades buscam legitimar seus atos e suas omissões, porque é sempre ao ‘estrangeiro’ que se atribui toda a culpa pelos enteveros” (ALMEIDA, 1992, p. 45).

Assim, nas várias modalidades de violência utilizadas, destacamos também as formas de imobilização de trabalhadores praticadas pelos proprietários e intermediários, como os “gatos”, conhecidos pela utilização de mecanismos coercitivos e de aliciamento de trabalhadores. Muitas vezes atuam pela violência física, desde

a tortura até os assassinatos, aliciando homens e mulheres para as fazendas ou áreas de desmatamentos. Pesquisando na imprensa de Juína, encontrei um artigo revelador sobre a exploração desses trabalhadores com o seguinte título: “Pés inchados: de quem é a culpa?”. Em um trecho da matéria, o autor transcreve a própria fala do trabalhador:

A gente fica cercado na fazenda [...] não podemos falar com o dono da fazenda pois não temos autonomia para falar com eles. É uma escravidão branca. Estes empreiteiros que tão por aí querem que a gente trabalhe e não pagam para nós [...] eles querem pagar com mercadoria, com cachaça. Cachaça a gente bebe quando está vago (COIMBRA, 1998, p. 3).

O relato transcrito revela a face desesperada da exploração que domina a região, trazendo à tona o confinamento de trabalhadores em fazendas. Testemunha como nas relações de trabalho os trabalhadores não negociam diretamente com os patrões, estimulando as omissões e os atos ilegítimos, ou mesmo o emprego da força física. Denuncia também as estratégias de imobilização dos trabalhadores na rede de poder dos empreiteiros, os “gatos”, com a conivência de autoridades e proprietários: “Fica tudo empenhado no mercado e no boteco”.¹⁰¹

Outras pistas sobre o mundo do trabalho na Amazônia podem ser encontradas nas situações em que trabalhadores são alvo de acidentes de trabalho ou adoecem, quase sempre abandonados à própria sorte, ou, algumas vezes, deixados nas ruas das cidades. Em uma entrevista com um trabalhador, ele confessou: “Contamos quantas vezes pegamos malária até o número cem, depois deixa pra lá...”.¹⁰² Em muitas situações, os trabalhadores, depois de “recuperados” da malária, ainda muito debilitados, retornam aos mesmos serviços e sem assistência alguma.

101 Entrevista com Zenon Silva Santos. Pesquisa de campo citada.

102 Pesquisa de campo citada.

Um outro relato exemplar é o de Josenildo Lourenço de Sousa,¹⁰³ trabalhador braçal que passou por diversos garimpos e áreas de desmatamento para abertura de novas fazendas, contratado por fazendeiros e pelos “gatos”. O seu relato revela aspectos marcantes de formas coercitivas de trabalho e atos de violência, sobretudo nas áreas de exploração mineradora, de formação de fazendas e de derubadas de floresta.

Perguntei a Josenildo sobre alguns fatos marcantes que presenciou nas áreas de garimpos. Rapidamente, disse que nunca se esqueceu do seguinte acontecimento: um jovem rapaz, seu colega de trabalho, esfaqueara várias vezes o outro companheiro, seu amigo, porque este último, já alcoolizado, derramara a sua água de beber do balde. E se recorda das suas últimas palavras:

– Falou comigo ainda. Eu era muito... Dormia assim a par. Eu mais ele. Trabalhava de sócio. Eu mais ele. Aí falou comigo (meu apelido lá era, galo, galinho):

– Galinho... Deixe eu morrer não cara, pelo amor de Deus!

– Fazer o quê? Não tem pra onde te levar. Até chegar lá na cidade, você já morreu... Um monte de buraco desses aí... E ele ainda falou assim: você viu o que é a bebida...

E continua a se lembrar do acontecimento:

Isto nunca esqueci. Já vi matando gente demais. Troca de tiro, ou até de empreita mesmo. Pessoa matar de empreita, eu já vi. Mas isso eu não remorso de nada. Agora, aquilo lá... Eu não tinha conversado com ninguém morrendo. E achei muito, sei lá... O cara podia ter perdoado. Porque uma vez que ele tava bebido e não tinha uma arma... O que é isso... Muita ignorância do outro!

Eu falei com ele depois. Disse assim pra mim:

– Caso passado!

¹⁰³ Entrevista realizada na delegacia da cidade de Juína, onde Josenildo cumpria pena, em novembro de 2000.

Falei – Sei lá cara... Você é muito quente demais. Ignorância demais! Uma hora você morre de graça...

Respondeu pra mim:

– Eu não ligo com nada... Viver e morrer pra mim tudo é uma coisa só!¹⁰⁴

As circunstâncias e as situações em que ocorrem essas mortes são esclarecedoras das condições materiais e simbólicas que envolvem a sobrevivência dos homens e mesmo das mulheres que vivem nas áreas de mineração, seja em Rondônia, Mato Grosso, Amapá ou Pará, marcadas pela violência física e moral. A expressão utilizada, “caso passado”, denota uma ruptura com o passado e aponta para uma vida sem futuro; “viver e morrer” exprimem um sentido de provisoriedade desconcertante. Mas são palavras que emergem da esfera de outro código social, somente compreendido no contexto em que o acontecimento aflora, por meio de suas dimensões simbólicas.

Todas essas situações contribuíram, de certo modo, para que Josenildo, ele mesmo, depois de ter sido quase assassinado nas áreas de exploração de cassiterita, no estado de Rondônia, abandonasse de uma vez por todas os garimpos. Mudando de atividade, segue dos garimpos para as áreas que contratam para o serviço perigoso nas derrubadas da floresta. Testemunhará diversas situações em que os companheiros vêm a morrer.

A morte no trabalho torna-se uma rotina, uma banalidade. A vida do trabalhador não tem nenhum valor, nenhuma garantia. Os trabalhadores são reduzidos à condição de “natureza”, caem e morrem como os arbustos, como as árvores da floresta. Os próprios companheiros que sobrevivem relatam e rememoram esses acontecimentos como se descrevessem uma paisagem. As relações e as práticas sociais são quase esquecidas.

104 Entrevista realizada na delegacia da cidade de Juína, onde Josenildo cumpria pena, em novembro de 2000.

Todavia, é nesse universo social em que as práticas do direito têm pouca expressão, em que a morte sem trégua acompanha a vida, em que o progresso se mede pela extensão de grandes áreas abertas na floresta, que as novas cidades, situadas ao longo dos grandes eixos rodoviários, se constituem como locais de passagem em uma cartografia dos deslocamentos sociais na Amazônia. Ouvindo alguns desses trabalhadores a respeito do seu destino, sobre os lugares onde nasceram e por onde passaram, percebemos nas falas de uns as vozes de muitos outros, “rola, mundo, rola, mundo” perdendo-se nos labirintos da memória: “[...] eu rolei muito pelo Estado do Pará, em Santarém, Itaituba... Depois fui para o Acre e Rondônia... Hoje estou em Juína. Eu passei em vários lugares, nem sei contar... Sou do estado do Maranhão, de Caxias do Maranhão, nasci lá”.¹⁰⁵

E ainda relembando a experiência das trajetórias nômades, num vaivém incessante, percorrendo várias cidades de Mato Grosso, um deles, conhecido por Gaúcho, observa: “Às vezes você luta pra um lado, pra outro... Peleja... Vê pneu de caminhão e sobe. No Sul estava muito fraco de serviço. Vim pra cá [Juína] de Pontes e Lacerda, passei em Campo Novo, passei por outras cidades, tudo aqui no Mato Grosso, depois é que vim pra Juína”.¹⁰⁶

Como também no relato de Martins Ribeiro de Araújo: “Sou da Bahia. Eu vim de São Paulo, vim pra Mato Grosso do Sul e de lá vim pra cá. Cheguei até ir ao Pará. Vim no trechão aí, andando de cidade em cidade, até chegar aqui, Juína, atrás de serviço...”.¹⁰⁷

Para Alberto Gracindo, com 58 anos de idade, que tem como objetivo “sempre trabalhar”, porque diz “que não [quer] ver sua gente mal”, o mundo torna-se a expressão da forma como se vive nos deslocamentos geográficos, de rota em rota, segundo suas próprias regras. Desde que saiu do Ceará, ainda muito jovem, percorreu

105 Pesquisa de campo em Juína, maio de 2000.

106 Pesquisa de campo em Juína, maio de 2000.

107 Pesquisa de campo em Juína, maio de 2000.

os estados do Paraná, São Paulo, Pará, passando por muitas cidades – “que eu já esqueci” – até chegar a Mato Grosso. Mas quando afirma que parou em todas as cidades, imediatamente contrapõe: “Não parei em lugar nenhum, fiquei jogado, trabalhando aí. Cai no mundo de meu Deus!”.¹⁰⁸

Poderíamos dizer que esses trabalhadores transformam o caminho em sua morada. O lugar nenhum se torna seu lugar. As identidades, algo mais vago e impreciso, são construídas nas eventualidades das passagens, das travessias, em que trabalhar e caminhar se tornam palavras sinônimas.



Focalizar a trama das tensões sociais que o processo de constituição das novas cidades nos revela permite refletir sobre as práticas de controle dos “novos espaços” na Amazônia e, ao mesmo tempo, sobre a conduta ativa de homens e mulheres, tendo em vista as estratégias de resistência. Trata-se também de analisar a *ratio* que constitui as políticas públicas para planejar e organizar a construção dessas cidades.

Contudo, ao se privilegiar o estudo de um tipo de racionalidade política, analisa-se um conjunto de técnicas, de procedimentos e de dispositivos que surgem em condições específicas, sob as quais as práticas sociais surgem e são objeto de controle. Mais que isso, consiste em construir em torno do estudo das cidades e do trabalho o que Foucault fala em termos de um poliedro de inteligibilidade, cujas faces não são previamente definidas e nunca consideradas legitimamente concluídas (FOUCAULT, 2003, p. 329).

¹⁰⁸ Pesquisa de campo em Juína, maio de 2000.

Assim analiso a emergência das cidades no âmbito das políticas autoritárias de controle do espaço amazônico, voltadas para institucionalizar um modelo de desenvolvimento que apresenta o trabalhador como uma força de trabalho “necessária”, porém perigosa e, portanto, alvo de formas diversas de vigilância, controle e exclusão. Contudo, no mesmo movimento, também observamos como homens e mulheres estão constantemente criando estratégias e astuciosas iniciativas para contornar, resistir, reinventar o universo de práticas e discursos que procura instituí-los de forma excludente. Essas táticas se revelam tanto para driblarem as formas de exploração e as situações mais violentas impostas pelos grandes proprietários de terra e donos de empresas¹⁰⁹ como para viverem nas cidades posicionando-se em locais públicos que lhes permitam estabelecer relações de coexistência social. Além do mais, devemos nos lembrar que os deslocamentos significam mudanças e recriação de referências de identidade, negociando no círculo social as diferenças das formas de pertencimento cultural, refazendo práticas e experimentando a produção de outras formas de ambiente construído (CANCLINI, 2000; 2003).

Esses(as) trabalhadores(as), combinando e disputando recursos materiais e simbólicos, vivendo em um território assinalado pelos constantes deslocamentos, expressam sua condição de desterritorializados.¹¹⁰ Nas palavras de Peter Pál Pélbart (ao se referir à figura dos “nômades”, com base na leitura de Kafka):

109 Existem registros valiosos a respeito das iniciativas de resistência de trabalhadores, ao fugirem e denunciarem fazendeiros e pistoleiros. Consultar os arquivos da Prelazia de São Félix do Araguaia, na cidade do mesmo nome, em Mato Grosso, e os arquivos da Comissão Pastoral da Terra, com sede nos estados.

110 Conferir a contribuição de Ferreira (2016, p. 84-107). Amplia nossa compreensão sobre as políticas que visam as migrações no norte do país.

Ele ocupa um território, mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente ele entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes. O nômade, como o esquizo, é o desterritorializado por excelência, aquele que foge e faz tudo fugir. Ele faz da própria desterritorialização um território subjetivo (PÉLBART, 2002, p. 1).

Fontes orais

Os fragmentos de relatos orais, fruto de entrevistas realizadas e citadas neste capítulo, já foram publicados em versões anteriores. Em 2003, o presente texto foi publicado com o título “Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia”, na revista *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. Também foi publicado na França: no dossiê sob a direção de Camile Goirand, com o título de “*Occupation, villes et violence en Amazonie – Brésil*” (GUIMARÃES NETO, 2003), que contou com o apoio do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e do Centro Nacional do Livro (CNL). Com revisões significativas, em 2006, foi também publicado no México pelo Departamento de Publicaciones, Escuela Nacional de Antropología e Historia (Enah), em 2006, na coletânea organizada por José Luis González e Franco Savarino, *Itinerarios: cultura, memoria e identidades en América Latina y el Caribe*.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Seminário Consulta: Supercoros, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Política e conflitos: o movimento dos trabalhadores rurais e os conflitos agrários na Amazônia (1968-1990). *Cadernos do Cedi*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 92-107, 1992.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Getat: segurança nacional e o revigoramento do poder regional. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 24-41, 1981.

BARROZO João Carlos *et al.* (org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EDUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Bertrand; Rio de Janeiro: Difel, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.

BUTLER, Judith. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. Londres; Nova York: Verso, 2004.

BUTLER, Judith; ATHANASIOU, Athena. *Dépossession*. Tradução Charlotte Nordmann. Paris: Diaphanes, 2016.

CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Mato Grosso: Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

COIMBRA, Antônio. Pés inchados: de quem é a culpa?. *Folha Regional*, Juína, ano I, n. 2, p. 3, 1º/15 jan. 1998.

COY, Martin. Rondônia: frente pioneira e programa Polonoroeste. O processo de diferenciação socioeconômica na periferia e os limites do planejamento público. In: KOHLHEPP, Gerd; SCHRADER, Achim (ed.). *Homem e natureza na Amazônia*. Tübingen: Universidade de Tübingen, 1987. p. 253-270.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *A rosa do povo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005.

FERREIRA, Eudson de Castro. *Carta sobre a violência*. Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, 23 fev. 2003. Manuscrito.

FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade territorial: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. *Outros Tempos*, São Luís, v. 13, n. 21, p. 84-107, 2016.

FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem (mesa-redonda em 20 de maio de 1978). In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 323-334. (Coleção Ditos & Escritos, IV).

HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Vozes; Belém: Naea-UFPA, 1991.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Recife: Editora UFPE, 2022. *E-book*.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Occupation, villes et violence en Amazonie – Brésil. *Revue Lusotopie*, Paris, n. 10, p. 223-243, 2003.

IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979a.

IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979b.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA (IBGE). *Evolução da divisão territorial do Brasil 1872-2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca=-catalogo?view=detalhes&id=284481>. Acesso em: 23 abr. 2024.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Amazônia, violência e tecnologias de poder: textos conjuntos*. Curitiba: Appris, 2023.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. O avesso da nação: recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século XX e século XXI. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 30, n. esp. 3, p. 484-506, 2020.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MENDONÇA, Sonia R. de. *Estado e classe dominante agrária no Brasil pós 30*. Curitiba: Appris, 2016.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. 424 f. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar: políticas públicas na Amazônia*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente: o caso Sinop*. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

PÉLBART, Peter Pál. *Biopolítica e biopotência no coração do império*. 2002. Disponível em: https://desarquivo.org/sites/default/files/pelbart_peter_pal_biopolitica_biopotencia.pdf. Acesso em: 19 abr. 2003.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PHUL, João Ivo. *O tempo do grilo: estratégias de poder na luta pela terra – Gleba São Domingos. Vale do Guaporé, Mato Grosso (1970-1990)*. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

RIBEIRO, José Donizetti. *Terra e garimpo: um estudo sobre a violência nos anos de consolidação do espaço da colonização*. Mato Grosso. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2001.

SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Organização do espaço e organização social: o caso Rondônia. *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, ano xxxii, p. 51-57, 1982.

SOARES, Filipe Menezes. *Amazônia da ditadura: uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente*. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização*. Cuiabá: EDUFMT, 2004.

VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VELHO, Otávio G. C. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Indígena*. 15 jun. 2023. Disponível em: <https://medium.com/n-i-edi%C3%A7%C3%B5es/ind%C3%ADgena-eduardo-viveiros-de-castro-6f2cddcd7826>. Acesso em: 18 ago. 2023.

Violência e trabalho na Amazônia

Também a história é sempre ambivalente: o lugar que
ela destina ao passado é igualmente um modo de dar
lugar a um futuro.

Michel de Certeau,
A escrita da história

O tema “trabalho e trabalhadores” ocupa um lugar de destaque renovado nas ciências humanas e sociais nas últimas décadas do século xx e no século xxi, e, sem dúvida, não apenas para estudá-lo nas condições específicas da Amazônia ou mesmo do Brasil, mas também em outros países.¹¹¹ Do ponto de vista historiográfico, esse

¹¹¹ Ver, para o caso americano, o artigo de Fink (2012, p. 15-25). O artigo apresenta um balanço da historiografia norte-americana sobre o tema “trabalho e trabalhadores”. Discute esse campo de pesquisa, aponta caminhos de revigoramento da temática, inovando nas propostas e abordagens que permitem discutir e dialogar com outras leituras historiográficas na América Latina. Destaco, também, a contribuição inestimável das reflexões dos historiadores brasileiros que

campo de investigação apresenta necessariamente atualizações inovadoras e problematiza a historicidade das categorias “trabalho” e “trabalhador”. Na perspectiva do historiador alemão Reinhart Koselleck, ao refletir sobre a história e o significado contemporâneo dos conceitos e das categorias sociais, devem-se considerar imprescindíveis a delimitação conceitual e a análise dos usos da linguagem para a compreensão dos conflitos sociais e políticos do passado, onde conceitos e categorias se encontram inseridos (KOSELLECK, 2006, p. 97-118).

Compreendidas em uma nova configuração histórica mundial, as categorias “trabalho” e “trabalhador” não são vistas como isoladas dos contextos políticos, econômicos e culturais – não são imutáveis ou a-históricas –, mas se referem às diversas práticas de trabalho que emergem em novas relações sociais. Essas práticas se diferenciam, aparecem com formas inusitadas e, mesmo quando reproduzem experiências já conhecidas, tornam-se diferentes porque estão inseridas em processos de produção que não são mais os mesmos. Apenas para exemplificar com um dos aspectos mais importantes: as tecnologias nos processos produtivos e de execução de diversas atividades alteram as relações de trabalho.

As análises e reflexões que ora apresento acerca das condições sociais de parcela dos trabalhadores da Amazônia – compreendida em diferentes espacialidades e temporalidades – pretendem somar-se à contribuição dos estudos sobre o trabalho no mundo contemporâneo.¹¹² Nas condições específicas de certas áreas do território

se voltam para o estudo da Justiça do Trabalho e privilegiam a documentação produzida por essa instituição, em diversos estados. Para não me alongar nesta nota, restrinjo-me à indicação do livro organizado por Gomes e Silva (2013).

112 No livro *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*, Gomes e Guimarães Neto (2018) analisam a categoria “trabalho escravo” no âmbito dos debates nacional e internacional – particularmente no da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apresentam a categoria “trabalho

amazônico, defronto-me com um conceito múltiplo, situacional, que depende de “onde e como é utilizado”, sem fixar identidades.

Ao eleger a Amazônia brasileira (Ver figuras 1 e 2) como tema privilegiado de pesquisa, destaco as relações de trabalho e as experiências dos trabalhadores rurais num espaço de intensa disputa pela terra, contextualizadas no âmbito das políticas e estratégias governamentais implementadas pelo regime militar, instituído pelo golpe de Estado em 1964 (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2019; ALMEIDA, 1981, 1993). Tais políticas, ao mesmo tempo que engendram um programa de desenvolvimento para a Amazônia, associado aos interesses do grande capital, estimulam e direcionam os deslocamentos de trabalhadores do campo, das várias regiões brasileiras, sobretudo Sul e Nordeste, para a Amazônia. Contudo, num sistema político em que o controle da propriedade da terra é condição *sine qua non* ao seu funcionamento, as redes migratórias que se constituem não tiveram livre acesso à terra e vivenciaram um ambiente político marcado pelos conflitos de terra e de restrição às liberdades civis, além de perseguições, torturas e assassinatos (PEREIRA, 2015; ESTERCI, 1994; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1990-2021).

No âmbito desse cenário político, a partir da ditadura militar, analiso as relações de trabalho nas ocupações e disputas pela terra na Amazônia. Introduzir esse estudo implica questionar conceitos e categorias com os quais designamos as mais diversas tarefas realizadas em uma configuração histórica específica; implica, sobretudo,

escravo” compreendendo-o em um novo tempo histórico, com base nos usos simbólicos do passado (uma herança maldita) e no combate exercido pelos principais agentes envolvidos na luta pela afirmação política do conceito. O legado da luta política do bispo Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia, em Mato Grosso, é impagável; foram práticas diárias e de alcance nacional e internacional. Temos também o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outras entidades e instituições que contribuíram e contribuem incansavelmente para o fim da superexploração dos trabalhadores e da negação dos direitos humanos que os atingem.

atualizá-los conforme a diversidade social. Nesse dinâmico campo temático, urge instituir categorias e conceitos que contemplem a fluidez, a mudança e a diversidade dos pontos de vista econômico, político e cultural, que as novas práticas revelam e que são um grande desafio. As análises sobre as múltiplas tarefas indicam a urgência de abordagens que contemplem as especificidades das atividades e experiências de trabalho associadas ao regime fundiário e ao modelo agrário dominante.

Ademais, é necessário estudar a ocupação recente da Amazônia associada ao problema ambiental, inseparável do modelo de desenvolvimento adotado pelos governos e empresários, especialmente a partir das últimas décadas do século xx. Encontram-se associadas, neste processo, a maximização da vulnerabilidade das populações, a degradação florestal e as mudanças climáticas (que pioram as condições de moradia e alimentação das populações que sobrevivem do trabalho com a terra, do uso da água e do extrativismo).

Nessa perspectiva, compreende-se que as condições precárias de trabalho e a vulnerabilidade dos trabalhadores, bem como a degradação ambiental da Amazônia, fazem parte de um mesmo quadro econômico e político (FUNES, 2019; FUNES; RIOS, 2019). Com base na inter-relação ou no entrecruzamento desses aspectos, as análises sobre a configuração do trabalho não devem ser tratadas em separado. A questão ambiental é reveladora dos altos índices de desmatamento (que afeta a vida dos trabalhadores), do descumprimento das normas e leis que regem o uso das terras e reservas indígenas, das ações criminosas contra indígenas, do avanço da exploração econômica sobre as reservas florestais, da exploração mineral que degrada o ambiente, da exploração dos recursos hídricos, das ações das carvoarias, entre outros pontos que estão na ordem do dia. Pela figura 3, podemos ter um quadro dos desmatamentos no século xxi para avaliarmos o nível de exploração dos recursos na Amazônia.



Figura 3. Estados mais desmatados da Amazônia Legal entre os anos de 2001 e 2020

Fonte: Prodes/Inpe.

Assim, devem-se desconstruir representações e identidades naturalizadas que se encontram sob as ideias de aceleração econômica e progresso. Isso é imprescindível para a compreensão dos discursos, relatos e textos relacionados com o mundo do trabalho; e, ainda, para a compreensão de que a condição situacional dos trabalhadores é fundamental para a conformação da singularidade das experiências, em que os discursos estão comprometidos com a lógica discursiva das identidades sociais.

Nesse sentido, para situar as relações de trabalho no quadro das atividades agrícola, pecuária e/ou agroindustrial, mineral, mineral-metalúrgica e vegetal na Amazônia é fundamental especificar, particularmente, sobre quais relações sociais incide a análise a ser realizada. Da mesma forma, nesse mundo do trabalho, é preciso refletir sobre como a linguagem utilizada veicula imagens e signos que positivam o desenvolvimento econômico, sem correspondência com os direitos sociais e humanos. Nessa perspectiva, é imprescindível observar quais são as práticas de exploração de trabalho e como se dão as relações entre trabalhadores rurais e grandes proprietários envolvidos com o agronegócio – os modernos latifundiários – ou com outros investimentos empresariais, como a exploração da madeira e a mineração. Além disso, relacionar a reflexão e a discussão das relações de trabalho com as práticas de violência contribui para dar visibilidade à lógica política que impera no modelo de exploração capitalista na Amazônia, que também resulta em grande degradação ambiental nas últimas décadas do século xx e em pleno século xxi.

Esse modo de proceder esclarece o poder das alianças políticas que se estabelecem entre proprietários/empresários e o Estado (nos níveis estadual e federal) – com destaque para as instituições da justiça e os aparelhos de repressão policial. Essas alianças potencializam sua força ao contar, também, com o aparato de grupos armados de pistoleiros, jagunços e capatazes que constituem milícias privadas. Nesse ordenamento político no campo, no período da ditadura militar no Brasil e após a ditadura, é que se torna possível compreender a existência das práticas de exploração do trabalho fora do ordenamento jurídico.

Assinala-se que nessa configuração da violência relativa às práticas de trabalho no território amazônico encontram-se trabalhadores assalariados, trabalhadores não assalariados, homens e mulheres em regime de trabalho temporário, muitos deles facilmente flagrados sem contrato de trabalho e em situação de trabalho escravo.

A imobilização do trabalhador na propriedade rural ou na área de trabalho deixou de ser a única condição que distingue o “trabalho escravo”, denominação que ainda é alvo de inúmeras análises, controvérsias e outras formas de definição (FIGUEIRA, 2004; FIGUEIRA; PRADO; PALMEIRA, 2021; GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018; JOANONI NETO, 2007, 2009; JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2020, 2023; PLASSAT, 2006, p. 146-151, 2010, p. 90-100; SAKAMOTO, 2020).

O artigo 149 do Código Penal aborda quatro aspectos definidores da condição de trabalho escravo contemporâneo: 1. Cerceamento de liberdade – quando não se pode quebrar o vínculo com o empregador, sob pena de ter documentos retidos, salários não pagos, de sofrer agressões físicas, torturas, ameaças, ameaças de morte e mesmo isolamento geográfico; 2. Servidão por dívida – endividamento constante do trabalhador por dívidas fraudulentas (alimentação, transporte, adiantamentos etc.); 3. Condições degradantes de trabalho – negam a dignidade humana, negam direitos ao trabalhador para adquirir medicamentos, alimentação adequada (muitas vezes alimentos podres, assim como a falta de água potável), moradia minimamente viável, o que torna a vida do trabalhador completamente vulnerável a doenças e sem segurança para sua sobrevivência; 4. Jornada exaustiva de trabalho – esgotamento físico e psíquico, que afeta a saúde e a vida do trabalhador.

Na configuração dessa situação de exploração, de trabalho escravo ou não, homens e mulheres sem nenhum bem econômico, a não ser a sua força de trabalho, são classificados em diversas categorias que homogeneízam e pouco traduzem a diversidade social dos vários tipos de ocupações. São comumente nomeados de peões, braçais, rurais e, mesmo, “trabalhadores escravos” nas tarefas diárias que executam e que aparecem relacionadas com as mais variadas atividades: agrícolas, pecuárias e agroindustriais. Certamente, essa mão de obra é crucial às atividades de extração mineral e vegetal, em metalúrgicas, na produção de carvão vegetal,

nos desmatamentos e na construção de cercas. Entretanto, ainda assim, há que se considerar uma amplitude indizível da pluralidade dos usos – e abusos – dessa força de trabalho, numa realidade social em que as atividades laborais se subdividem em inúmeras outras, alternam-se, intercalam-se e desdobram-se.

Práticas de trabalho: relatos orais de trabalhadores em espaços da Amazônia

Um trabalhador braçal de nome Josenildo Lourenço de Sousa,¹¹³ entrevistado na cidade de Juína (noroeste de Mato Grosso, ver nota 95), relata que, quando se encontrava na situação de trabalhador temporário, depois de percorrer várias áreas de garimpo situadas na região amazônica, desde os estados do Pará, Mato Grosso, Acre e Rondônia, passou também a trabalhar para fazendeiros e *gatos*,¹¹⁴ no serviço pesado e perigoso das derrubadas de floresta nas fazendas:

113 Entrevista realizada em novembro de 2000 na delegacia da cidade de Juína (MT), onde Josenildo cumpria pena, acusado de participar do assassinato de um empreiteiro. Havia sido acertada com ele e com outro peão a limpeza de uma área de terra, a fim de preparar um roçado, quando, na versão de Josenildo e de outras testemunhas, o seu companheiro desfechou um golpe de machado na cabeça do empreiteiro. Contudo, foi considerado cúmplice pela justiça e condenado a 18 anos de prisão. O relato desse trabalhador integra um corpo de relatos que foi colhido para discutir e analisar a situação dos trabalhadores pobres, parte deles considerados desterritorializados, que circulam pelo território amazônico. Pesquisa desenvolvida por mim e pelo professor Vitale Joanoni Neto, do quadro docente do Departamento e da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no período de 1998 a 2000, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): “Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico – MT”. Ver também o artigo: Guimarães Neto (2003, p. 49-69).

114 Conhecidos pela utilização de mecanismos coercitivos e por exercer a prática do endividamento, aliciam trabalhadores para fazendeiros, grandes proprietários, sobretudo em atividades ligadas às agropecuárias e ao corte de cana-de-açúcar.

Trabalhei seis anos em garimpo, efetivo, direto. Trabalhei na região do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia. Fui e voltei. Em Mato Grosso trabalhei em Peixoto. Trabalhei no Paranaíta, Pé Quente, Pé Frio; Garimpo do Novo Planalto, Novo Satélite. Estive em Juína [norte do estado de Mato Grosso] em 1981, 1986 e depois em 1999. Eu rodei esse Brasil todo.

Fui trabalhar em fazenda. Eu já parei faz tempo no trabalho em garimpo. Mexo com motor, derrubada, serragem de madeira, tiro tábua, faço de tudo. É também muito perigoso. Serviço pesado. Já vi muita morte. Já ajudei a tirar debaixo do pau. Aqui mesmo em Juína, em 1986. Morreu um em meu serviço; quebrou a perna de outro. Lá em Rondônia eu participei de uma derrubada que morreu doze operadores. Dois mil alqueires de derrubada! Lá, pra derrubada é grande. Eu já participei de derrubada de cinco mil alqueires. Fazenda Moisés. Moisés Freitas. Ele é paranaense [região Sul do Brasil]. Ele derrubou cinco mil alqueires com medo de tomarem, o governo e a reforma agrária. Cada parte da fazenda, ele derruba um pouco. E foi lá que vi o maior número de acidente, doze operadores numa mesma derrubada. Nunca tinha visto!

Josenildo é um tipo de “trabalhador temporário” que se emprega em diversas atividades, ora é garimpeiro nos vários pontos de garimpo que se espalham pela região amazônica, ora é trabalhador nas áreas de desmatamento: “trabalho pesado” e “perigoso”. Em diversas partes da Amazônia, a derrubada da floresta, a limpeza de áreas para a constituição e estabelecimento de grandes empresas em fazendas, empreendimentos agrícolas e agropecuários, frigoríficos, entre outros, foram responsáveis pelos desmatamentos de grandes extensões de floresta e pelo emprego de trabalho escravo. Quando não devidamente caracterizada como trabalho escravo, constata-se a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras em condições degradantes de vida e trabalho.

O itinerário de Josenildo pelas áreas de mineração e, depois, pelas áreas das fazendas com a finalidade de desmatamento, contratado pelos proprietários e seus gerentes, desenha um traçado que se soma aos trajetos percorridos por muitos outros homens e mulheres que vivem no território amazônico. Seu testemunho oral, com base em sua experiência pessoal, sinaliza os indícios da violência que atinge uma rede de trabalhadores nos garimpos, nas construções de cercas, nas plantações de pastos, nas carvoarias (que apresentam grande uso de trabalho escravo). Seu relato denuncia a morte silenciosa que se naturaliza nas derrubadas da floresta amazônica – como também em outras atividades no campo ou nas pequenas cidades, por exemplo, nos complexos madeireiros – e que é pouco contabilizada no Brasil.¹¹⁵

Josenildo é filho de uma família de lavradores oriundos de Pernambuco, um dos estados da região Nordeste do Brasil. Os pais se encontraram em São Paulo, quando se mudaram à procura de trabalho no Sul industrializado. Contudo, não se fixaram e continuaram a percorrer os caminhos migratórios, voltando-se para o Oeste do Brasil, o estado do Mato Grosso do Sul. Provavelmente, na incansável luta para tentar conseguir terra a fim de trabalhar na agricultura, se estabeleceram por um período no município de Dourados – cidade que tem sua história ligada a uma antiga colônia agrícola, criada no Governo Vargas –, onde nasceu Josenildo. Mas a família também não se fixou por muito tempo nessa cidade, prosseguindo para o norte de Mato Grosso e chegando ao estado de Rondônia.

115 Há um ditado em várias localidades dos novos municípios de Mato Grosso, que surgiram de projetos de colonização, como Juína, Juara, Sinop, Alta Floresta, Vila Rica, que diz: “a motosserra é uma máquina de fazer viúvas”. Projeto de pesquisa: “Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico – MT”. CNPq, 1998-2000. É oportuno lembrar, ainda, que os estados da Amazônia dividem entre si o *ranking* dos maiores índices de desmatamento e de crimes ambientais no Brasil (ver Figura 2).

Essa é uma das trajetórias mais recorrentes no âmbito das histórias de famílias de trabalhadores rurais: saem do Nordeste, seguem para o Sul/Sudeste do Brasil e depois se deslocam para o Oeste e o Norte, na exaustiva jornada em busca de terra e trabalho. Assim, no entrecruzamento das rodovias, entre um estado e outro, cidades, fazendas, áreas de mineração, trabalhadores, como Josenildo, ainda jovens, quase crianças, abandonam a família e resolvem buscar independência própria a partir do que consideram a sua escolha (no caso de Josenildo, com apenas 14 anos de idade). Seguindo o fluxo das grandes rodovias que cortam a região amazônica, como a Cuiabá-Santarém e parte da Transamazônica,¹¹⁶ alcançam diversas áreas onde vendem sua força de trabalho em todo tipo de serviço, sobretudo nos estados do Pará, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Roraima. Josenildo transita pelo percurso indicado, “trabalhando direto” – como relata –, descrevendo em detalhes cada ponto das áreas de mineração, os garimpos, como dizem ele e outros na mesma situação, relembrando os roteiros dos caminhos, mapeando a rede das frentes de trabalho na Amazônia.

O relato de Alberto, outro trabalhador, proveniente do estado do Maranhão, retrata também a sua experiência:

116 No Brasil, a construção das grandes rodovias federais, durante o regime militar (a partir do golpe de 1964), foi estratégica para a implementação das políticas governamentais visando os planos de desenvolvimento para a Amazônia, associadas à política de “ocupação dos espaços vazios”, segundo o discurso do governo. Por meio do Plano de Integração Nacional (PIN) (criado pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970), o governo Médici determinava a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, além do Plano de Irrigação do Nordeste. Ordenava-se também que se reservasse, “para colonização e reforma agrária, faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita das novas rodovias para, com os recursos do Programa de Integração Nacional, se executar a ocupação da terra, e adequada e produtiva exploração econômica” (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra). Consultar os seguintes autores: Hébette (1991), Guimarães Neto (2022), Santos (2001).

A família foi-se tudo. A mulher não combinou comigo, separamos de vez e aí eu abandonei. Joguei as boroca nas costas e sai pelo mundo. Do Maranhão fui para Itaituba (garimpo), no Pará, passei seis anos no Pará. Vim pra Mato Grosso, pra Lacerda (garimpo), depois pra Comodoro, Sapezal, Campo Novo, mexer nas lavouras, roçados, derrubadas, depois vim pra Juína. Mexendo com mato, com motosserra.¹¹⁷

Nesse espaço social sem lugar para moradas, aonde “a família foi-se tudo” e em que os locais procurados representam apenas “paradas” – “[...] não moro não. Não tenho lugar parado não! Quero ir para Rondônia ou Aripuanã (MT)...” –, como também relata um companheiro seu chamado “Gaúcho” (que se encontrava ao seu lado), o trabalhador narra a situação de grupos sociais desterritorializados e que poderíamos configurar como “nômades”. Eles se movem de uma cidade, de um estado ou de uma região a outra, perdendo continuamente as referências sociais de pertencimento a seu grupo de origem, desterritorializando o próprio campo social (PÉLBART, 2002). Nas palavras de Peter Pál Pélbart (2002, p. 1), o “nômade” se encontra

[...] dentro e fora, da conversa, da família, da cidade, da economia, da cultura, da linguagem. Ele ocupa um território mas ao mesmo tempo o desmancha, dificilmente ele entra em confronto direto com aquilo que recusa, não aceita a dialética da oposição, que sabe submetida de antemão ao campo do adversário, por isso ele desliza, escorrega, recusa o jogo ou subverte-lhe o sentido, corrói o próprio campo e assim resiste às injunções dominantes. O nômade, como o esquizo,

117 Relato gravado em 2000 na cidade de Juína (MT), onde entrevistei um grupo de nove trabalhadores braçais sem emprego fixo, atuando como trabalhadores temporários. Projeto de pesquisa: “Movimentos populacionais, cidades e culturas no ambiente amazônico – MT”. CNPq, 1998-2000. Ver, ainda, o artigo de minha autoria que apresenta parte dos resultados dessa pesquisa realizada com os trabalhadores temporários: Guimarães Neto (2003, p. 49-69).

é o desterritorializado por excelência, aquele que foge e faz tudo fugir. Ele faz da própria desterritorialização um território subjetivo.

Essa análise assinala novas práticas, condições de vida e trabalho “[...] no capitalismo em rede, que enaltece as conexões, a movência, a fluidez, produz novas formas de exploração e de exclusão, novas elites e novas misérias, e sobretudo uma nova angústia – a do desligamento” (PÉLBART, 2002, p. 2). A noção de desterritorialização é também especialmente cara a Gilles Deleuze e Félix Guattari (1997, p. 11-110).¹¹⁸ Entre outras análises pertinentes a esse debate específico, em que problematizo o conceito de desterritorialização, os autores citados, ao diferenciar as categorias “nômade” e “migrante”, permitem captar a situação dos trabalhadores pobres que se movimentam incessantemente pelas várias frentes de trabalho na Amazônia:

O nômade não é de modo algum o migrante, pois o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado. Mas o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato; em princípio, os pontos são para ele alternâncias num trajeto. Os nômades e os migrantes podem se misturar de muitas maneiras, ou formar um conjunto comum; não deixam, contudo, de ter causas e condições muito diferentes (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 51).

Numa linha muito próxima, lanço mão também das análises realizadas por Rogério Haesbaert. Esse autor valoriza em suas pesquisas estudos bastante esclarecedores sobre territorialidade e desterritorialização – ultrapassando o leque das diversas dicotomias – relacionados com os processos sociais migratórios em suas múltiplas dimensões culturais e econômicas. Nessa trilha, procura

118 Ver, especialmente, o capítulo “Tratado de nomadologia: a máquina de guerra” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 11-110); e a “Conclusão: regras concretas e máquinas abstratas” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 215-232).

apontar na direção de uma múltipla territorialidade, compreendendo a simultaneidade das experiências e vivências em espaços de fluxo e territórios-rede (rizomáticos).¹¹⁹

Ao operar com essa complexidade social, as abordagens realizadas neste capítulo não têm a pretensão de abarcar todos os problemas sociais que fazem parte do contexto amazônico e nem eleger uma continuidade/contiguidade temporal e espacial. Esse mundo não se deixa abraçar por inteiro, abrange um universo pluridimensional e multiterritorial, descontínuo, simbólico e material. Assim, as análises são pontuais e projetam uma constelação de fragmentos significativos que se contrapõem às explicações causais, lineares e deterministas, fundadas em continuidades ideais que compõem identidades.

Nesse universo fragmentado das experiências sociais, em que o movimento e a fluidez produzem novas formas de constituir a vida dos trabalhadores pobres, observamos como eles – entre diversas táticas de sobrevivência – desfazem importantes elos culturais, ao abdicarem dos nomes próprios concedidos pela família. É esclarecedor o fato de que cada um desses trabalhadores tenha o reconhecimento e a aceitação, por parte dos companheiros de labutas, do nome que adota e que os associa aos locais por onde passaram ou de onde dizem ser procedentes. A identidade dos registros de nascimento (papéis que, para eles, nada valem) é quase apagada ou se metamorfoseia, aparecendo a autodenominação que os relaciona a lugares que nem sempre correspondem aos locais onde nasceram. O nome próprio, a referência mais individual, a menos sujeita a repetição, desloca-se para a inconstância dos nomes com que os novos intercessores os interpelam.

119 Ver, desse autor, entre seus vários trabalhos sobre essa temática, Haesbaert (2004); além desse autor, o filósofo italiano Giorgio Agamben nos oferece, ainda, oportunas discussões teóricas que nos ajudam a problematizar de novas perspectivas o conceito de cidadania no mundo atual, trazendo para primeiro plano a categoria “refugiado”: Agamben (2011).

Essas práticas de vida e trabalho levaram a rupturas com a cultura, a família e grande parte dos valores sociais, e a se constituírem trabalhadores desterritorializados. Num mesmo grupo de homens, localizados em uma área de garimpo, município de Juína (noroeste de Mato Grosso, ver nota 95), encontrei e entrevistei homens que se autodenominavam Paraná, Gaúcho, Catarinense, Japão (vindo de São Paulo), Maranhãozinho, Ceará, Pernambucano, Bahia, Paulista, Piauí. Nomes que compõem um quadro com trabalhadores das mais diversas regiões do Brasil (Sul, Norte, Leste, Oeste), que se interconectam a um grande circuito migratório no Brasil. Leandro G. Cerutti abre um rico leque de debates ao abordar a condição de vida e trabalho de homens designados como “peão de trecho”, “peão-rodado” ou apenas “peão”, “trecheiro”, entre tantos outros termos. Para isso o autor montou um glossário, apoiando-se na diversidade das denominações, sobretudo autodenominações (CERUTTI, 2004).

Os caminhos e locais percorridos, sinalizados com as indicações dadas pelos trabalhadores, assinalam um aspecto ainda pouco explorado nas análises sobre as redes migratórias: o aspecto coletivo dos deslocamentos migratórios, que envolve uma rede de interesses escusos e muito dinheiro, e pessoas que operam até mesmo com trabalho escravo.

Essas ligações que se estabelecem são provocadas, muitas vezes, por empreiteiros que aliciam trabalhadores, sobretudo provenientes da região Nordeste; e são alimentadas por redes clandestinas sobre as quais as autoridades se apresentam negligentes e não revelam real interesse em fiscalizar. Muitas vezes, os próprios agentes do Estado atuam em cumplicidade com elas. O custo social dos deslocamentos que envolvem essas redes de trabalhadores de todas as categorias, vivenciadas em situação de extrema precariedade, é apresentado pelos discursos do governo e dos empresários como necessário às estratégias para a implementação dos programas de desenvolvimento. Ou mesmo anunciam tal situação como

resultante natural desse processo, quando, de fato, os trabalhadores são vistos como “descartáveis”. Discursos que aliam as ideias da integração territorial e da exploração produtiva da Amazônia ao poder da modernização do Brasil.

Assim é que o deslocamento de vários grupos sociais que se movimentam, particularmente do Sul e do Nordeste, mas também de outras regiões do Brasil, rumo à Amazônia é considerado fundamental para a análise dos conflitos sociais, particularmente, as disputas pela terra e a exploração do trabalho – nas suas diversas modalidades. O exame crítico que envolve estudos sobre as “migrações” para a Amazônia, e que hoje estão na pauta dos debates sobre os impactos sociais, econômicos e, sobretudo, ambientais, apresenta análises nucleares voltadas às políticas e estratégias governamentais. Essas estratégias confluem não apenas para impulsionar as migrações – como os programas de colonização dirigida –, mas, também, se voltam para controlar a ocupação da terra pelos trabalhadores. Nessa perspectiva, as análises sobre esse tema levantam, ainda, questões relacionadas com as condições de trabalho, de moradia e com as interações com o meio ambiente ligadas à mobilidade espacial dos trabalhadores rurais desterritorializados. Especialmente, as circunstâncias violentas que desencadeiam os conflitos e como as disputas pela terra são conduzidas. Estudando as condições específicas do sul do Pará, Airton dos Reis Pereira (2015, p. 28) afirma:

[...] a migração para o sul e sudeste do Pará, em virtude dessas políticas, não só superou as estimativas dos planejadores oficiais, mas antecedeu às suas próprias ações. Famílias de diferentes estados brasileiros passaram a chegar num ritmo muito mais rápido do que as ações do Incra nessa parte do território amazônico. Diversos imóveis com títulos de aforamentos, reservados à exploração da castanha-do-pará ou com projetos agropecuários destinados à criação de gado bovino e diferentes áreas de terras devolutas que ainda existiam foram,

paulatinamente, ocupadas por trabalhadores rurais migrantes. Essa situação fez dessa parte do estado do Pará um dos espaços de maior tensão social e, conseqüentemente, de intervenção governamental na questão agrária.

Nesse aspecto, torna-se importante ler a Amazônia como um território de disputa pela terra, que vivencia a experiência da presença maciça de trabalhadores rurais de todas as partes do Brasil, a partir da década de 1970, atuando nas mais diversas atividades laborais. Ora como trabalhador contratado, permanente ou temporário, ora na condição de trabalho escravo e/ou degradante, ora sem trabalho algum. Nesse mundo do trabalho e “não trabalho”, homens e mulheres se encontram em pequenas cidades e vilas, em áreas de assentamento de terra, em grandes fazendas/empresas, no meio da floresta construindo cercas, derrubando árvores, limpando áreas, rodando por várias rodovias federais e estaduais que cortam os estados que compõem a Amazônia. Um quadro social que exige abordagens inovadoras e que possibilitem desconstruir o tema do trabalho e da exploração dos trabalhadores de diferentes perspectivas.¹²⁰ Compreender como o regime fundiário no Brasil se encontra imbricado com as práticas de violência contra os trabalhadores rurais e, também, *pari passu* as ações e lutas que os próprios trabalhadores protagonizam, observando a sua historicidade, se torna um dos pontos mais cruciais da história contemporânea do Brasil.

120 A designação “trabalhador rural”, por mais abrangente que seja, tem pontualmente, neste texto e em minha pesquisa, como referência uma determinada politização dessa categoria, incluindo trabalhadores não provenientes do mundo rural, ou que não se constituíram em sua história de vida na “lida ou labuta com a terra”, mas que, ao migrarem para as áreas da Amazônia (ou outras áreas), se envolveram diretamente na disputa pela terra, ligados a movimentos e entidades civis e religiosas, como o MST, a CPT, entre outros. Consultar para essa importante discussão o inovador trabalho de Pereira (2015). Ver também Almeida (1993).

O legado político dos tempos da ditadura, instalada em 1964, e de períodos anteriores, não apenas marca nosso tempo presente, mas metamorfoseia-se em outros discursos e práticas, permitindo apropriações políticas diversas que conformam o desenho da contemporaneidade. Não quero com isso delimitar o período dos governos militares ou de governos anteriores como origem. Pelo contrário, opero com a perspectiva teórico-metodológica de que cada momento histórico no Brasil foi marcado por um tipo de funcionamento das oligarquias agrárias, por meio de dispositivos políticos que reproduziram e ampliaram as relações de poder e o *status quo*.

Assim, as análises acerca do tema do trabalho na Amazônia – a partir dos estudos realizados e das pesquisas que venho desenvolvendo – procuram relacionar as ações governamentais e os dispositivos políticos que engendraram a ocupação do território à constituição das redes migratórias e aos conflitos pela terra (FERREIRA, 2016).

Políticas governamentais: a *colonização* como acontecimento

Sem postular qualquer ordem de importância, reflito sobre o significado político de um amplo programa de “colonização”, com base nas políticas governamentais, como importante dispositivo de poder. Esse dispositivo permite compreender a “colonização” como um novo acontecimento, em sua singularidade histórica, no sentido de que ela aciona um modo de controle dos conflitos sociais no campo e reorienta o que chamam de “povoamento dos espaços vazios” – conforme o discurso oficial – para o controle do governo e dos empresários. O presidente Médici anunciou em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ocorrida em outubro de 1970:

Aquilo que não se pode fazer devido à escassez de capital pode ser feito com um programa integrado de colonização e de desenvolvimento, com um mínimo de recursos econômicos,

capaz de gerar rapidamente a riqueza, para complementar, sem inflação, o esforço necessário à solução dos dois problemas: o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia [...]. Nessas condições, se impõem a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da Sudam [...]. Estaremos, assim, facilitando o esforço de ocupação e desenvolvimento da Amazônia – imperativo do progresso e compromisso do Brasil com a sua própria História (MÉDICI, 1971, p. 15-16).

Um dos efeitos mais significativos desse discurso é a definição da Amazônia como “uma terra sem homens” relacionada a “um Nordeste de homens sem-terra”. A positividade da intervenção do governo militar é o pressuposto da legitimidade dos critérios objetivos para atuar naquilo que representa como distorção. Uma justa “redistribuição de populações” garantirá, de forma racional, desenvolvimento ao país. A almejada integração nacional, discurso que acompanha os governos antes do golpe de 1964, aparece agora resignificada, ligada à ideia de desenvolvimento com segurança, com base em outra racionalidade. A positividade – o elemento histórico – está na práxis, no conjunto de ações, de saberes e medidas que respondem a uma urgência: intervir nos conflitos sociais e não alterar a ordem fundiária do Brasil. Assim, emerge desse discurso a relação fulcral entre “militar” e “empresarial”, ou o que resulta das relações de poder entre militares e empresários, que estabelece a quem cabe o desenvolvimento da Amazônia, ou seja, os empresários (MÉDICI, 1970).

Assentavam-se com esse discurso de governo as bases políticas para programas e planos, como o Programa de Integração Nacional (PIN), no qual se insere o amplo programa de colonização, que segue diretrizes ordenadas por instituições que foram reestruturadas nos

últimos anos da década de 1960 e nos primeiros da década de 1970, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia (Basa). O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), criado em 6 de julho de 1971, aparece vinculado ao Ministério da Agricultura para financiar a aquisição de terras, a produção agrícola, serviços de pesquisas e sistemas de armazenagem e comercialização.

Não devemos deixar de assinalar, de importância ímpar, as reformulações em novas bases dos “Institutos de Terra” e das leis estaduais e federais que deram suporte às grandes concessões de terras públicas a empreendimentos privados, além de se considerar todo o aparato de cunho intervencionista militar, como a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (Getat).

Com os governos militares se consagra uma determinada política de ocupação da Amazônia que permite e mesmo legitima – por meio das instituições e dos novos mecanismos jurídico-legais – a invasão de territórios indígenas e de áreas de posse de pequenos agricultores (posseiros), de seringueiros, entre outros segmentos sociais (ALMEIDA, 1993). Uma política que privilegia grandes e médios proprietários que são vistos como participantes do plano de desenvolvimento para a Amazônia e que, na prática, passam a atuar com a estrutura de governo para estabelecer os projetos de exploração econômica, sobretudo contando com estímulo financeiro dos incentivos fiscais. Nesse quadro, configura-se um processo de reterritorialização dos espaços, com políticas oficiais que se voltam para a classificação de diversas áreas, instituindo grandes eixos de investimentos econômicos, denominados “polos de desenvolvimento”, com apoio dos capitais nacional e estrangeiro (PETIT, 2003; IANNI, 1978, 1979a; MARTINS, 1984, 2011; OLIVEIRA, 1997). Classificação de áreas vistas também como pontos estratégicos de intervenção política para atuar nos conflitos sociais (PETIT, 2003).

No entanto, nem tudo começa e termina no período da ditadura, implantada com o golpe militar em 1964. Diversos programas de colonização – ou que se apresentam enunciados como tal – fazem parte do panorama político da República. Getúlio Vargas lançou a Marcha para o Oeste, uma estratégia de ocupação do Oeste brasileiro, com base em um programa federal de colonização, fundando várias colônias agrícolas (LENHARO, 1985, 1986; MORENO, 2007; OLIVEIRA, 1997); nas duas últimas décadas que antecedem o golpe militar em 1964, grandes extensões de terras são tomadas às nações indígenas e às famílias de pequenos agricultores a fim de comporem os projetos de colonização (MORENO, 2007). Empresas denominadas de colonização utilizam diversas estratégias para apropriarem-se de vastas áreas, imperando a especulação imobiliária e a corrupção. Os estados das regiões Norte e Centro-Oeste são representativos dessas situações de ilegalidade de compra e venda, grandes negociações e barganhas políticas, em que os departamentos de terras estaduais se apresentam como os maiores agenciadores de títulos forjados, incentivando a “grilagem” de terras públicas, indígenas e de posseiros (MORENO, 2007).

Por outro lado, as políticas que direcionam os programas de colonização não se encerram com o final da ditadura, podendo-se apontar várias ações nessa mesma direção, com outros projetos de colonização, nos estados que compõem a Amazônia (MORENO, 2007). Porém, não pretendo generalizar e homogeneizar as dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais compreendidas no âmbito da colonização, tal como é representada. É preciso conhecer, nomear e identificar as práticas históricas específicas que configuram os diversos períodos em que a colonização é definida e defendida como uma política de Estado.

Portanto, ao problematizar o termo colonização, nas temporalidades historicamente constituídas, não pretendo construí-lo dotado de um conteúdo invariante, pois ele sofre os vários efeitos históricos

das formas de poder assumidas no Brasil desde os períodos colonial, imperial e, especialmente, republicano no século xx. Pelo contrário, trato desse tema como experiência singular, que coloca no campo histórico as instituições políticas envolvidas com o que enunciam como “distribuição de população no território”, com o fim precípua, no discurso, de “ocupar os espaços vazios”. É possível observar uma ampla e diversificada produção de saberes que concerne, legitimando a proposta governamental, à concepção de Nação: civilização, desenvolvimento, segurança e integração territorial.

Além dessa elaboração discursiva relacionada com o tema da “colonização”, há que se considerar historicamente os mecanismos de poder e as estratégias políticas que regulam suas práticas, assim como os dispositivos políticos que proliferam por todos os campos. E, na trilha de Foucault, para pensar acerca de conceitos, categorias e palavras, é significativo que, “Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma ‘singularidade’” (FOUCAULT, 2003, p. 339).

Com esse escopo teórico é que me lanço a estudar o acontecimento “colonização” como dispositivo de poder, que se inscreve nas relações de poder e funciona estrategicamente. Nessa perspectiva, essa análise opera com um recurso teórico que permite adentrar as práticas da racionalidade governamental, colocando em ação parte importante do plano de (re)ocupação da Amazônia sob o controle político e intervencionista dos militares que comandam o Estado desde 1964. Não se pode deixar de assinalar que a questão da terra passa a estar submetida à competência do Conselho de Segurança Nacional (csn).

Ao me centrar nessa perspectiva da desconstrução da proposta de *colonização* é que discuto a forma pela qual ela assume e produz um discurso que se apresenta com um determinado suporte

institucional. Ele abrange, agiliza e cruza diversas medidas administrativas, normas e regulamentos, propagandas, anunciando a sua função estratégica de reocupar os espaços e intervir nos conflitos agrários. A questão fundiária está permeada, informada, atravessada pelas ações dessa política, ou seja, é a pedra angular para garantir o controle da propriedade da terra, ou o *status quo* da política agrária no país, associado às ações do grande capital (MARTINS, 2011; IANNI, 1978, 1979a, 1979b).

Manifesta-se, desse modo, de maneira inequívoca e com efeitos sociais devastadores, a tendência à privatização – capitais nacional e internacional – dos novos espaços públicos. As apropriações de grandes extensões de terra são reveladoras dessa prática, por parte dos empresários, vinculadas tanto aos projetos agropecuários quanto aos projetos nomeados de colonização, para não citar outros empreendimentos econômicos, como as áreas de domínio das mineradoras (HÉBETTE, 1987-1988; PETIT, 2003; JOANONI NETO, 2007; MORENO, 2007; GUIMARÃES NETO, 2022; GUIMARÃES NETO; JOANONI NETO, 2023).

Os empresários que se envolveram com os projetos de colonização privada, sobretudo no estado de Mato Grosso, e apresentaram propostas ao Incra, direcionaram preferencialmente a venda dos lotes de terras, das áreas destinadas à colonização, para os pequenos proprietários da região Sul do Brasil. Os projetos constituíram-se, de fato, em um grande loteamento privado de terras, e apenas uma parte deles foi direcionada para pequenas propriedades (100 ha), como estipulava o Incra. Essa área menor é a que acabava por receber o maior número de pequenos produtores rurais (BARROZO, 2008; GUIMARÃES NETO, 2022; JOANONI NETO, 2007; OLIVEIRA, 1983; SANT'ANA, 2009; SOUZA, 2004; TAVARES DOS SANTOS, 1993). Por outro lado, os segmentos de trabalhadores rurais sem-terra, provenientes da região Nordeste, que se deslocaram para os projetos de colonização não tinham recursos econômicos para adquirir lotes de 100 ha,

passando a constituir um grande mercado de trabalho com mão de obra predominantemente desqualificada para os principais setores produtivos; esses segmentos foram alvo das mais diversas discriminações e violências sociais, engrossando as fileiras dos trabalhadores desterritorializados, com os direitos sociais não reconhecidos.

Ao examinar esse quadro social, é necessário, sem dúvida, observar as variantes históricas no Brasil, nas quais é possível delimitar o acontecimento *colonização*, diferenciando os vários momentos em que o discurso oficial utiliza e justifica esse termo. No período aqui focalizado, apresenta-se como um programa de ocupação de certas áreas da Amazônia – tidas como “espaços vazios”, “isolados” e “não ocupados” pelas populações indígenas –, onde deve atuar, com suporte financeiro governamental, a iniciativa privada. A racionalidade posta em prática é a que justifica a capacidade empresarial como aquela que tem poder para direcionar economicamente a Amazônia. Ao mesmo tempo, governá-la e dela fazer um mundo humano em contraposição ao ambiente natural, denominado de *selvagem*, para transformá-lo em um mundo produtivo e socialmente capitalizado. O que garantirá, nos moldes capitalistas, incorporar grandes extensões de terras a um promissor mercado imobiliário e produtivo, com as *commodities*, associado de maneira incansável ao discurso do progresso, do trabalho e da civilização.

Mas deve-se, também, dimensionar e avaliar a estrutura de poder que nos remete a certas práticas e certos mecanismos de controle do uso da terra no Brasil. As estratégias das empresas para a venda dos lotes, especialmente a pequenos agricultores do Sul – que serão também cognominados de “colonos” na Amazônia –, inserem-se no processo político e econômico de controle por parte do Estado do acesso dos trabalhadores rurais à terra, sem alterar a estrutura fundiária do país. Um acontecimento político que tem lugar no contexto dos conflitos agrários no Brasil contemporâneo (MENDONÇA 2016; TAVARES DOS SANTOS, 2000; MEDEIROS; LEITE, 1999; MARTINS, 2011).

A inter-relação desses projetos de colonização com as redes de deslocamentos migratórios para a Amazônia – tanto os projetos da iniciativa privada quanto aqueles coordenados pelo Incra –, que abrangem o Mato Grosso, Pará, Tocantins, parte do Maranhão, Rondônia e outros estados, indica que a migração, como fenômeno social, está intrinsecamente ligada à problemática agrária. Tavares dos Santos (2000) estuda como no Brasil contemporâneo a resolução dos conflitos agrários se deu deslocando famílias do Sul, Sudeste e Nordeste para os estados que compõem a Amazônia Legal, sem alterar o modelo de exploração econômica no campo. Situação que aprofunda o domínio das grandes e médias propriedades fundiárias no Brasil.

Desse modo, a exploração/expropriação dos trabalhadores e/ou “colonos” está na base da constituição de uma rede de trabalhadores pobres que circulam pelo território amazônico – sem-terra, sublocados – na condição, muitas vezes, de trabalhadores temporários e de trabalhadores em condição de trabalho escravo em sua forma contemporânea (FIGUEIRA, 2004; GOMES; GUIMARÃES NETO, 2018). Se em tal conjuntura configura-se um dos aspectos mais importantes do processo de ocupação recente da Amazônia, nas últimas décadas do século xx, revela-se, também, a ponta do *iceberg* de uma situação ainda muito presente nas primeiras décadas do século xxi.

Essas extensas áreas (re)ocupadas com os programas de colonização, num cenário econômico exemplar, são apresentadas como as mais prósperas de um estado como o de Mato Grosso,¹²¹ e divulgadas pela imprensa nacional por meio de propagandas que noticiam a riqueza das novas terras. Do outro lado da moeda, vê-se que o discurso da prosperidade resulta em grande pobreza para pequenos agricultores – sobretudo para os primeiros colonos que chegaram aos núcleos dos projetos de colonização, os quais perderam, paula-

121 Ver, especialmente, entre várias matérias, as produções imagéticas do “novo eldorado amazônico”, com base nas propagandas das “terras para colonização”, no Jornal da Tarde (1981a, 1981b).

tinamente, as terras recém-adquiridas. Tal condição provocou um novo processo de expropriação que segue até os dias de hoje, expulsando ou coagindo pequenos agricultores a se deslocarem, agora na condição de trabalhadores sem-terra, para outras áreas agrícolas ou para fazendas agropecuárias, agroindustriais, e mesmo para trabalharem nas áreas de mineração. Numa dimensão maior, a privatização desses espaços públicos não apenas provocou e continua a estimular enormes especulações imobiliárias, mas ainda responde a uma importante demanda empresarial para ativação do agronegócio, interconectado a várias outras atividades econômicas. É fundamental anotar que várias das áreas circunscritas aos projetos de colonização também estavam ligadas à mineração de ouro, de diamante e a outros produtos de exploração mineral e vegetal. Como foi o caso de Alta Floresta, em Mato Grosso, especialmente com a mineração do ouro (GUIMARÃES NETO, 2022).

Essa configuração política e econômica que marca a contemporaneidade da Amazônia é básica para refletirmos sobre as formas de existência do neoliberalismo no Brasil. O agronegócio domina a paisagem das novas cidades que surgiram dos investimentos direcionados aos projetos denominados “de colonização”, em Mato Grosso e em várias partes de outros estados da Amazônia, os quais usufruíram dos incentivos fiscais liberados pelo governo. Grandes extensões de terras se converteram em áreas, hoje, dedicadas a produção de grãos.

De acordo com Cerutti (2004, p. 15), esse é um dos mais importantes quadros onde se insere o uso do trabalho temporário, pois o trabalhador braçal irá realizar a tarefa de limpar as áreas, tirando as raízes, tocos etc., para o plantio da soja.

Utilizando dados fornecidos pelo IBGE, Cerutti informa:

Segundo o IBGE, em 1975, eram plantados 459.093 hectares com culturas temporárias em Mato Grosso. Na safra de 1980 se plantou 1.423.448 hectares; na safra de 1985, 1.992.838 hectares, e na de 1995/1996, 2.789.011 hectares. Entre as

culturas temporárias, o plantio da soja ocupou as seguintes proporções de áreas: 1978: 5.566 hectares; 1980: 70.431 hectares, 1985: 795.438 hectares, 1995: 2.322.825 hectares. Por esses dados, podemos observar que houve um acréscimo significativo nas incorporações de novas áreas para o plantio da soja em Mato Grosso e, portanto, um aquecimento nas frentes de trabalho. As principais cidades de Mato Grosso que se ocuparam desta atividade foram: Sorriso, Campo Verde, Diamantino, Sapezal, Primavera do Leste e Lucas do Rio Verde. De acordo com a definição usada pelo IBGE, as culturas temporárias “são de curta duração, via de regra, menos de um ano, e que necessitam de um novo plantio após a colheita” (CERUTTI, 2004, p. 148).

Nessa linha, avançando na análise, Porto-Gonçalves e Alentejano assinalam, em seu texto “A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos”, que o estado de Mato Grosso ocupa o primeiro lugar no *ranking* nacional sobre violência no campo, com base na “soma das quatro variáveis – assassinatos, famílias expulsas, prisões e famílias despejadas”. E asseveram:

Esse *ranking* deixa patente o dinamismo violento protagonizado pelo agronegócio. Mato Grosso [22,40] e Mato Grosso do Sul [16,68], que encabeçam este *ranking*, são os estados que utilizam as mais modernas tecnologias na produção deixando patente que a mais alta modernidade se constrói reproduzindo o mesmo recurso à violência de sempre. Mais do que de uma fronteira agrícola, estamos diante de um verdadeiro *front*, pois é uma verdadeira guerra contra os posseiros, os povos originários e quilombolas, que está sendo travada e que, como vimos, vem se agravando nos últimos anos (PORTO-GONÇALVES; ALENTEJANO, 2010, p. 113).

A avaliação desses índices possibilita a leitura de como as “cidades da colonização” se constituíram nos centros mais ativos do agronegócio, não apenas para o estado de Mato Grosso, mas para o país, que se torna um dos maiores exportadores do mundo.

Acontecimento que não pode ser reduzido a representações acerca “dos ciclos da economia” e a explicações causais sobre as quais se apoiam as percepções sociais acerca do necessário – tornado evidente – desenvolvimento econômico. Essa estratégia discursiva deve ser questionada e analisada historicamente, contemplando o estudo dos processos múltiplos que a constituíram e, dessa maneira, alcançaram a aprovação e o consentimento social e político. Nessa perspectiva, é preciso desconectar intempestivamente – no sentido nietzschiano – nosso olhar do brilho incandescente das luzes do progresso, e estabelecer a contrapelo o debate crítico e ético sobre os direitos sociais e os direitos humanos dos diversos grupos étnicos.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Mais além dos direitos do homem*. Disponível em: <http://claudioulpiano.org.br.s87743.gridserver.com/?p=4416#more-4416>. Acesso em: 10 jan. 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8; Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *O conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Getat: segurança nacional e o revigoramento do poder regional. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 24-41, 1981.

BARROZO João Carlos *et al.* (org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EDUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2008.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. 2. ed. Brasília: MDA, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERUTTI, Leandro G. *Deslocamento social e trabalho temporário: práticas e relatos de trabalhadores em Primavera do Leste, Mato Grosso*. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo: Brasil 2009*. Goiânia: CPT, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil*. 1990-2021. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 6 out. 2023.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997. v. 5.

ESTERCI, Neide. *Escravos da desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: Cedi: Koinonia, 1994.

FERREIRA, Marcia Milena Galdez. A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. *Outros Tempos*, São Luís, v. 13, n. 21, p. 84-107, 2016.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; PALMEIRA, Rafael Franca. *A escravidão na Amazônia: quatro décadas de depoimentos de fugitivos e libertos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2021.

FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 15-25, dez. 2012.

FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem (mesa-redonda em 20 de maio de 1978). In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 323-334. (Coleção Ditos & Escritos, IV).

FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades negras do Trombetas: história natureza e conflitos sociais. In: KETLLE, Wesley de Oliveira; NUNES, Francisvaldo Alves (org.). *Paisagens contam histórias*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2019. v. 1, p. 81-104.

FUNES, Eurípedes Antônio; RIOS, Kênia Sousa. História ambiental: desafio do tempo presente. In: REIS, Tiago Siqueira; SOUZA, Carla Monteiro de; OLIVEIRA, Monalisa Pavonne; LYRA JÚNIOR, Américo Alves de (org.). *Coleção história do tempo presente*. Roraima: UFRR, 2019. v. 1, p. 206-221.

GOMES, Angela Maria de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GOMES, Angela Maria de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *A justiça do trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização do Brasil contemporâneo*. Recife: Editora UFPE, 2022. E-book.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. *Revista de História da Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, p. 38-50, 2017.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia Brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa – Mato Grosso, Aparecida Barbosa da Silva. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 53-86, jan./jun. 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, v. 27, p. 49-69, 2003.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; JOANONI NETO, Vitale. Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: ditadura militar e empresários na Amazônia. In: NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saga Editora, 2018. p. 309-334.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz; PEREIRA, Airton dos Reis. História e acontecimento: imagens narrativas no relato oral de uma liderança dos trabalhadores rurais de Rondon do Pará. Dossiê. *Territórios & Fronteiras, on-line*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 90-108, jan./jul. 2019.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HÉBETTE, Jean. *O cerco está se fechando*. Petrópolis, RJ: Vozes; Belém: Naea-UFPA, 1991.

HÉBETTE, Jean. A colonização na Amazônia Brasileira: um modelo para uso interno. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 17, n. 3, p. 20-27, dez. 1987/mar. 1988.

IANNI, Octavio. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979a.

IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979b.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

JOANONI NETO, Vitale. Da histórica dominação sobre vidas prescindíveis: as muitas faces da violência sobre trabalhadores migrantes no nordeste de Mato Grosso do final do século XX. In: HARRES, Marluza Masques; JOANONI NETO, Vitale (org.). *História, terra e trabalho: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Cuiabá: EDUFMT, 2009. p. 110-128.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Amazônia, violência e tecnologias de poder: textos conjuntos*. Curitiba: Appris, 2023.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. O avesso da nação: recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século XX e século XXI. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 30, n. esp. 3, p. 484-506, 2020.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia: políticas governamentais, práticas de “colonização” e controle do território na ditadura militar (1964-85). *Anuario Iehs: Instituto de Estudos Histórico-Sociales*, Buenos Aires, v. 34, n. 1, p. 99-122, 2019.

JORNAL DA TARDE. *A fronteira, onde o tempo não conta*. 9 maio 1981a.

JORNAL DA TARDE. *Na fronteira agrícola, uma lição de progresso*. 4 maio 1981b.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-rio, 2006.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1985.

MARTINS, José de Souza. *A política do Brasil: lúmpen e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. Discurso do presidente da República na Reunião Extraordinária da Sudam (Manaus, 08/10/1970). *A Amazônia Brasileira em Foco*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-16, jan./jun. 1971.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *O jogo da verdade*. Brasília, DF: Departamento de Imprensa Nacional, out. 1970.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

NUNES, Paulo Giovani Antonino; PETIT, Pere; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Utopia e repressão: 1968 no Brasil*. Salvador: Saggá Editora, 2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997.

OLIVEIRA, João Mariano de. *A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o Caso Sinop*. 194 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

PÉLBART, Peter Pál. *Biopolítica e biopotência no coração do império*. 2002. Disponível em: https://desarquivo.org/sites/default/files/pelbart_peter_pal_biopolitica_biopotencia.pdf. Acesso em: 26 jan. 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PLASSAT, Xavier. Trabalho escravo: 25 anos de denúncia e fiscalização. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (coord.). *Conflitos no campo*: Brasil 2009. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 90-100.

PLASSAT, Xavier. Erradicação do trabalho escravo?: ficou para outra vez. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo*: Brasil 2005. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2006. p. 146-151.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (coord.). *Conflitos no campo*: Brasil 2009. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 109-118.

SAKAMOTO, Leonardo (org.). *Escravidão contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2020.

SANT'ANA, Daniela Alves Braga. *Alianças multifacetadas: colonização de Juara, discursos, práticas culturais e memórias (1971-2008)*. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos*. Um estudo sobre a colonização. Cuiabá: EDUFMT, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, ago. 2000, Bogotá, Colômbia. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. Acesso em: jun. 2014.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos – exclusão e luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

CAPÍTULO VII

Os espaços múltiplos da memória

Narrativa, história – Amazônia
(norte de Mato grosso)

Tecer caminhos

Fazer história é antes de tudo realizar escolhas: selecionar documentos, instituir problemáticas, experimentar possibilidades de escrita em que o texto se apresente “como um tecido de palavras, imagens e significados” (CALVINO, 1993, p. 251). A escrita como construção historiográfica é a base do ofício do historiador, praticada nas diversas fases de seu trabalho. No âmbito da prática historiográfica atual procura-se romper, por um lado, com as barreiras criadas por certos critérios de cientificidade, que defendem a primazia do documento escrito em detrimento de outras produções documentais (FRANCO; IVOVICH, 2022); por outro, com a concepção de que a produção do conhecimento histórico prescinde de uma estrutura narrativa, em razão da premissa de que, para ser ciência ou ter um estatuto científico, a história deveria funcionar segundo leis, cifras, série de números controladas por meios técnicos (LE GOFF, 1990). As figuras de

linguagem e os procedimentos próprios da narração são constituintes da inteligibilidade do texto escrito, eles produzem novos significados semânticos ao reunir múltiplos eventos passados, reconfigurados na tessitura da trama.¹²²

A emergência dos novos temas e novos modos de escrita da história, enfatizando-se sua dimensão narrativa, trouxe estratégias de abordagens bastante inovadoras, que valorizam determinados registros antes considerados de menor importância ou que apenas serviam para complementar os registros escritos. Podemos citar, entre eles, os relatos orais, as imagens visuais, como as fotografias, e a literatura de cordel. Um dos aspectos mais relevantes, nessa perspectiva, é o foco na experiência dos agentes sociais, destacando-se as trajetórias individuais e coletivas – imersas em contextos múltiplos e variáveis. Do ponto de vista da micro-história, os agentes sociais são observados em um universo complexo de negociações e apropriações culturais em todos os níveis sociais, como sugerem diversos autores que trilham os caminhos dessa metodologia (LEVI, 2000; REVEL, 1998).

Assim, determinadas críticas às abordagens macro-históricas são significativas para refletir sobre outras possibilidades de análise. Diversos estudos sobre a Amazônia debatem o sistema capitalista globalizado ou o poder da economia mundial; a lógica do mercado enquadra e transforma as arquiteturas econômica, social e política da região. Embora contribuam para problematizar o mundo econômico e político, a configuração social pode ser vista ou analisada de ângulos diferenciados, observando as iniciativas de resistência e as ações dos agentes sociais em um universo micro-político. São múltiplas as apropriações e práticas culturais das

122 O destaque a essa questão ganha maior relevo nas análises críticas desenvolvidas por Paul Ricoeur (2012, p. 151-379) em *Tempo e narrativa* e em seu livro *História, memória e esquecimento* (2007). Ver também o belo texto de Judith Butler (2017), “Para pensar o presente, Primo Levi”.

diversas comunidades e dos diversos grupos étnicos, as quais terão poder para gerar ações inesperadas.

Neste texto reflito sobre os relatos orais de trabalhadores pobres que, nas últimas décadas do século xx, ocuparam territórios da Amazônia e cujas narrativas versam sobre histórias da violência, reveladoras de estratégias e táticas de sobrevivência inusitadas. Abordo as práticas de violência que se entrelaçam às práticas de espaço, transformadoras dos ambientes que passam a ser habitados, construindo povoados e, logo depois, cidades.

Do ponto de vista historiográfico, certos aspectos constituem fios condutores para análises sobre as práticas sociais que oferecem indícios da ocupação e da reterritorialização dos espaços amazônicos. As investigações interrogam as relações entre a memória e as práticas, buscando perceber nas histórias vividas em tempos e espaços entrelaçados as experiências sociais como resultado do que fazem os agentes sociais. Ademais, procuram entender as estratégias de combate pelo direito a estabelecer-se e construir moradias que passam a ser o ponto nodal das disputas pela terra.

As experiências dos deslocamentos geográficos são engendradas no fenômeno que é descrito, de forma homogênea, como “migratório”, incentivado pelas políticas governamentais que dirigem e controlam a “distribuição” dos espaços de ocupação recente na Amazônia. Contudo, são os grandes empreendimentos agropecuários e industriais que se apropriam de expressivas extensões de terra. Processo de ocupação que contou com as políticas agrárias do Estado e afetou, sobretudo, os povos indígenas. As terras indígenas, no nordeste do estado de Mato Grosso, foram particularmente atingidas: os povos Tapirapé, Karajá, Caiapó e Xavante (DELGADO; JOANONI NETO; IORIS, 2022; DELGADO, 2022), além das comunidades de posseiros.

Nesse cenário social, os deslocamentos de trabalhadores rurais para essas áreas em Mato Grosso (parte norte e nordeste) se

defrontam com problemas de ocupação do espaço que eles mesmos não compreendem, ou também passam a fazer parte de um jogo de interesses econômicos. Vivenciam de imediato um contexto de conflito étnico e social, a contar ainda com as comunidades de posseiros. Assim, os relatos dos trabalhadores são muito reveladores das situações vivenciadas pelos deslocamentos de grupos sociais no quadro das “migrações”.

A grande área conhecida como “região do Araguaia”, nordeste do estado, que já era de domínio de grandes empresas agropecuárias, passará também pelas experiências da colonização privada, chamada para a ida de trabalhadores e trabalhadoras que não possuíam terra e seguiam para o Norte do país à procura de terra e trabalho. Cidades hoje como Confresa, Vila Rica, ao longo da BR-158, e a localidade de Santa Galo, entre outras áreas, situadas no nordeste do estado, acabaram resultando em pontos estratégicos de grandes conflitos – muitas vezes armados – nas disputas pela terra. O passado e o presente, nessa configuração, aparecem tecidos nas urdiduras das memórias.

A proposta que sustento ressalta a importância das experiências miúdas e cotidianas, centradas em iniciativas individuais e coletivas (compreendendo a instância do individual como social), que ocorrem em situações variadas. As práticas sociais e culturais aparecem então relacionadas com as estratégias, as negociações e as disputas entre os diversos segmentos sociais. Isto é, os grupos sociais sem a posse da terra e quaisquer bens econômicos, porém detentores de sua força de trabalho, enfrentam os grandes proprietários e, com frequência, a polícia do estado. O enfrentamento propicia alianças com outros setores, como a Igreja Católica e os sindicatos, que incentivam a procura do Ministério Público, em um complexo movimento tático, sinuosamente construído no contrapasso dos adversários. Esse quadro social é fundamental para o entendimento da força política dos movimentos sociais.

Diante dessa compreensão, é necessário estabelecer a crítica às análises sobre os conflitos no território amazônico que deram uma importância exorbitante ao jogo das estruturas e ao modelo de produção capitalista, centrado no modelo de crescimento e expansão econômica. Essas abordagens privilegiam processos sociais maciços e o uso de documentos que pouco atentam para as especificidades históricas, assim como para a metodologia da análise documental (JOANONI NETO; GUIMARÃES NETO, 2023). Mesmo dando relevância às diversas categorias de trabalhadores rurais, relacionando-as às áreas produtoras do agronegócio (pecuária, lavoura e indústria) e de mineração, ainda assim, essas análises deduzem e compreendem os conflitos e as resistências como submetidos a uma forte lógica mecanicista do operar social pelos poderes econômicos.

Não quero com isso propugnar uma liberdade de ação dos atores, desconsiderando as regras normativas a que se encontram submetidos. Pelo contrário, tendo em vista esse universo poliédrico – território amazônico –, as histórias narradas, ao transitarem pelas experiências dos personagens e grupos focalizados, levando em conta os fragmentos de relatos orais e escritos, tornam-se indicadoras de comportamentos e atitudes de homens e mulheres. Eles partilham suas escolhas no imbricado jogo das redes sociais e aparecem estabelecendo negociações que direcionam suas vidas, sem que isso implique necessariamente uma ruptura com os sistemas normativos mais gerais.

A prática historiográfica postulada, nesse aspecto, não rejeita a análise do conjunto da sociedade, mas interessa-se pela situação vivida pelos agentes sociais, identificando as estratégias e táticas utilizadas, as imagens e os símbolos que acionam consciente ou inconscientemente (REVEL, 1998, p. 15-38). Essa abordagem visa recuperar variáveis sociais e culturais mais complexas, agregando às investigações muitos fatores, acontecimentos, situações vivenciadas,

desafios e enfrentamentos. Segundo Jacques Revel, ao introduzir as reflexões sobre a micro-história:

[...] a escolha do individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998, p. 21).

As práticas de pesquisa adotadas pelos historiadores e historiadoras do que se pode denominar, com várias reservas, de micro-história, em razão da multiplicidade de procedimentos, trazem vários exemplos que contribuem para focarmos de maneira mais precisa e específica as experiências sociais. Até mesmo a variação das escalas de observação, que nos auxilia a avaliar práticas e ações sociais e nos aproxima de universos micropolíticos. Aqui consideramos os procedimentos metodológicos adotados por Giovanni Levi, que, posicionando-se contrário a determinados modos de explicação por demais abstratos, toma uma situação particular para averiguar as interações entre indivíduos, famílias e comunidades, tipos de negociações e as relações delas com o poder estatal, relevando os aspectos mais diversificados da experiência social (LEVI, 2000). Já Carlo Ginzburg (1989), ao traçar o paradigma indiciário – e focalizar situações excepcionais, que colocam o historiador na trilha do investigador policial –, acaba por dialogar com as estruturas quase invisíveis. De outro modo, as análises que priorizam as determinações mais gerais ou as estruturas totalizantes perderiam a riqueza que a complexidade das tramas e personagens oferece. Assim, as abordagens mais circunscritas aos recortes específicos dos objetos em questão não desconsideram relevar as condições históricas mais gerais, em que se encontram homens e mulheres que compartilham uma dada experiência social, e as situações em que discursos e comportamentos adquirem significados (FRANCO; LVOVICH, 2022). Diante disso, a

advertência de Jacques Le Goff, situada em um campo de reflexões que se direciona para outras perspectivas historiográficas, torna-se muito significativa e bastante atual:

Não se trata de modo algum de *explicar* o fenômeno em questão *através* destas condições históricas, de invocar uma causalidade histórica pura, e nisto deve consistir a modéstia da atuação histórica. Mas também esta atuação pretende recusar a validade de qualquer explicação e de toda prática que negligenciasse estas condições históricas (LE GOFF, 1984, p. 244).

Apenas para complementar esse quadro de reflexões, posso dizer que, além da compreensão das condições históricas, situada na indicação de Le Goff, há também que se considerar o lugar social da produção do texto, o qual orienta e conduz os passos dos pesquisadores. Os historiadores, dessa forma, tendem a buscar, com mais rigor, os indícios e os legados interiorizados (CHARTIER, 1990), bem como as reflexões que levam a considerar as matrizes de discursos e de práticas sociais (CERTEAU, 1982). Assim, diante dos problemas levantados pela diversidade da documentação e das questões propostas, entende-se que os procedimentos metodológicos que orientam a produção dos objetos históricos, utilizando os mais diversos documentos, tornam necessárias determinadas escolhas. Atividade crítica diante da multiplicidade de caminhos, que explicitam as regras próprias do fazer historiográfico.

O interesse, nesse sentido, é dar maior relevância às narrativas de espaço que assinalam práticas culturais no tempo, constitutivas das configurações urbanas, como também aquelas que descrevem conflitos e apontam os lugares de combate e resistência, no território da cidade ou da zona de ocupação. Desse modo, torna-se possível analisar as memórias relacionadas com os espaços habitados, demarcados num intenso processo de reterritorialização; e, ainda, compor uma cartografia da experiência social que se delineia num desenho

vivo e se expande na linguagem daqueles que se transformam nos agentes sociais mais significativos da Amazônia (GUIMARÃES NETO, 2022; JOANONI NETO, 2007).

Territórios e histórias entrelaçadas: Vila Rica e Confresa

Estudar as cidades que resultaram das políticas governamentais que visavam a “distribuição de terras” (loteamento de terras), associadas às estratégias de controle e ocupação do espaço amazônico nas últimas décadas do século xx, é como estar diante de um tabuleiro desenhado com mil cores e formas (JOANONI NETO; GUIMARAES NETO, 2023). Cada pequena parte tem suas histórias e memórias, assim como suas territorialidades configuradas e em constante transformação. Prioriza-se analisar o que se constitui como memória do passado, informando as percepções do presente e do futuro. No centro dessas percepções, encontram-se as histórias entrelaçadas de combate pela posse da terra, em que agricultores e outros segmentos de trabalhadores pobres enfrentam o poderio de grandes empresas agropecuárias. Empresas que se apropriaram da maior parte das terras disponíveis e as transformaram em grandes fazendas, com extensas áreas desmatadas, e empreenderam o cultivo da soja, do algodão, do milho e da cana para a produção do álcool. Além disso, apropriaram-se das áreas destinadas à pecuária, à mineração e à exploração da madeira (COY; BARROZO; SOUZA, 2020).

São terras de moradores que guardam a violência em sua memória ou, mais propriamente, a violação dos direitos do trabalhador, carente do estatuto de cidadania, constituindo um território marcado por altos índices de trabalho degradante e trabalho escravo. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, estudando os mecanismos de formação e as estratégias montadas para o estabelecimento dos projetos agropecuários em Mato Grosso, afirma: “Com a chegada dos grandes fazendeiros do Centro-Sul, a partir da década

de 60, e com as políticas públicas da Sudam, a região se tornou um verdadeiro ‘barril de pólvora’, com a presença de inúmeros conflitos entre índios, posseiros e os grileiros de terras” (OLIVEIRA, 1997, p. 213).

Nesse cenário é que Mato Grosso, na sua parte norte, por meio de políticas governamentais (federais e estaduais) que incentivam a ocupação dirigida (loteando as terras) com os projetos de colonização da iniciativa privada, terá forte atuação das empresas colonizadoras do país com alta demanda de mão de obra (JOANONI NETO, 2007; GUIMARÃES NETO, 2022; 2017). Essas empresas, que se apropriam também das terras indígenas e de terras de camponeses, incorporam grandes extensões de terras às áreas originalmente adquiridas “legalmente” do governo federal. O campo do “legalmente constituído” pode ser desmontado quando se investigam e vêm à tona as pressões políticas, os compadrios e as alianças entre empresários e políticos, tanto no nível estadual quanto nacional. Da mesma forma, a prática nas operações de “compra” das terras, com pagamentos realizados com valores irrisórios em licitações viciadas, apoia-se nos corruptos departamentos de terras, nas fraudes em cartórios, nas compras de documentos, nas grilagens e em tantas outras práticas ilícitas (MORENO, 2007).

As pequenas cidades e povoados, originários dos projetos destinados à colonização, distribuídos espacialmente ao longo das grandes rodovias federais, como a BR-163 e a BR-158 (que ligam o Centro-Sul ao Norte do Brasil, ver figura 2), são exemplares na expansão dos diversos negócios comandados por empresários e grandes fazendeiros (TORRES, 2005). Além das atividades agrícolas, agroindustriais e da pecuária, envolveram-se, ainda, com a exploração da madeira e da mineração. Os pequenos núcleos de colonização (logo depois, urbanos) atraíram um grande grupo de migrantes e acabaram apresentando os maiores índices de crescimento populacional no estado de Mato Grosso. Dessas áreas, a partir dos deslocamentos

migratórios, surgiram vilas, assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), acampamentos de “sem-terras”, entre tantas outras formas de ocupação não indígena. Na configuração desse território das grandes mineradoras, madeireiras, agroindústrias, agropecuárias envolvidas com o agronegócio, muitas vezes, praticava-se – e pratica-se – o “trabalho escravo”. As propriedades rurais, sobretudo com o corte da cana-de-açúcar e os desmatamentos, eram e são alvo de constantes denúncias sobre a existência de trabalho escravo, como denunciam a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e várias entidades governamentais e não governamentais, como o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essas entidades promovem ações para libertar os trabalhadores e exigir os direitos trabalhistas, assim como fazem denúncias na imprensa.

As disputas pela posse da terra na parte nordeste de Mato Grosso, que abrange o espaço geográfico do grande rio Araguaia – “região do Araguaia”, como é conhecida –, encontram-se registradas nos relatos de lavradores, posseiros e demais trabalhadores sem a posse da terra, como também pelos povos indígenas.¹²³ Na mesma trilha, a Prelazia de São Félix do Araguaia, salientando-se a figura combativa do bispo católico Pedro Casaldáliga,¹²⁴ tem a sua história forjada nessa luta.

123 Ver a história dessa região do Araguaia no trabalho de Soares (2004).

124 O Arquivo da Prelazia de São Félix guarda documentos preciosos acerca da luta pela terra na “região do Araguaia” e de inúmeras denúncias de “trabalho escravo”, bem como acerca da importância de Pedro Casaldáliga e de outros padres que com ele diretamente se envolveram na defesa dos direitos dos povoados, das terras e direitos indígenas, das comunidades de posseiros e, em especial, das pessoas que sofriam diretamente a arbitrariedade de poderosos grupos de proprietários armados. O jornal *Alvorada*, da prelazia, continua a prestar importantes informações sobre a luta pela defesa dos direitos humanos e a atualizar uma memória histórica da violência. Consultar o importante livro de Antônio Canuto (2019), *Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense*.

Dois projetos de colonização privada, aprovados pelo Incra no final da década de 1970, destacaram-se neste território: o de Vila Rica e o de Confresa.¹²⁵ Núcleos que tiveram as suas áreas de loteamento planejadas para receberem colonos do Sul do Brasil influenciados pelas propagandas, que apresentavam essas terras com a promessa da “terra da fartura”, com inúmeras possibilidades de trabalho e de progresso. Além disso, os agricultores do Sul, ao migrarem, foram nomeados de colonos e anunciados como os “novos bandeirantes” – homens e mulheres que estariam participando da construção de um “Brasil grande” –, recurso imagético muito utilizado pelo regime militar.

As propagandas que valorizavam a “saga dos colonos” constituíram-se em importante estratégia do governo e das empresas, empenhadas em produzir uma imagem positiva desse grande movimento de trabalhadores em direção às áreas de colonização na Amazônia (OLIVEIRA, 1997; BARROZO *et al.*, 2008; JOANONI NETO, 2007; LIMA, 2016; GUIMARÃES NETO, 2022).

O núcleo de colonização de Vila Rica foi aprovado pelo Incra em finais da década de 1970, em razão de uma subdivisão entre os sócios de uma grande agropecuária, denominada Serviços Auxiliares de Agropecuária (Servap), de Minas Gerais, que, como tal, já havia sido contemplada com os incentivos financeiros da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Depois, quando parte da agropecuária se transforma na Colonizadora Vila Rica Ltda, passa a receber novos financiamentos do governo para fazer o loteamento de terras, tendo em vista o projeto de colonização, apresentando-se como um negócio muito rentável (superposição de projetos/financiamentos). Nesse sentido, o que antes era área para o gado passou a ser direcionado para a venda de terras aos pequenos proprietários

125 Devem-se citar, ainda, os projetos de colonização de Canarana e Água Boa que foram executados pelo grupo de Norberto Schwantes com agricultores/colonos de Tenente Portela (RS).

empobrecidos do Sul. Os relatos dos colonos que vivenciaram a experiência dos primeiros tempos do projeto de colonização são reveladores de uma memória marcada pela paisagem dos espaços cobertos pelo capim colônia, imensas áreas de pastagens.



Figura 4. Propaganda do “Projeto de Colonização Vila Rica – MT”¹²⁶

Fonte: Acervo da autora.

¹²⁶ O projeto, hoje a cidade de Vila Rica, localiza-se ao longo da BR-158 em Mato Grosso (essa rodovia atravessa o Brasil de Norte a Sul). A cidade de Confresa, originária do projeto de Colonização de mesmo nome, situa-se muito perto de Vila Rica.

Os agricultores/colonos, ao chegarem a essas áreas, descobriam que tudo estava por construir, desde as estradas no meio da floresta até os equipamentos sociais para uma vida coletiva. A sede da escola é emblemática nesse sentido, pois apresenta uma arquitetura ímpar e que conta um pouco dessa história: foi erguida sobre o antigo – e ainda muito recente – espaço do curral para o gado da fazenda. Os relatos orais de pessoas que participaram da abertura da área para ocuparem os lotes vendidos a título de colonização atestam a precariedade absoluta das condições de habitabilidade. As pessoas não tinham acesso sequer aos seus lotes, tendo tudo que ser construído pelas famílias, sobretudo os homens. Muitos irão falecer na derrubada da floresta (o manejo da motosserra sem nenhuma experiência), tornando-se uma das memórias mais marcantes para as famílias nesse período. As famílias, ao chegarem das cidades onde moravam no Sul, mas também do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, após longas viagens em cima de caminhões, eram deixadas no centro dos núcleos dos projetos, cercados pela floresta. Para se protegerem da chuva e do sol, espalhavam uma lona de encerrado sobre alguns troncos de árvores; quando conseguiam abrir espaços para construir os primeiros barracos, tinham que armar estratégias de proteção contra animais selvagens, como a onça e o porco-espinho.¹²⁷

A “terra ocupada” e os conflitos armados: narrativas exemplares

Uma investigação mais detalhada dos confrontos armados é paradigmática dos conflitos nessa parte do estado de Mato Grosso (LIMA, 2016; ARAÚJO, 2013). A cidade de Confresa é singular. A empresa

127 Consultar os trabalhos de monografias de final de curso dos alunos de história (que também foram personagens dessas histórias), Projeto Parceladas da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat), nos arquivos das sedes Confresa e Luciara.

Colonizadora Frenosa Sapeva (Confresa), formada com base em três grandes agropecuárias (Codeara, Frenova e Sapeva), criou o projeto Tapiraguaia (uma junção dos nomes do povo indígena Tapirapé e do rio Araguaia), planejado também para acolher os colonos do Sul. Essa área, que resultou na criação da cidade de Confresa, configurava um território de passagem e de entrecruzamento de diversas categorias de trabalhadores: posseiros já estabelecidos na região do Araguaia, desde as primeiras décadas do século xx, bem como trabalhadores rurais sem-terra que haviam se deslocado de várias partes do Brasil em busca de terra e trabalho. Eram homens e mulheres que acompanhavam os anúncios das empresas e notícias diversas (de uma rede de familiares e conhecidos, mas também de jornais), acerca das diversas frentes de trabalho, nos setores da mineração e da exploração da madeira, nas fazendas agropecuárias e agroindústrias (como a Destilaria Gameleira), ou, ainda, para as áreas de colonização. No que tange à Destilaria Gameleira, situada próximo ao núcleo urbano de Confresa, essa empresa foi responsável por deslocar um número grande de trabalhadores do Nordeste, particularmente do Maranhão, contratados para o corte da cana-de-açúcar.

É necessário enfatizar que esse território do Araguaia, onde se localiza Confresa, se encontrava sob a influência e o domínio das grandes fazendas agropecuárias, como Codeara, Porto Velho, Tapirapé, Piraguaçu, Frenova, Sapeva, Agroselva. Para melhor investigar as relações de poder instauradas nesse espaço, analisar o controle sobre a vida e o destino dos trabalhadores e avaliar o poder de mando das grandes fazendas – em aliança com o Estado, na década de 1970 –, devemos compreender as práticas e os modos de agir característicos dos grupos empresariais envolvidos. O caso da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (Codeara), de propriedade do grupo Banco de Crédito Nacional (BCN), é muito esclarecedor (ESTERCI, 1987).

Essa fazenda reivindicava o direito de propriedade de uma área de 200 mil hectares ao norte do rio Tapirapé, na região do Araguaia, que incluía até mesmo o povoado de Santa Teresinha, fundado ainda na década de 1920 (depois elevado a condição de município, na década de 1980, onde se situavam as terras de Confresa). Diante da disputa pela terra que se estabeleceu com posseiros e moradores de Santa Teresinha, foi criado um clima de terror no povoado e o conflito foi instalado (SOUZA, 2002). A polícia, o governo do estado e os pistoleiros da empresa invadiram o povoado e os posseiros reagiram; muitos foram presos, destacando-se a figura do padre Jentel, que, mais tarde, foi expulso do Brasil, em 1975 (ARAÚJO, 2013; MARTINS, 1979). A luta dos posseiros continuou, até que foi desapropriada uma pequena área para a criação do distrito, ao mesmo tempo que o poder público se viu forçado a conceder mais uma extensão de terra a 120 posseiros (titulados com 100 ha). Nesse espaço do conflito é que outras agropecuárias também atuaram.

Assim é que a Agropecuária Nova Amazônia s/A (Frenova) encenou novos conflitos, agora no povoado de Porto Alegre do Norte (que hoje faz divisa com o município de Confresa). A Frenova estava interessada em assenhorear-se rapidamente das terras, como eles anunciavam, “limpando a área”, uma expressão que se referia às pessoas indesejáveis (e aos indígenas também). De fato, o objetivo era desalojar os posseiros e outros trabalhadores rurais que já se encontravam naquele espaço. Para isso, chegou a dividir o povoado de Porto Alegre do Norte ao meio com arames farpados (LIMA, 2002); uma parte para ela, Frenova, e outra para a empresa Sapeva. Após longas disputas, resistências e mortes, além do abandono da posse por parte de muitos posseiros, que foram embora, desalojados de suas terras, Porto Alegre do Norte teve sua emancipação efetuada em 1986.

Nesse território de acirrada disputa pela terra é que a empresa Confresa implantou seu projeto de colonização. Contudo, a empresa

estava envolvida em diversas falcatruas com a aquisição de terras e a revenda de áreas já ocupadas. Cobrava valores diferentes dos acordados, subia cada vez mais o preço e não atendia às necessidades básicas dos agricultores-colonos. Assim, a empresa viu as terras, das quais dizia ser proprietária, acabarem paulatinamente conquistadas e ocupadas por posseiros, pequenos proprietários e trabalhadores diversos:

Foi indo, foi indo, até que inventaram fazer uma invasão. A mata que era reserva foi toda para o beleléu, aqui tinha gente de todos os lugares, deu gente de todo jeito, até o próprio gaúcho invadiu lote. Teve um velho que invadiu uma quadra inteira, cercou e depois invadiram a quadra dele também (Entrevista com o senhor V. C. C., que preferiu não ser identificado, em Confresa, 04/01/2001).

O certo é que a empresa, ao cobrar um alto valor pela terra, tornando o preço inacessível para lavradores, posseiros e outras categorias de trabalhadores, criou uma situação insustentável para os ocupantes, já que eles se haviam deslocado de outras partes do país para adquirirem lotes em áreas de colonização e/ou muitos deles tinham perdido suas terras, seja com endividamentos com os bancos credores, seja porque expulsos da terra. O movimento migratório nos anos finais da década de 1970 e por toda a década de 1980, avançando pelos anos 1990, foi intenso. Particularmente de pessoas e grupos que já se encontravam em território de Mato Grosso e estados vizinhos, como Pará, Tocantins e Goiás, seguindo os caminhos abertos pelas rodovias federais. Mas, sobretudo, deve-se considerar a tradição de luta e combate dos posseiros e outras categorias de trabalhadores rurais e urbanos sem-terra nesse território do Araguaia (ARAÚJO, 2013). Apreende-se, de fato, uma aprendizagem de enfrentamento, práticas na ordem da luta, matando e morrendo, inventando estratégias de combate contra as poderosas fazendas e levando com astúcia a sua resistência e poder pelo seu

direito à terra. Nesse sentido, a força da Prelazia de São Félix do Araguaia foi fundamental, denunciando, procurando meios legais e sustentando com as comunidades o direito de se estabelecerem na terra (CASALDÁLIGA, 1971; CANUTO, 2019). Houve toda uma educação envolvida com as práticas de mutirões, a construção de espaços para escolas, atividades agrícolas conjuntas, entre outras iniciativas.

O conflituoso processo de reterritorialização e construção desses espaços, marcados pela intensa movimentação de trabalhadores rurais e urbanos, resultou no crescimento de inúmeras cidades em Mato Grosso. Considerando as duas últimas décadas do século xx, foram criados em Mato Grosso mais de 100 municípios novos (IBGE). Pelos dados do IBGE, Confresa e Vila Rica apresentam, nos dias de hoje, uma população com mais de 20 mil habitantes. Contudo, sob o manto do alardeado progresso, há sangue, tortura, trabalho escravo e muita pressão dos grupos sociais pelo acesso à terra. Desse modo, a área coberta pelo Araguaia viu crescer vários projetos de assentamento (LIMA, 2016) em que, ao ler os relatórios do Incra acerca das informações que constam nos projetos, aparecem claramente palavras que expressam a prioridade à desapropriação das áreas que apresentam grandes conflitos com assassinatos.

Confresa é um dos municípios de Mato Grosso que hoje possui uma das mais altas concentrações de comunidades oriundas de projetos de assentamentos de reforma agrária, regularizados pelo Incra, obedecendo às políticas nacionais implantadas em meados da década de 1980. Os assentamentos existentes enquadram-se no âmbito das políticas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que orientaram o Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA/Mato Grosso), em meados da década de 1980, e tiveram como objetivo controlar o quadro de tensão social e violência no campo, envolvendo posseiros, parceiros e diversos tipos de trabalhadores temporários do campo, além de outras categorias sociais (FERREIRA; FERNÁNDEZ; SILVA, 1999).

Contudo, cabe salientar que as áreas/polos de assentamento não só no município de Confresa, mas em Mato Grosso, particularmente em toda a parte norte do estado, foram resultado de pressões sociais, antes de se pensar em qualquer proposta política de reforma agrária. Haja vista os graves conflitos por terra nesse estado, muitos deles armados. Segundo Ferreira, Fernández e Silva (1999, p. 218), pode-se dizer que

[...] este número de assentados e assentamentos é uma resposta política dos governos estadual e federal às investidas dos movimentos de trabalhadores rurais sem terra e às lutas localizadas dos movimentos autônomos pela terra que, em Mato Grosso especificamente, multiplicam-se através de acampamentos rurais.

No jornal *Alvorada*, da Prelazia de São Félix do Araguaia, anunciando as mudanças e o crescimento da região do Norte-Araguaia, destaca-se o que chamam de “o atual mapa da região”, com o seguinte registro:

O regional Confresa é uma das áreas que mais cresceu [...] Há uma cidade, Confresa, 8 vilas (São José do Fontoura, 3 Flechas, Pé de Caju, Jacaré Valente, Novo Planalto, Canta Galo, Belo Horizonte, Lumiar), 33 comunidades rurais, 1 indústria, “a destilaria Gameleira”, que se encontra na chamada lista suja do Ministério do Trabalho, por ter nela trabalhadores em situação análoga à escravidão; uma fazenda “Bridão Brasileiro” que está em conflito pela disputa pela posse da terra, tendo parado o processo administrativo de desapropriação, e a área indígena Urubu Branco, do povo Tapirapé (CANUTO, 2006, p. 12).

Com base nessas informações, pode-se ter uma noção aproximada da complexidade desse território: a diversidade étnica e cultural, os enfrentamentos políticos pelo acesso e o direito à terra, a existência de práticas de trabalho escravo, entre os traços mais

importantes. As oito vilas assinaladas pelo jornal *Alvorada* foram resultantes dos Projetos de Assentamentos, conhecidos como PAS. Num espaço onde predominavam violentos confrontos, essas áreas foram disputadas pelos trabalhadores pela posse da terra com pistoleiros ou jagunços que guardavam as grandes propriedades, sobretudo as agropecuárias (CANUTO, 2019). A história desse combate pela terra pode ser vislumbrada em diversos acontecimentos. O de Santa Galo, localizado à margem da BR-158, é exemplar.

Canta Galo: linhas de convergência, linhas de fuga

A ocupação da área que viria a constituir o PA Santa Galo foi iniciada nos últimos anos da década de 1980 por lavradores e demais trabalhadores que não possuíam terra, provenientes do Pará, Tocantins, Rondônia e do próprio estado de Mato Grosso (atestando um deslocamento constante no espaço amazônico), mas também de outras partes do Brasil, como Minas Gerais e estados do Nordeste. As terras eram consideradas de propriedade de José Carlos Pires Carneiro, Silvana Carraro Carneiro, José Carlos Augusto Leite Medeiros, proprietário dos cartórios Medeiros de São Paulo, e Maria Lucia Medeiros (ligados ao grupo das fazendas que originaram Confresa). Contudo, os espaços territoriais de Confresa e áreas adjacentes foram sendo ocupados, com as pessoas tomando posse, conquistando e demarcando seus lotes, “fazendo outros mapas, mudando o rumo da cidade”, conforme narravam. Quase todos os projetos de assentamento “região do Araguaia” resultaram de ocupações dos pequenos agricultores e outros segmentos que não tinham terra. Sobre tudo em Confresa, o Incra fez um processo de reconhecimento de uma situação de fato – legalizando e oficializando os assentamentos.

O senhor Alderino Alves Pereira foi um dos que buscaram terra na área que se tornou o PA Santa Galo. Indagado sobre as razões que o levaram a ocupar terra na área em disputa, respondeu: “A

necessidade da gente possuir uma terra, fazer um plantio, ter coisas pra comer, fartura na casa e lutar pela vida, né? [...] Quando escutava algum barulho de carro nós entrava na moita, com medo dos pistoleiros”.¹²⁸

Esse tempo difícil e tenso é relatado pelo senhor Messias Pereira Fernandes, marcando o período da ocupação: “Cada dia que passava, mais intensa a perseguição ficava, a proprietária botou três pistoleiros para olhar a terra, todo dia vinha da Frenova e passava aqui, olhando a terra, botou gente pra andar de pé com a changa nas costas”.

Vários relatos explicitam como a experiência da ocupação se tornava perigosa, dando conta dos propósitos declarados dos proprietários, como indica Sebastião do Véu: “Aí entrou a polícia com os pistoleiros e tirou todo mundo daqui”. Osvaldo Pires complementa: “Uai, ela – uma das proprietárias – botou a polícia para nos tirar daqui, e nós saía e fomos despejados em Porto Alegre, largaram nós no meio da rua”.

Alderino Alves ainda relata um dos momentos mais difíceis em que se encontrou sob a ameaça dos pistoleiros: “Eram quatro pistoleiros, mas nós estava com 16 meninos, com a mulher e 16 meninos. O pistoleiro veio onde eu estava arrumando os trem, engatilhou a carabina em mim e disse: – arruma ligeiro! Eu disse: – não meu amigo, não é do jeito que você está pensando!”.

Esses poucos registros são fragmentos muito significativos, por um lado, das práticas dos fazendeiros para “limpar a área”, como diziam, e, por outro, da forma como os posseiros enfrentavam a

128 As entrevistas citadas, que relatam acerca da ocupação do Projeto de Assentamento Canta Galo e os conflitos decorrentes, foram realizadas por Marcos Ramos França, no período de abril a julho de 2004, para sua monografia como trabalho final do curso de história, sob minha orientação, no *campus* avançado de Confresa, Projeto Parceladas da Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (Unemat).

situação que se apresentava a eles. O fato de o senhor Alderino se encontrar rodeado de crianças e mulheres denota uma tática muito utilizada por eles, não para serem expulsos, mas efetivamente para evitarem os assassinatos. Há um jogo de corpo e de linguagem que sinaliza os enfrentamentos. Driblar o mais forte requeria aprendizagem no âmbito das ocasiões decisivas da luta, inventando novas e diferenciadas práticas.

É nesse campo, não se deixando abater pelas investidas do adversário, que os posseiros se organizavam em surdina, multiplicando as ações, planejando emboscadas, armando trincheiras e, sobretudo, invertendo a força do outro, transformando-a em alvo a atingir. É assim que o senhor José Vasconcelos anuncia como foi armado o plano para realizarem uma emboscada decisiva: “Fizeram uma reunião e colocaram o Ari Ventinha como ‘isca’”. Sebastião do Vêu explica melhor: “Uns ficam entrincheirado aqui e os outros vai pra lá e funciona a motosserra, do jeito que os pistoleiros chegam e vejam. Quando foi cedinho, os pistoleiros pararam a Toyota, lá escutou o barulho da motosserra, foi só descendo da Toyota e o fogo comendo...”.

Nesse episódio, morreram dois pistoleiros, um deles no hospital de Porto Alegre do Norte e outro, como aponta Marcos Ramos França, “apareceu morto embaixo de um pé de murici”; e ainda mais, a Toyota foi encontrada queimada. Essa vitória dos posseiros foi alardeada pelos quatro cantos do Araguaia, porque também reforçava outras ações de tocaia, emboscadas e confronto armado nos diversos núcleos de assentamentos. Quando a polícia passou a investigar o crime, os posseiros surpreenderam ainda mais: “Então, os que fizeram o conflito não eram os mesmos daqui, eles deixaram os de fora virem e fazerem a ‘coisa’ e vazaram para não complicar os daqui. Às vezes tem muitos que fala foi fulano, foi cicrano, mas isto aí é jogo” (Osvaldo Pires).

Ninguém se mostrou responsável, ninguém soube dizer o nome dos envolvidos, ninguém esteve presente. O crime se tornava, na

arte da linguagem, anônimo. O senhor Osvaldo Pires detalha a operação: “Ajuntava a parceria de uma área com a outra área e, se caso o conflito era aqui, no PA Canta Galo, às vezes vinha a turma do PA Jacaré Valente, lá também estava em conflito, e outras áreas também vinham para ajudar”.

Apareciam onde não eram esperados, ou melhor, *como* não eram aguardados, na condição de guerreiros. Porém, o jogo fundamental estava em armar uma rede de informações e ações que produziam uma atmosfera de defesa e ataque, especialmente de invisibilidade. Podiam estar, ao mesmo tempo, em todos os lugares e em nenhum, sem lugar próprio não haveria como aprisioná-los: o importante era não se deixar capturar.



Ler a história política, cultural e social do território do Araguaia, os nomes dos lugares, com suas cidades e povoados, suscita inúmeras associações de imagens que contam um pouco da história do Brasil, da marcha de homens e mulheres, assinalada em uma cartografia das migrações. Não há lugar em que homens/mulheres se estabeleçam e não forneçam indícios, emitam signos, segredos possíveis de serem interpretados, ressignificados nas várias histórias narradas. Pode-se escolher estudar a história dessa parte do estado, examinando cada rosto e cada gesto de luta, nos múltiplos sinais desses espaços – demarcados em uma geografia do poder –, tendo os relatos orais de memórias como uma das suas trilhas.

Fontes orais

Os fragmentos de relatos orais, fruto de entrevistas realizadas e citadas neste capítulo, já foram publicados em versões anteriores na

Revista da Associação Brasileira de história Oral, em 2006, conforme indicação ao final da Introdução.

Referências

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ARAÚJO, Maria do Socorro de Sousa. *Territórios amazônicos e Araguaia mato-grossense: configurações da modernidade, política de ocupação e civilidade para os sertões*. 304 f. Doutorado (História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BARROZO João Carlos *et al.* (org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EDUFMT: Carlini & Caniato Editorial, 2008.

CALVINO, Italo. Jorge Luis Borges. In: CALVINO, Italo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 246-253.

CANUTO, Antônio. *Resistência e luta conquistam território no Araguaia mato-grossense*. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

CANUTO, Antônio. Retalhos de história: novo mapa do regional Con-fresa. *Alvorada*, São Félix do Araguaia, n. 260, p. 12, nov./dez. 2006.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, MT: Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COY, Martin; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison A. de. *Estratégias de expansão do agronegócio em Mato Grosso: os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa*. Brasília: Editora Iabs, 2020.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa. *O renitente esbulho enfrentado pelos Xavante de Marãiwatsédé*. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2022.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa; JOANONI NETO, Vitale; IORIS, Antonio A. R. *Povos indígenas no Brasil contemporâneo, riscos e desafios: compreendendo as vulnerabilidades e as múltiplas interações*. Curitiba: Appris, 2022.

ESTERCI, Neide. *O conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a Grande Empresa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FERREIRA, Eudson de Castro; FERNÁNDEZ, Antônio João Castrillon; SILVA, Evande Praxedes da. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio Pereira (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. p. 197-231.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

FRANÇA, Marcos Ramos. *Assentamento Canta Galo*. 42 f. Monografia de conclusão do Curso de História: Projeto Parceladas – Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, Confresa, 2006.

FRANCO, Marina; LVOVICH, Daniel. La historia reciente en Argentina: apuntes sobre un campo de investigación en expansión. In: MÜLLER, Angélica; LEGELSKI Francine (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022. p. 53-77.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização do Brasil contemporâneo*. Recife: Editora UFPE, 2022. *E-book*.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Vira mundo, vira mundo: trajetórias nômades. As cidades na Amazônia. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, São Paulo, n. 27, p. 49-69, 2003.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença: ocupação do norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Amazônia, violência e tecnologias de poder: textos conjuntos*. Curitiba: Appris, 2023.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. O avesso da nação: recorrência de relações de trabalho escravo na fronteira amazônica no final do século xx e século xxi. *Caderno de Geografia*, Belo Horizonte, v. 30, n. esp. 3, p. 484-506, 2020.

JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de integração nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Dossiê Diálogos Latinoamericanos*, Dinamarca, v. 26, p. 144-157, 2017.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques. *Memória – história*. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi, v. 1).

LEVI, Giovani. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Maria do Rosário Soares. *A transformação de posseiros em agricultores familiares: história e memória da reocupação de Vila Rica-MT (1980-2010)*. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

LIMA, Maria do Rosário Soares. *Uma história de luta e resistência entre fazendeiros e sertanejos, no povoado Beira do Rio (Porto Alegre do Norte, MT), décadas de 1960 a 1970*. 2002. 46 f. Monografia de conclusão do Curso de História – Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, Luciara, 2002.

MARTINS, Edilson. *Nós, do Araguaia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Rachar as palavras. Ou uma história a contrapelo. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 37-62, 2006.

MORENO, Gislaene. *Terra e poder em Mato Grosso: políticas e mecanismos de burla – 1892-1992*. Cuiabá: EDUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. 424 f. Tese (Livre Docência) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente: o caso Sinop*. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, SP: Papyrus, 1994. t. I.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Matuchos – exclusão e luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. *Trilhas e caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia – parte nordeste do estado de Mato Grosso, na primeira metade do séc. XX*. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos. Um estudo sobre a colonização*. Cuiabá: EDUFMT, 2004.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. *A luta pela permanência na terra: a resistência dos posseiros de Santa Terezinha, MT – década de 1970*. 78 f. Monografia de conclusão do Curso de História – Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado, Luciana, 2002.

TORRES, Maurício (org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.

Palavras finais

Ao finalizar este livro, deparei-me com as imagens da seca no estado do Amazonas, particularmente as cenas da seca do rio Negro. Há pouco tempo seria inimaginável ver os rios da Amazônia sem água, formando longos caminhos secos de areia quase branca. E a floresta da chuva – a floresta amazônica – diminuindo drasticamente seu poder de fabricar chuvas!

Ainda que saibamos que os efeitos das atividades humanas na Amazônia não são os únicos responsáveis pelos danos climáticos, vivenciamos e dispomos de informações sobre as consequências do desflorestamento e das queimadas que acompanham atividades mineradoras, construções de estradas e, sobretudo, o tamanho expressivo do rebanho bovino, criado de forma extensiva. Para acentuar a gravidade da situação, o estado do Amazonas se apresentou, de 2018 até recentemente, como o segundo território que mais desmatou na região amazônica, ficando atrás apenas do Pará. Um estado que até então era mais preservado que outros da Amazônia, atravessados pelo arco do desmatamento, como o de Mato Grosso. Indubitavelmente, efeito das políticas adotadas pelos governos do Brasil, especialmente de 2018 a 2022, e do desmonte

cada vez maior da fiscalização ambiental, como ocorreu nesses anos.¹²⁹ Além disso, foge à nossa compreensão – por teimosia, ou por não se querer enxergar – que a Amazônia, durante os últimos anos, emitiu mais gases do efeito estufa do que absorveu: fonte de carbono! Nos termos das palavras já citadas, dramáticas e proféticas, de Davi Kopenawa (2015, p. 6):

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa.

É difícil avaliar como o tempo das “catástrofes anunciadas” está inserido nas circunstâncias históricas que constituem a vida no Brasil, a começar pela referência à ditadura militar, instituída em 1964. Sim, a ditadura que, em seu projeto de nação, apresentou os planos ufanistas de desenvolvimento de Norte a Sul do país, diretamente articulados aos interesses geopolíticos e empresariais, sob domínio exclusivo da lógica do lucro. Interesses esses que se vincularam aos diversos projetos e outros dispositivos institucionais que constituíram o Programa de Integração Nacional (PIN), implementado em 1970 e ampliado em 1971 (com o aumento das áreas federalizadas ao longo das rodovias federais). Vale destacar que, além da construção das rodovias federais adentrando os espaços amazônicos, o PIN autorizou a implantação de projetos nomeados de “colonização e reforma agrária”. Esses projetos desencadearam

129 Eduardo Viveiros de Castro, no Prefácio do livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, sublinhara que tal cenário já era vislumbrado em governos anteriores, e que políticas voltadas para o que o Estado brasileiro denominava de “desenvolvimento da Amazônia” vinham ocorrendo numa “concertada maquinação política que tem como alvo as áreas de preservação ambiental, as comunidades quilombolas, as reservas extrativistas e em especial os territórios indígenas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 19).

um desmatamento sem precedentes na Amazônia: clareiras na floresta foram abertas a perder de vista, para a construção de cidades (muitas delas, hoje, centros do agronegócio). No mesmo quadro, acrescentem-se a instalação de projetos agropecuários, que se apoderaram (quando não grilaram) de grandes extensões de terra para a pecuária (a terra do boi, emissora de carbono), e o estabelecimento de fazendas destinadas ao cultivo de monoculturas, especialmente de grãos. É bom lembrar que as grandes lavouras lançaram e lançam continuamente enormes quantidades de agrotóxicos ao solo.

Essa configuração política aparece associada à permissão de exploração de minérios para exportação e de outras iniciativas econômicas, como a exploração de madeira, que visam sobretudo o mercado externo. Em nome de um projeto de nação que se fortalecia *pari passu* com os investimentos de capital, estruturava-se um dispositivo político de militarização da questão agrária, com suas táticas geopolíticas de controle social. Pode-se referir, nesse escopo, as tecnologias de poder, os dispositivos políticos, as técnicas e as estratégias que deram suporte à invasão das terras indígenas e quilombolas. Além disso, simultaneamente, foram formuladas “políticas migratórias”, apresentadas pelo Estado e pelos “projetos de colonização”, que estimularam grandes deslocamentos de trabalhadores e pequenos produtores rurais para a Amazônia. Assim, formava-se um mercado de trabalho com uma mão de obra que se tornava alvo da superexploração do trabalho, e até mesmo era utilizada como trabalho escravo.

O “Brasil grande” estava de mãos dadas com o progresso e a desigualdade social, aliado a um conjunto de práticas e dispositivos em que os trabalhadores e trabalhadoras pobres, no quadro da reprodução ampliada do capital, lutavam e lutam pelo seu reconhecimento como sujeitos de direito.

Este livro, resultado de pesquisas, se engaja na luta que se solidariza com as práticas políticas mais igualitárias e democráticas, e

com a defesa das terras indígenas, dos quilombolas e dos direitos dos trabalhadores. Associo-me inteiramente ao combate à lógica capitalista que reproduz o ideário do progresso e justifica a violência que dá suporte às ações do Estado e dos empresários. Justificativa que autoriza assassinatos de trabalhadores, indígenas e quilombolas no intuito de silenciar e tornar invisíveis outros registros e outras histórias.

Dediquei-me nos primeiros capítulos deste livro a refletir sobre os relatos orais e o seu potencial como testemunho histórico. Procurei desnaturalizar a perspectiva do testemunho como “algo dado” ou como reflexo das experiências sociais, ao analisá-lo na configuração histórica específica da qual faz parte. O trabalho da crítica historiográfica trata de analisar os testemunhos e relatos confrontando-os no espaço público – o espaço dos diálogos e das controvérsias –, não apenas em busca da confiabilidade do testemunho, mas da sua dimensão discursiva. Tal dinâmica implica uma estrutura dialógica, em que confrontos e diálogos concorrem com pontos de vista variados. Desse modo, podem-se estabelecer ricas conexões com outros relatos, diversos documentos e imagens visuais, em sua dimensão indiciária. Afastam-se, assim, a suposição de que um relato reflete a realidade e a de que um testemunho é apenas individual, deixando de lado a compreensão da sua dimensão social.

Ainda no conjunto dos textos da primeira parte, as reflexões também privilegiaram a problematização da narrativa histórica e a sua importância no processo da escrita. A narrativa, ao operar “a síntese do heterogêneo”, redimensiona o vivido, pois com a potência da imaginação criativa reúne “acontecimentos múltiplos e dispersos” para narrar uma história (RICŒUR, 2010, p. 2). Os testemunhos na historiografia, como referência documental (CERTEAU, 1982; GUIMARÃES NETO, 2023), farão parte da composição da trama e, assim, seguirão sua trajetória ao se inscreverem no universo da escrita (RICŒUR, 2007, p. 170-192).

Ao eleger a Amazônia brasileira como tema de pesquisa – memória social do Brasil contemporâneo –, na segunda parte do livro, procurei analisar as relações de trabalho e as experiências dos(das) trabalhadores(as) rurais em espaços de intensa disputa pela terra. Em um sistema político em que o controle da propriedade da terra é condição *sine qua non* para o seu funcionamento, as redes que se constituíram com os deslocamentos de trabalhadores e trabalhadoras não tiveram livre acesso à terra. De fato, elas vivenciaram um ambiente político marcado pelos conflitos de terra e pela restrição às liberdades civis, por perseguições, torturas e assassinatos. É preciso analisar certas práticas e certos argumentos políticos que legitimam ações do Estado e dos proprietários rurais, que se baseiam no pressuposto de que homens e mulheres pobres são “descartáveis”, “seres inferiores” (a biopolítica), destituídos de capacidade para gerenciar a “terra produtiva”. No entanto, tal configuração provocou múltiplas estratégias de resistência individual e coletiva (temas e questões que foram analisados exatamente na segunda parte deste livro).

As pesquisas de campo que realizei nos diversos espaços da Amazônia pressionaram-me a pensar de forma diferente e a fazer análises que passaram por diversos deslocamentos teóricos. Em especial, pressionaram-me a romper com concepções que projetam análises duais e de vitimização dos trabalhadores e trabalhadoras da Amazônia. Além do mais, várias entrevistas, diferentes levantamentos documentais e novos temas tratados foram sendo incorporados ao longo da pesquisa: com lideranças sindicais de trabalhadores(as) rurais do norte de Mato Grosso – início do século XXI – e no sul e sudeste do estado do Pará – já na segunda década do século XXI. Ocorre que, em razão da problemática social do trabalho escravo contemporâneo, outros documentos, entre arquivos e entrevistas, também foram sendo consultados e analisados.

A historiografia que tenho como referência é parte das reflexões sobre o presente da história contemporânea do Brasil; não se limita

às indagações sobre o passado (mantém com ele relações umbilicais), desdobra-se pelo presente de forma complexa, sobreposta e simultânea. Um presente-passado que se reinscreve na nossa compreensão dos acontecimentos e da memória social, que não deixa de denunciar violências em uma estrutura política que exclui a população mais carente dos recursos para viver. Reflexões apresentadas que analisam as formas contemporâneas de poder.

Referências

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In*: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. Crítica histórica: o documento como aprendizagem no debate historiográfico. *In*: MONTENEGRO, Antonio Torres; ARAÚJO, Karlene Sayanne Ferreira (org.). *Historiografia: rastros e vestígios documentais de trabalhadoras e trabalhadores*. Recife: Editora UFPE, 2023. p. 249-266.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

RICŒUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio. *In*: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Posfácio

Combinando entre si profundo conhecimento da metodologia da história oral e da teoria da história, o livro de Regina Beatriz Guimarães Neto reúne textos que problematizam complexas políticas ambientais neoliberais, sobretudo as que historicamente incidiram sobre o Complexo de Conservação da Amazônia, um patrimônio mundial reconhecido pela Unesco desde o início dos anos 2000.

Com base em resultados de pesquisas bibliográfica, documental e de história oral, Regina propõe uma compreensão ambiental mais ampla do mundo amazônico, avançando para além da descrição e/ou da denúncia de problemas que assolam a região (desflorestamento, aquecimento global, mudanças climáticas, crescimento do *agrobusiness*), para propor uma ética ambiental compromissada com práticas libertadoras e de reconstrução das maneiras pelas quais relacionamos entre si meio ambiente e trabalho na contemporaneidade.

Igualmente importantes nesta publicação são as discussões da autora de relatos orais que expressam numerosas formas de resistência de trabalhadoras e trabalhadores amazônicos diante das práticas de violação de sua dignidade humana, especialmente contra recorrentes tentativas de escravização de seus corpos em cidades

situadas na região do arco do desmatamento amazônico. Nesse âmbito, o livro é, também, um apelo à luta em favor de homens e mulheres em situação de extrema vulnerabilidade.

Para além da análise de histórias de vida de trabalhadoras e trabalhadores premidos por práticas de violência, Regina mobiliza conceitos e categorias caros à história oral ao debater problemas, traumas e superações de um tempo presente vivido à luz de expectativas de um futuro melhor.

Em interlocução com um volumoso conjunto de estudos teórico-metodológicos em história oral, este livro indicia o vigor e a sofisticação da história oral produzida no Brasil.

Fernando Cesar Sossai

Presidente da Associação Brasileira de História
Oral (Abho), biênio 2022-2024

Título História oral, tempo presente e narrativas
de trabalhadoras e trabalhadores: diálogos intermitentes
Autoria Regina Beatriz Guimarães Neto

Formato E-book (PDF)
Tipografia Scala Pro (texto) e Scala Sans Pro (títulos)
Desenvolvimento Editora UFPE



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea, Recife-PE
CEP: 50740-530 | Fone: (81) 2126.8397
editora@ufpe.br | editora.ufpe.br

